



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADE DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA

**AS LÉSBICAS ESTÃO NA HISTÓRIA!! REDISCUTINDO AS NARRATIVAS
ESCOLARES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR.**

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA

3. Título do trabalho

As Lésbicas estão na História!! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura civil-militar.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 13/05/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Nayla Flavianne Borges Carvalho França, Discente**, em 13/05/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2904384** e o código CRC **816CB4D5**.

NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA

AS LÉSBICAS ESTÃO NA HISTÓRIA!! REDISCUTINDO AS NARRATIVAS ESCOLARES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre profissional em Ensino de História.

Área de Concentração: Ensino de história
Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

Orientadora: Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

França, Nayla Flavianne Borges Carvalho
As lésbicas estão na história!! [manuscrito] : Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar. / Nayla Flavianne Borges Carvalho França. - 2022.
XCI, 91 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Apêndice.

1. Ensino de História. 2. Gênero. 3. lésbicas. 4. Cassandra Rios.
5. Leci Brandão. I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **002/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA**, que confere o título de Mestra em **Ensino de História**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Aos **dezenove dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **09h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“As Lésbicas estão na História!! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura civil-militar.”**. Os trabalhos foram instalados pela **Orientadora, Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares (ProfHistória/UFG)** com a participação das demais membras da Banca Examinadora: **Professora Doutora Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória/UFG)**, membra titular interna; **Professora Doutora Ana Maria Marques (UFMT)**, membra titular externa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos suas membras. Proclamados os resultados pela **Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares (ProfHistória/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dezenove dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 19/04/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior**, em 03/05/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2841958** e o código CRC **B385E4F7**.

Referência: Processo nº 23070.020139/2022-65

SEI nº 2841958

Resumo

Procuro discutir as narrativas sobre lesbianidades na produção histórica acerca da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Busco compreender os processos de (in)visibilização das trajetórias lésbicas e suas produções culturais no contexto ditatorial, analisando a produção de políticas repressivas e as práticas de censura aplicadas às sexualidades e aos comportamentos de gênero. Investigo e analiso as trajetórias biográficas de Cassandra Rios e Leci Brandão, com o objetivo de demonstrar a atuação política da ditadura na produção de cerceamentos e as resistências das populações homossexuais. Utilizo, como base para esta análise, a teoria lésbica de Adrienne Rich e Monique Wittig, a partir das quais procuro evidenciar os mecanismos de poder e as produções de silenciamento das existências não heterossexuais. Investigo, também, a recorrente marginalização e apagamento da existência lésbica nas narrativas históricas e escolares, expondo mecanismos de coerção na produção dos saberes. A metodologia adotada foi a análise bibliográfica de fontes documentais, tais como publicações em boletim, trechos de jornais, entrevistas e produtos culturais e o diálogo com a produção historiográfica do campo de lesbianidade. Concluo que há um processo político de apagamento da história de lesbianas na produção historiográfica e em narrativas escolares, caracterizado pela produção de uma suposta “naturalidade” da heterossexualidade, entendida como sistema de poder, a partir do qual as existências lesbianas e outras compreensões de sexualidade e de gênero são excluídas das narrativas tradicionais no Ensino de História. Na parte propositiva, apresento um Caderno Temático, em formato de e-book, com sequências didáticas para auxiliar na reconstrução das narrativas históricas escolares. O Caderno Temático apresenta dez opções de trajetos pedagógicos possíveis de serem utilizados por docentes para a construção de narrativas plurais, dialogando sobre a historicidade das construções acerca do gênero e das sexualidades.

Palavras-chave: Ensino de História; gênero; produção e difusão de narrativas históricas; lésbicas; Cassandra Rios; Leci Brandão.

Abstract

I try to re-discuss the narratives about lesbians in the historical production about the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). I seek to understand the processes of (in)visibility of lesbian trajectories and their cultural productions in the dictatorial context, analyzing the production of repressive policies and censorship practices applied to sexualities and gender behaviors. I investigate and analyze the biographical trajectories of Cassandra Rios and Leci Brandão in order to demonstrate the political action of the dictatorship in the production of restrictions and the resistance of homosexual populations. As a basis for this analysis, I use the lesbian theory of Adrienne Rich and Monique Wittig, from which I try to highlight the mechanisms of power and the silencing productions of non-heterosexual existences. I also investigate the recurrent marginalization and erasure of lesbian existence in historical and school narratives, exposing mechanisms of coercion in the production of knowledge. The methodology adopted was the bibliographic analysis of documentary sources, such as publications in newsletters, newspaper excerpts, interviews and cultural products and the dialogue with the historiographical production of the lesbian field. I conclude that there is a political process of erasing the history of lesbians in historiographical production and in school narratives, characterized by the production of a supposed “naturalness” of heterosexuality, understood as a system of power, from which lesbian existences and other understandings of sexuality and gender are excluded from traditional narratives in History Teaching. In the propositional part, I present a Thematic Notebook, in e-book format, with didactic sequences to assist in the reconstruction of school historical narratives. The Thematic Booklet presents ten options for pedagogical paths that can be used by teachers for the construction of plural narratives, dialoguing about the historicity of constructions about gender and sexualities.

Key words: History Teaching; gender; production and dissemination of historical narratives; lesbians; Cassandra Rios; Leci Brandão.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, à senhora Castorina Borges Carvalho, minha mãe, por ter tornado possível este trabalho, sendo a minha referência de força e resistência.

Agradeço à Mariana Guimarães de Paula, por todas as palavras, abraços e sorrisos que acompanharam a construção deste trabalho, por se colocar como a minha revisora e por ser uma grande provocadora intelectual. Além disso, agradeço por ser a minha companheira de vida e o meu amor. Amo-te.

Agradeço à professora Ana Carolina Eiras Coelho, pela oportunidade e incentivo diário e por estar a disposição sempre para me auxiliar e tornar a escrita deste trabalho possível.

Agradeço ao meu irmão, Wanderson Borges C. França, por estar ao meu lado sempre.

Agradeço à Thaysa Andreia de Miranda Rodrigues, por nossa amizade e diálogos sapatônicos que motivaram a investigação de nossa memória.

Agradeço, especialmente, à todas as mulheres lésbicas, minhas contemporâneas e as que vieram antes de mim: para vocês e com vocês se constrói a história de nossa (re)existência.

SUMÁRIO

Apresentação	8
Introdução.....	9
Capítulo 1 – A escola como campo de disputas.....	14
1.1 Contexto de produção e políticas educacionais.....	14
1.2. Escola como espaço de construção social para uma prática pedagógica não heteronormativa.....	22
1.3. Por que falar de gênero e sexualidade na história?.....	30
1.4. Ditadura Militar: ensino e revisionismos.....	37
Capítulo 2 – Lesbianidades e ditadura: as trajetórias de Leci Brandão e Cassandra Rios.....	41
2.1 Identidade lésbica: marginalizações e apagamentos históricos.....	41
2.1 A trajetória de Cassandra Rios.....	49
2.3 A trajetória de Leci Brandão	55
Capítulo 3 – O projeto político e moral da ditadura.....	64
3.1. A construção social da moralidade e dos padrões de gênero.....	64
3.2. Os antecedentes da moralidade como política de Estado: a legalidade autoritária e a censura como prática institucional.....	65
3.3. A preservação da “moralidade” e “bons costumes” como política de estado.....	67
3.4. Duas censuras e um projeto político.....	70
3.5 O projeto político e moral da ditadura: as perseguições de gênero.....	75
Considerações Finais	83
Referências bibliográficas:	84
Apêndices	91
Apêndice A — As lésbicas estão na história! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar.....	91

Apresentação

‘escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 59)

Sou professora sim!

Sou sapatão sim!

Falarei sobre lesbianidades sim!

Me proponho a debater, neste trabalho, sobre as realidades que me atravessam, pois sou, também, sujeita história. Sou agente da promoção educacional e me preocupo com o desenvolvimento humano, social e cognitivo de minha comunidade de aprendizagem.

Minhas subjetividades me atravessam e, à medida em que olho para o Brasil, temo escrever esta dissertação. O momento que vivemos é, certamente, de desesperança. Mas escolhi ser professora e, nesse exercício diário, aprendo e ensino a dialogar com e sobre as pessoas. E, como pessoa, diálogo a partir de meus temas e minhas perguntas.

Onde estão as lésbicas na história?

Introdução

[...]
 historicizaram de nós
 como sendo inexistentes
 apagadas as trajetórias
 eliminadas as vivências
 mas somos nós mesmas
 aqui
 agora
 a contrapelo
 construindo narrativas
 trazendo à tona
 todas estas que nos antecederam

buscaram amputar em nós a potência da fala,
 nos impondo silêncio
 mas somos eu mesma
 - Bárbara Esmenia -
 abrindo a boca
 soltando poesia
 eco-alto pra tudo quanto é canto
 nos quiseram invisíveis
 mas nós
 - lésbicas -
 sempre fomos história.
 BARBARA ESMENIA.

Apresento, nesta dissertação, uma contribuição para a história das mulheres lésbicas¹ durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Meu objetivo principal é discutir como a construção das narrativas históricas escolares têm contribuído para invisibilizar a história das mulheres lésbicas no período, identificando como os discursos sobre a ditadura civil-militar e o cotidiano social atuavam na marginalização de sujeitos históricos e na produção de esquecimentos. O apagamento da história de mulheres, em especial de mulheres lésbicas, ecoa silenciosamente na produção de narrativas escolares e corresponde às expectativas políticas antigênero, que tem se popularizado e influenciado em diversas políticas estatais pelo mundo.

As práticas pedagógicas no ensino de história que procuro analisar e rediscutir neste trabalho são resultados de reflexões realizadas a partir de minha experiência como professora

¹ Nesse trabalho utilizo como sinônimos as palavras lésbicas e lesbianas, entendendo-as como variações a partir da referência Lesbos, embora localizadas historicamente em contextos diferentes.

no ensino de história e dos dilemas em que me encontro imersa no contexto escolar. Após ter concluído minha licenciatura em história, consegui me inserir no espaço escolar, como professora de humanidades e atuo cotidianamente na produção dos saberes escolares. Os conflitos sociais e culturais que são parte do contexto escolar me levaram a realizar questionamentos sobre a ausência de determinados sujeitos sociais na realização de minhas práticas didáticas. A ausência de mulheres, de pessoas homossexuais, pessoas trans, pessoas negras e portadoras de deficiência nas narrativas escolares me chamou a atenção, pois, dentro do ambiente escolar existiam situações, por vezes problemáticas, e questões que, ligadas a essas temáticas, eram motivos de dúvidas sobre como tratar e/ou resolver eventuais conflitos. Essas questões, muitas vezes, eram negligenciadas, tratadas de forma equivocada ou resolvidas com silenciamento, o que acabava motivando a ocorrência do fracasso escolar, da baixa combatividade à atitudes discriminatórias e a produção de naturalizações sobre os comportamentos humanos que em nada se relacionam com a compreensão das humanidades sobre o processo de desenvolvimento das condutas sociais e humanas. As dores de professoras(es), estudantes e responsáveis que se relacionavam as temáticas de gênero, sexualidade e aprendizagem eram fatores presentes, no entanto, na maioria das vezes, não eram possíveis de serem discutidas de forma saudável pela comunidade escolar.

O ingresso no ProfHistória, momento em que me foi possível explorar teoricamente o fazer pedagógico e o ensino, me trouxe a necessidade de investigar acerca da (re)produção dessas violências e de apagamentos e cerceamentos na produção de narrativas escolares. As investigações e aulas que produzi no ensino de história, até o ingresso no programa, não conseguiam estabelecer quebras ou rupturas com as estruturas hegemônicas de produção dos saberes e relações sociais. Por isso, a motivação e escolha da temática de lesbianidades se relaciona aos debates e conflitos que vivencio no cotidiano como professora, migrante, estudante de escola e universidade pública, marcada pela não reprodução da feminilidade, pesquisadora e produtora de conhecimento histórico. O juramento realizado no momento da formatura e nunca perdido de vista em minha prática pedagógica me motiva a realizar um ensino de história baseado na promoção dos direitos humanos, na pluralidade de ideias e no interesse social. A oportunidade de realizar um mestrado profissional em Ensino de História foi o mecanismo perfeito para a produção de uma narrativa escolar sobre lesbianidades que atuasse na ampliação do uso de narrativas historiográficas mais atualizadas sobre as populações homossexuais, assim como me possibilitou a oportunidade de criar estratégias pedagógicas para o ensino de história que discutissem esses apagamentos.

A história das mulheres lésbicas tem sido um assunto pouco abordado pela historiografia e, por isso, parece não existir. O silenciamento de alguns indivíduos na história expõe as relações de poder e a maneira como se estrutura a produção do conhecimento. Segundo Michel Foucault (2020), os saberes utilizados e valorizados em uma sociedade estão diretamente vinculados às relações de poder estabelecidas. Monique Wittig (1980) nos propõe revisar os sistemas de produção do conhecimento para que possamos criticar as categorias heteronormativas que atuam na produção dos saberes. Segundo a autora, é necessário que rompamos com conceitos e categorias teóricas que tragam em sua gênese ideias baseadas no sexismo e no androcentrismo. bell hooks (2017) aponta que a constituição e atuação do feminismo na construção de uma educação não sexista está em construir estratégias pedagógicas para a prática da liberdade. Esse é o meu primeiro passo, como docente e pesquisadora, na tentativa de reformulação de práticas educativas que foram aprendidas socialmente, mas que percebo a urgente necessidade de transformação.

Através da experiência como professora e o auxílio teórico de Guacira Lopes Louro (2014), percebo que as ações sociais no ambiente escolar são potentes na formação de práticas sociais e aprendizado das alunas(os). A escola é reconhecida como um local privilegiado para a transformação social e tem instituído, como padrão de comportamento, a heteronormatividade, ao mesmo tempo em que silencia, invisibiliza e exclui meninas e meninos que não se adequam a essa norma. Os casos de violência escolar², desde as suas formas mais sutis até as mais explícitas, demonstram o quanto as questões de gênero e sexualidade estão presentes no ambiente escolar. O silenciamento e a exclusão do diálogo sobre esses aspectos da humanidade de alunas e alunos em nada tem contribuído para a construção de uma educação emancipadora e impactam no cotidiano escolar, aumentando índices de evasão, dentre outros conflitos.

A história que eu quero aprender e ensinar às minhas alunas e alunos é a que responde às necessidades de seu tempo. Em um momento histórico em que pessoas se utilizam de discursos negacionistas e que distorcem e falseiam os fatos históricos, eu não poderia deixar de me posicionar. Portanto, essa dissertação parte da necessidade de repensar a forma como os conteúdos escolares, em específico a abordagem da ditadura civil-militar, tem sido realizada com viés político, deixando de trabalhar questões sociais e culturais que procuro investigar a partir da história das mulheres lésbicas.

² Sobre violência escolar e homofobia ver Natareli, Oliveira, Silva (2013).

A ditadura civil-militar tem sido, desde 2014, alvo do revisionismo histórico e de negacionismos no cenário público, sendo manipulada e instrumentalizada por figuras públicas de orientação autoritária como exemplo de governança. A história da ditadura divulgada em diversos veículos de comunicação tem sido bombardeada com perspectivas narrativas distorcidas e há uma dificuldade de tratar o tema em sala de aula. Os processos de precarização do trabalho docente e a crescente politização da temática, com a vigilância de abordagens críticas ao período, tem interferido e direcionado o trabalho docente. Tratar de lesbianidade e ditadura militar é uma tentativa de reconstrução das narrativas históricas, incluindo as perspectivas de gênero e sexualidade e relacionando-as com as políticas morais do governo ditatorial, para que a história lecionada em sala de aula demonstre as relações de poder e as ações sociais de diversas autoras(es) e torne explícito que a construção dos saberes históricos está diretamente ligada às relações de poder e precisa ser pensada considerando sua historicidade.

O estudo da Ditadura Militar durante os anos de formação do ensino fundamental caracteriza-se por abordar a implementação do regime militar e compreender suas implicações para o passado e para o presente. De um modo geral, a abordagem da ditadura como conteúdo escolar se dá a partir do viés político, apresentando as ações políticas e institucionais e suas consequências sociais e econômicas. A partir do uso das periodizações, procura-se compreender como os grupos sociais e as organizações políticas atuaram, assim como perceber quais as questões são relevantes para o debate público atual. É necessária a compreensão o passado para se pensar e se orientar no presente.

Proponho, neste trabalho, deslocar o foco da apresentação da história da ditadura para o campo social e cultural, discutindo e analisando como os discursos morais e privados fizeram parte da ação política, dentro de grupos do regime militar e em grupos da sociedade civil. Esse deslocamento de paradigma não se deve ao desprezo da análise política, mas à percepção de que uma lente sobre o social pode reconhecer outros sujeitos históricos que estão marginalizados das narrativas tradicionais. Pressuponho, por isso, que há uma ação de apagamento, marginalização e invisibilidade sobre a história de determinados grupos sociais. Em específico, aplicarei meus esforços no sentido de produzir uma narrativa histórica escolar que reconheça e torne possível a história das mulheres lésbicas no período, buscando compreender os impactos do contexto autoritário, das perseguições morais e da censura na produção cultural dessas mulheres. Procuo explicitar a existência de um projeto disciplinalizador dos corpos e sexualidades no período ditatorial.

Esta pesquisa se iniciou com o objetivo de compreender a presença de mulheres lésbicas no ambiente escolar, mas, em decorrência da Pandemia de Covid-19 e da impossibilidade de encontrar mulheres dispostas a se autodeclarar lésbicas e professoras em um número suficiente para realizar um trabalho significativo, acabei voltando meus esforços para identificar a existência de mulheres lésbicas que tiveram atuação pública durante a ditadura. Deste modo, realizando pesquisas em artigos, teses, dissertações e revistas virtuais, cheguei ao nome de seis mulheres, sendo elas: Cassandra Rios, Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, Aurora Maria Nascimento Furtado, Míriam Martinho, Rosely Roth e Leci Brandão. Para fins deste trabalho, foram escolhidas Cassandra Rios e Leci Brandão, duas mulheres reconhecidamente lésbicas que tiveram suas produções culturais cerceadas e proibidas pela ditadura. Essa escolha se justifica pela possibilidade de analisar suas trajetórias públicas, suas produções culturais e pela bibliografia disponível acerca delas.

A produção cultural de Cassandra Rios e Leci Brandão é marcada pela censura e pelo apagamento, devido a sua abordagem de temas sociais e cotidianos como a categoria mulher e as relações homossexuais. Analisar suas trajetórias biográficas e suas produções culturais pode ajudar a alcançar uma melhor compreensão sobre como a sociedade, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), recebia suas obras e quais foram as políticas estatais que se desenvolveram no sentido de censurá-las e marginalizá-las.

É importante ressaltar que falar da história de mulheres é um desafio em sala de aula e na academia. A partir da análise da bibliografia sobre mulheres lésbicas em programas de pós-graduação em história, tanto acadêmico como profissional, pude verificar que há uma escassa produção sobre a temática, sendo que, no ProfHistória esta é a primeira dissertação que irá abordar a temática da lesbianidade. Este trabalho possui relevância, pois procura relacionar a produção do conhecimento escolar com os conhecimentos acadêmicos para a produção de história que não marginalize sujeitas, mas que lance seus esforços para construir um saber historiográfico que se apoia nos Direitos Humanos e nos princípios da pluralidade.

No primeiro capítulo, trabalho com a construção das diferenças no ambiente escolar, relacionando-os a heterossexualidade compulsória. Para isso, início o texto realizando um breve comentário sobre as políticas educacionais e a influência de grupos antigênero na realização das práticas pedagógicas contemporâneas. Discuto a escola como um ambiente de formação de práticas sociais e culturais, como a normatização de gênero e sexualidade, e aponto os desafios da prática pedagógica no contexto atual e sua responsabilidade na transformação social. Realizo uma breve retomada historiográfica sobre gênero e sexualidade na Ditadura e encerro apresentando seu projeto político e moral.

No segundo capítulo é abordado o apagamento lésbico e homossexual na produção de narrativas históricas e no ensino de história, utilizando a análise bibliográfica. Procuo narrar a trajetória biográfica de Cassandra e Leci, apontando para as influências do pensamento heterossexual e para a normatização de gênero dentro das possibilidades de existência e resistência que as mulheres lésbicas, no período da ditadura, estavam sujeitas. A aplicação da teoria lésbica da heterossexualidade compulsória serve de base para a análise da trajetória biográfica, apontando mecanismos de controle e cerceamento aos quais estas mulheres foram submetidas e aos quais resistiram as suas produções culturais.

No terceiro capítulo abordo como a ditadura Civil-Militar foi estruturada a partir de um projeto político e moral baseado na defesa da heterossexualidade como política de estado e analiso suas práticas de censura e perseguição às sexualidades não-heteronormativas. Discuto, também, a existência de uma tradição de censura que antecede o golpe de 1964 e torna possível a ampliação da censura e a instituição de normativas legais para sua aplicação no contexto ditatorial.

Em apêndice, apresento meu Caderno Temático, em formato de e-book, com o título: ‘As lésbicas estão na História: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar’, no qual desenvolvo as temáticas debatidas na dissertação através de sua aplicação ao ensino com o uso de sequências didáticas. As propostas de aula que desenvolvo neste caderno podem ser utilizadas pelas docentes de acordo com as necessidades da comunidade escolar, sendo baseadas no uso de fontes, utilização de metodologias ativas e alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial para Goiás. Realizo, também, sugestões de atividades e utilização de tecnologias educativas. Formam, ao total, dez sequências didáticas que podem ser trabalhadas em conjunto ou de forma separada a depender do interesse educacional, que fornecem, ainda, materiais audiovisuais e documentos que podem ser reutilizados em novos planejamentos didáticos.

Capítulo 1 – A escola como campo de disputas.

1.1 Contexto de produção e políticas educacionais.

Nos últimos anos percebe-se, no contexto político brasileiro, a expansão de ideias conservadoras aplicadas à cultura e à organização social. O aumento de membros da classe política que propõe a defesa de uma visão tradicionalista de “família natural”³ tem ocupado

³ A defesa da constituição da família heteronormativa, constituída por pai, mãe e filhos é constantemente defendida como natural, como própria da natureza da humanidade. Grupos conservadores, tais como grupos religiosos católicos e neopentecostais, procuram provar que esta é a única forma aceitável de organização

espaço nos debates contemporâneos e dividido opiniões. Torna-se importante compreendermos como a produção desta dissertação se propõe a fornecer uma resposta possível às questões de seu tempo, a partir do discurso sobre o campo de estudos e ensino de história, gênero e sexualidade.

Em 2001, Susan Faludi identifica que há um movimento contrário às mudanças promovidas pela agenda de direitos das mulheres, que é liderada pelos movimentos feministas. A promoção de políticas públicas para as mulheres tem sido defendida por instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em diversas ocasiões, sendo que, desde 1975, quando foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher na cidade do México, a pressão sobre as agendas nacionais dos países tem aumentado, fazendo com que a temática gênero fosse incluída na formulação de políticas públicas desses países. Segundo Faludi, o Backlash, isso seria um reflexo das conquistas da agenda de direitos das mulheres ou simplesmente um contra-ataque. De acordo com a última hipótese, estaria em curso um movimento reativo às pautas defendidas pelos feminismos e, embora este contra-ataque não seja um movimento centralizado ou coordenado, parte de um ponto comum, que é “[...] prender as mulheres em ‘papéis aceitáveis’ (aspas da autora) (FALUDI, 2001, p. 21)”.

O Backlash, movimento de contra-ataque ao feminismo, surge nos anos de 1970, em um primeiro momento encabeçado pela direita evangélica que proliferou discursos políticos conservadores, unindo-se ao liberalismo, adentrando aos espaços de poder e atuando na promoção de políticas públicas conservadoras. Em consonância com essas ideias surgem os movimentos antigênero, que, segundo Rogério Diniz Junqueira (2018), se baseiam em movimentos contrários ao debate de gênero e sexualidade.

Nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” o principal mote em suas mobilizações. “Gênero”, “ideologia de gênero”, “teoria do gênero” ou expressões afins são brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes (JUNQUEIRA, 2019, p. 1).

Os movimentos antigênero surgem dentro da igreja Católica, na década de 1990, e ampliam-se através da utilização de discursos e estratégias de marketing realizadas por diversos grupos religiosos, conservadores e políticos. Utilizando a categoria “teoria/ideologia de gênero” ou “gender”, esses grupos pretendem aglutinar em torno de si, a partir de um

familiar. Segundo Junqueira (2019) “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida (JUNQUEIRA, 2019, p. 13).

dispositivo discursivo, uma série de contestações alarmistas sobre as diferenças sexuais, os direitos sexuais e reprodutivos, entre outras pautas e em nada tem em comum com os estudos de gênero, de modo que chegam a utilizar os termos teoria e ideologia como sinônimos, sem quaisquer preocupações metodológicas ou teóricas. Essa estratégia discursiva visa a proliferação de mensagens midiáticas que causem medo e alega que os debates de gênero e sexualidade podem gerar a destruição das famílias e dos modelos heteronormativos de vida social. Além disso, procuram, com isso, estabelecer um inimigo que toda a sociedade deve combater e se utilizam de estratégias de comunicação que provocam o pânico moral.

O termo pânico moral tem sido muito utilizado por pesquisadores que estudam a educação e a sociedade e pode ser definido como um conjunto de:

“[...] Cohen recorre a instrumentos conceituais derivados do marxismo e do interaccionismo simbólico, conjugando-os num modelo processual da gênese do pânico. Este partiria de um problema social (as diferenças de poder e estatuto que caracterizam a organização social capitalista), para o qual a acção desviante constitui a resposta/solução encontrada pelos grupos excluídos ou marginalizados. A esta resposta/solução segue-se a reacção social que, mobilizada pelos media e pelos grupos de interesse, dramatiza o problema e cria condições para a polarização social e agravamento do conflito, confirmando os estereótipos iniciais (MACHADO, 2004, p. 60).

Nas disputas em torno da educação, o pânico moral tem sido utilizado como mecanismo para barrar o avanço dos estudos de gênero e sexualidade, principalmente na educação pública. O controle sobre professoras(es) é incentivado, assim como o silenciamento e perseguição a temáticas consideradas dissidentes da visão moralista de humanidade e família. O ensino que se preocupa com questões de gênero e sexualidade é considerado um problema social que deve ser combatido, unindo assim sujeitos de diversas frentes, como políticos, religiosos, conservadores e grupos de interesse reacionários.

O movimento antigênero, segundo Junqueira (2018), não tem uma liderança fixa, sendo utilizado como bandeira para a promoção de sujeitos políticos e movimentação de grupos de pressão da sociedade civil. Esse movimento também pode se articular com preceitos religiosos ou pode se utilizar de conhecimentos técnicos para se promover. Muitas vezes, quando chamados a opinar alguns profissionais comprometidos com a luta antigênero, eles baseiam suas falas em ideias religiosas, mas procuram utilizar argumentos relacionados ao seu campo profissional⁴.

⁴ MAIA e MACHADO (2019) alertam para os usos da profissão na defesa de argumentos reacionários ao debate de gênero e sexualidades nas políticas públicas em geral, e analisam em especial, como a psicologia tem discutido a atuação contrária e favorável a Resolução 01/99 que desqualifica a homossexualidade como patologia e estrutura uma nova abordagem. MAIA, Gabriela Felten da. MACHADO, Maria Luiza Adoryan. Psicologia e “identidade de gênero”: tensões e conflitos em torno da Resolução 01/99. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 62 n. 3: 558-583 | USP, 2019. Disponível em <

Ademais, em diferentes cenários, ao longo do processo de sua configuração, conforme observa Romain Carnac, houve uma “desconfessionalização” do discurso antigênero, o que foi crucial para conferir-lhe uma feição universalista e a possibilidade de apresentar-se não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como uma via “civilizacional” à altura dos desafios éticos contemporâneos (Carnac, 2014). Desse modo, sem que os atores envolvidos tivessem que renunciar da capacidade performativa da linguagem da autoridade (uma importante alavanca da eficácia do discurso religioso), a desconfeccionização permitiu que ficassem menos evidentes as matrizes católicas do discurso antigênero, favorecendo que seus conteúdos pudessem revestir-se de certa laicidade ou até de aparente cientificidade, e passassem a figurar, com essa roupagem, em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas, pronunciamentos de dirigentes públicos e até mesmo de lideranças religiosas (JUNQUEIRA, 2018, p. 460).

Cria-se, sobre os temas debatidos, seja o gênero, a sexualidade ou a educação sexual, um ambiente de disputas, no qual os “cruzados”⁵ antigênero se utilizam de narrativas falaciosas e alarmistas para, através do uso dos meios de comunicação, gerar comoção social, com o objetivo de combater ideias e projetos contrários a seus pressupostos ideológicos. Inicia-se, assim, uma fase de reação a esse problema, o que tem impacta a promoção de políticas públicas à medida em que gera mobilização de grupos sociais reacionários, e estes, por sua vez, pressionam o estado para recuar nos programas de políticas que tratem das temáticas eleitas pelos cruzados como “ameaças” à ordem de gênero heteronormativa e à “família natural”.

Notadamente, nessas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral (Cohen, 1972, 2011), por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. Entre os objetivos dessas ofensivas adquirem centralidade os de entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos (Sheill, 2008), de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 pode ser uma experiência de política relevante para compreendermos como as políticas antigênero tem se aplicado nas disputas educacionais. Prevista pela Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da

https://www.academia.edu/45207745/Psicologia_e_ideologia_de_g%C3%AAnero_tens%C3%B5es_e_conflitos_em_torno_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_99 > Acesso em 27/12/2021.

⁵ Termo utilizado por Junqueira (2019 p. 451).

Educação (LDB) de 1996, o PNE é uma lei decenal formulada com o intuito de responder as problemáticas encontradas no seu tempo, criando metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da educação. Em 2011 iniciou-se um processo de construção de um novo plano realizado na esfera federal que foi marcado pelo intenso debate social sobre a presença ou exclusão das categorias gênero, sexualidade e educação sexual. Movimentos políticos como o Escola sem partido (MESP), Movimento Brasil Livre (MBL), personalidades sociais e políticos conservadores, tanto de cunho religioso quanto laico, se lançaram como grandes defensores da “família natural” e dos valores tradicionais⁶. Elegendo as questões estudadas em gênero e sexualidade como inimigas públicas, iniciaram uma campanha de combate ao que se convencionou chamar de “ideologia de gênero” ou “gender”. Através do fortalecimento do pânico moral, houve a criação de um movimento midiático que promoveu uma disputa pela manutenção ou retirada dos termos gênero e sexualidade dos planos de educação na esfera federal.

Enquanto o PNE 2001-2016, por inúmeras vezes, se refere a gênero, principalmente no tocante à questão da educação como meio de promoção da igualdade de gênero, o PNE aprovado no ano de 2014 só foi aprovado na Câmara dos Deputados após a retirada das duas menções ao termo. A primeira no inciso III do artigo 2º, cuja redação inicial estabelecia que “são diretrizes do PNE: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e foi substituída por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” E a segunda na Estratégia 3.12, que previa “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”, sendo substituída por “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (MOURA, 2016, p. 51/52).

Pode-se verificar que existe uma disputa entre grupos sociais sobre a manutenção ou retirada das referências ao gênero, a sexualidade e a orientação sexual. Essa disputa acontece também na esfera estadual e municipal. Segundo Claudia Vianna e Alexandre Bortolini (2020), que examinaram 24 planos de educação estaduais e um do Distrito Federal, publicados entre 2014 e 2016, houve diversas formas de incluir ou excluir os termos gênero e sexualidade dos planos. As autoras dividiram os resultados de sua pesquisa da seguinte maneira:

“O primeiro grupo (vermelho) diz respeito ao veto e é composto de apenas um estado (CE).

⁶ Para compreender a influência das instituições católicas na América e no Brasil indicamos a consulta a: COELHO, Fernanda Maria Feitosa. SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do Plano Nacional de Educação brasileiro. **Religare**, ISSN: 19826605, v.13, n.1, julho de 2016, p.27-48.

O segundo grupo (azul) com três estados, é caracterizado pela omissão do termo gênero e de qualquer termo a ele relacionado (GO, PE, SP).

O terceiro agrupamento (amarelo), com catorze estados (AP, AC, AL, ES, DF, PB, PI, PR, RN, RO, RS, SC, SE, TO), é marcado por incorporação parcial, com referências aos direitos humanos, à garantia de alguns direitos das mulheres e à cultura da paz, mas de forma restrita, por vezes reiterando perspectivas binárias, por vezes evocando a precedência da família sobre a escola. Em nenhum destes planos aparecem referências às demandas LGBT.

O quarto grupo (verde) com sete estados, opera com a explicitação de questões de gênero e sexualidade, tanto no que diz respeito à superação de desigualdades e promoção dos direitos das mulheres, quanto no reconhecimento, proteção e promoção de direitos das pessoas LGBT (AM, BA, MA, MT, MTS, PA, RR)” (VIANNA, BORTOLINI, 2020, p. 9).

Podemos perceber que a pressão causada por grupos conservadores e reacionários em torno das questões do ensino utilizando as categorias de gênero e sexualidade, tem causado o tensionamento e o confronto na promoção das políticas públicas e no cotidiano escolar. Não é difícil achar histórias de professoras(es) que tiveram que lidar com consequências negativas ao tratar a temática em sala de aula⁷. Outras temáticas, como o ensino sobre a Ditadura civil-militar, também causam preocupações nos professores quanto desenvolvidas com viés crítico as ações dos militares.

Exercendo o magistério há anos, cada vez mais comumente vemos colegas professores sendo alvo de questionamentos e até reprimendas por parte de alunos, diretores, coordenadores e pais sobre o conteúdo das aulas de História. Acreditamos que a crítica e o diálogo são elementos que enriquecem o processo educativo. Mas não é este o caso. Os docentes estão sendo acusados de “doutrinadores” e de distorcer a “verdade histórica” em nome de uma ideologia “esquerdizante”. Embora não possamos dimensionar quantitativamente o fenômeno, percebemos um processo conflituoso acerca do ensino da ditadura civil-militar no exercício do magistério (FARIAS, OLIVEIRA, 2020, p. 1).

O Movimento Escola sem Partido (MESP), que surge em 2004, reuniu em torno de sua atuação diversas tentativas de implementar leis que pudessem permitir a perseguição de professores e a censura a determinados debates. Baseados na defesa da “família natural” e do direito exclusivo dos pais de fornecerem educação moral e sexual aos filhos(as), acusam os professores de “doutrinadores” que estariam transformado a escola em um espaço de dominação.

Afinal, de acordo com as narrativas antigênero, a educação das crianças não deve sofrer interferências indevidas por parte de escolas, que, ao sabor da implantação de uma ditadura do gender, teriam se convertido em “campos de reeducação e doutrinação”. Não por acaso, o mundo da escola tem recebido grande atenção dos integrantes dos movimentos antigênero. Ali, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero”. Propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o

⁷ BORBA, Andressa da Silva. SILVA, Bibiana H. P. da; TEDESCO, Caio. Gênero e ensino de história. Reflexões sobre práticas de iniciação a docência no PIBID/História (UFRGS). Revista do **Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jul/dez. 2016, p. 15-35.

caráter público e cidadão da formação escolar, tendem ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos produzidas por instituições, como a ONU, “colonizadas pela agenda do gender” (JUNQUEIRA, 2019, p. 13).

Deste modo, a partir da identificação do “*gender*” ou da “ideologia de gênero” como inimigos da moralidade e da “família natural”, segue-se um processo de reação baseada em campanhas políticas e publicitárias no sentido de demonstrar o perigo e a ameaça que são a agenda de direitos humanos e os estudos de gênero. Identificam nos educadores potenciais inimigos.

Um dos principais canais para essa intimidação e constrangimento encontra-se no que é denominado de “Escola Sem Partido” (ESP), que por meio da internet, mídias, palestras e proposição de leis, busca defender o que chama de “valores morais da família e da juventude” contra a “doutrinação”, a qual estaria se realizando nas escolas, especialmente pelos professores das ciências humanas, como os de História (FARIAS, OLIVEIRA, 2020, p. 1).

Apesar do Escola sem partido não ter conseguido legitimidade jurídica na implementação de seu projeto de lei, os efeitos são sentidos no cotidiano escolar. A autocensura e o medo de tratar de temáticas antidiscriminatórias, de sexualidades e de gênero, tem levado à supressão de iniciativas pedagógicas voltadas a esses temas, assim como tem levado ao estudo dos movimentos antigênero e de seus impactos na educação, com a produção de trabalhos acadêmicos que se dirigem ao combate do medo causado pelo pânico moral e à resistência ao projeto silenciador dos movimentos antigênero.

A escola como um espaço de formação social não está livre de ideologias. Ela tem sido tradicionalmente o local de aprendizado da cultura hegemônica e, portanto, local de aprendizado da heteronormatividade, com suas facetas de feminilidade, masculinidade e sexualidade reforçadas como norma.

[...] embora os missionários antigênero insistam em afirmar o contrário, a heteronormatividade está na ordem da política de educação e da escola e tende a estar presente em suas normas, currículos, espaços, ritos, rotinas, conteúdos e práticas pedagógicas. A instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade como única possibilidade natural e legítima de expressão sexual e de gênero envolve toda a escola e os sujeitos que a animam (JUNQUEIRA, 2019, p. 18).

A socialização aprendida na escola possui uma marca heteronormativa, como afirma Louro (2013) e, por isso, muitas professoras e professores de história vem voltando seus olhares para os estudos de gênero e sexualidade, na tentativa de enfrentar problemas decorrentes da omissão e da censura do diálogo sobre gênero e sexualidade, como a evasão, a violência e o fracasso escolar⁸. Além disso, a falta de apoio psicológico para adolescentes

⁸ NATARELLI, Taison Regis Penariol; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Marta Angélica Iossi da. **A violência contra adolescentes homossexuais nas escolas**. Anais. Curitiba: Champagnat, 2013.

afeta diretamente seu comportamento e sua interação no processo de ensino aprendizagem. Como professora, ao longo de minha trajetória, verifico que há uma grande lacuna de formação sobre a temática, o que dificulta a ação pedagógica no ambiente escolar. Acredito que as ações de censura não formal sobre as práticas pedagógicas, marcas das consequências de movimentos antigênero, afetam diretamente o fazer escolar e tem se tornado alvo de preocupações entre nós, docentes. No programa de mestrado profissional ProfHistória, há muitas professoras(es) que realizam pesquisas buscando utilizar o aprendizado sobre gênero e sexualidade em seu contexto de atuação e que desenvolvem investigações em diversas frentes, tais como: pesquisas que procuram compreender como políticas educacionais tem sido afetadas pelos movimentos antigênero⁹, como produzir um currículo de história que parta das discursões de gênero como categoria de ensino-aprendizagem¹⁰ e cadernos e recursos diversos para a ampliação da história das mulheres nas aulas de história¹¹.

A partir da compreensão de que a censura sobre gênero e sexualidade, como componentes pertinentes da educação escolar, causa uma série de desafios para professoras e professores, este trabalho propõe uma resposta possível ao drama político que vivenciamos. Como ensinar tais questões na aula de história? Como produzir um saber pedagógico que resista ao pânico moral do movimento antigênero? Como professoras e professores podem utilizar essas categorias sem serem acusados de manipuladores intelectuais? Essas são uma série de perguntas para as quais essa dissertação propõe caminhos, não respostas definitivas. Todos nós professoras e professores temos que desenvolver estratégias para realizar um trabalho de ensino-aprendizagem de qualidade que possamos oportunizar às nossas alunas(os) um desenvolvimento intelectual democrático e atento aos direitos humanos.

O uso da liberdade de cátedra, o pluralismo de ideias e os Direitos humanos são ferramentas que podemos utilizar para justificar a abordagem de gênero. Não se trata de realizar um ensino articulado a ideais políticos, mas de utilizar ferramentas teóricas para a

⁹ MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem partido”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no Ensino de História**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

CERQUEIRA, Maria Dayssy Stphanie Rocha. **Formação continuada em gênero de profissionais da Educação Básica no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MOLIN FILHO, Mauricio Antonio Dal. **Um Estudo da Alienação como efeito do Programa Escola Sem Partido: como defender o ofício de ensinar História**. Universidade Estadual do Maringá. Dissertação de Mestrado (ProfHistória). Maringá/PR. 2018.

¹⁰ Indicamos o trabalho da NUNES, Priscila S. C. Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo. Dissertação. Mestrado profissional em História. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2020.

¹¹ Indicamos, entre muitos outros, o trabalho da FERREIRA, Juliana.K.P. Enfrentando o silenciamento: as mulheres no ensino de História. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

promoção de um ensino preocupado com a ética humana e a democracia. A partir dos princípios constitucionais que regulam a estruturação da educação, é garantida ao professor a autonomia de adequar o currículo à necessidade e realidade de seu alunado.

1.2. Escola como espaço de construção social para uma prática pedagógica não heteronormativa.

O fazer pedagógico é construído por uma série de aprendizados ao longo da formação humana e profissional de professoras e professores. Entender a escola como um espaço de relacionamento entre a sociedade e as pessoas, em que se dá a construção das percepções e entendimentos básicos sobre a sociedade, é compreendê-la em seu aspecto mais social, percebendo a formação educacional a partir de valores e normas que são reforçados sobre as pessoas.

O relacionamento entre indivíduo e sociedade é complexo e constante e a escola, enquanto instituição, ocupa um espaço significativo nos processos de socialização e construção social dos sujeitos. Sua importância é inquestionável, muito embora seja alvo de constantes críticas sobre seus métodos, suas potencialidades e suas características. Atravessando gerações e séculos, a escola segue sendo uma instituição privilegiada para a promoção de mudanças sociais e construção de novas formas de relacionamento entre os seres humanos. Segundo Guacira Lopes Louro (2013), a escola é um espaço de construção das diferenças entre os indivíduos: ela os separa entre pessoas que passaram por seus processos de ensino e adequação e pessoas que não passaram por esse processo, o que chamo aqui de escolarização, que é uma intrincada rede de ensinamentos e relações que agem no sentido de produzir nos indivíduos determinadas características, moldar seus comportamentos, assinalar os conhecimentos que são valorizados ou menosprezados e atravessar a disposição dos corpos de modo a conformá-los a determinadas maneiras e posturas. O processo de escolarização, através de seus diversos dispositivos e instrumentos, separa e organiza os sujeitos, institui e reforça diferenças e pode construir desigualdades.

A escola produz as diferenças e é um espaço em que a cultura da sociedade em que está localizada é ensinada e fundamentada como marco central que organiza a vida dos sujeitos. As questões sociais e culturais de uma sociedade estão presentes na organização e ação institucional e pedagógica da escola, sendo elas os atravessamentos ou marcadores sociais da diferença que as pessoas sofrem em determinada sociedade, como seu gênero, sua cor, sua etnia, sua raça, sua classe social e sua sexualidade, que estão em ação dentro do ambiente escolar, produzindo-o e reproduzindo-o constantemente.

Como a escola produz essas diferenças entre os sujeitos? Quais instrumentos e métodos ela utiliza para isso? Qual ideal organiza suas ações? Guacira Lopes Louro nos informa que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeito se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO, 2014, p. 62).

Através de sua organização, currículos, regulamentos e avaliações, a escola vai produzindo e garantindo a diferenciação dos sujeitos entre a boa aluna(o) e a má aluna(o) e entre os comportamentos adequados a meninas e meninos em um processo que cria normas de conduta e comportamento baseadas sobretudo nos aspectos mais reconhecidos e valorizados pela cultura daquela sociedade em que estão inseridas. Esse processo se dá de forma cotidiana e a normatização dos indivíduos e sua sujeição às regras e condutas valorizadas por aquela instituição se constitui como um valor fundamental, de modo que, com o tempo, passa a parecer algo “natural”, deixando de ter um caráter de construção sociocultural realizada pelas pessoas daquela sociedade em um período histórico específico e passando a ser pensado e até defendido como um processo genuíno, inscrito na ordem das coisas e sendo interiorizado pela grande maioria das pessoas, que aceitam-no como algo dado e inquestionável.

Dentro dos processos de normatização e naturalização pelos quais a escola é responsável, nos interessa nesse trabalho as maneiras pelas quais a escola (re)produz os padrões hegemônicos de gênero. A construção social da diferença é realizada sempre a partir de um referencial, e, no caso da sociedade brasileira, o padrão mais recorrente e defendido como tradicional é o modelo heteronormativo. A partir da heterossexualidade, temos a instituição da heteronormatividade, que é concebida como o padrão de comportamentos e normas aceito socialmente a partir da diferença entre os sexos (LOURO, 2013). Não é difícil perceber grupos sociais na defesa da heteronormatividade, de papéis sociais de gênero constituídos através de modelos patriarcais baseados na predominância do poder e prestígio social dados preferencialmente aos homens e na caracterização das mulheres como doces, frágeis e com campo de atuação social vocacionado ao espaço privado e doméstico. A defesa destes papéis sociais de gênero adentra ao ambiente escolar constituindo os discursos, as normas, as ações pedagógicas e os currículos e são resultado de relações de poder que foram historicamente produzidos. A produção da diferença dentro do ambiente escolar é realizada através da subordinação de alguns corpos em detrimento de outros. Como discutido por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, as mulheres foram historicamente constituídas como o outro dos homens, sendo que os homens seriam o sujeito universal. Essa ideia retira

das mulheres e dos demais sujeitos que fujam aos padrões heteronormativos sua humanidade, os tornando coisas. É importante perceber que mesmo quando existe a proposta de uma escola isenta de discussões como a de gênero e sexualidade, estes elementos estão presentes e organizam comportamentos e ações dentro do ambiente escolar.

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afasta-se deste padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO, 2013, p. 45/46).

As variadas formas de viver a identidade e as diversas formas de expressão de sexualidade e gênero são suprimidas dentro de um modelo que se consagra como hegemônico. Quando se institui um padrão, apenas ele é ressaltado e se escapa todo o restante: as diferenças, se apresentadas, são narradas, na maioria das vezes, como uma curiosidade, uma excentricidade ou um desvio e é deste modo que a escola vem apresentando, ao longo de décadas, diversas questões, como as pautas das mulheres, as questões indígenas, as questões raciais e de sexualidade. Não é apenas necessário que a escola aborde temáticas tidas como marginais ou desviantes, mas, sobretudo, que a abordagem dessas temáticas seja realizada a partir de uma estratégia realmente desestabilizadora dos padrões e, para isso, é necessário reconhecer e nomear as formas pelas quais as diferenças são criadas e operam em nossa sociedade.

Em um artigo muito citado no campo da história intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Joan Scott nos propõe pensar o gênero como uma categoria de análise útil ao desenvolvimento de um novo paradigma para a realização da pesquisa histórica e para seu ensino. Compreender o gênero como a construção social decorrente dos significados criados pelas sociedades sobre a diferença sexual entre mulheres e homens, tem o potencial de transformar as abordagens de temáticas marginalizadas ou desviantes, mencionadas aqui, em caminhos para o entendimento do gênero como a primeira forma de dar significado às relações de poder, para o questionamento sobre a forma com que abordamos essas relações em nosso cotidiano escolar e sobre quais significados atribuímos às diferenças entre os sexos também na escola.

De acordo com as contribuições de Michel Foucault (2020) no estudo das sexualidades e das relações de poder, o poder nunca é apenas de um indivíduo, mas está em uma interação constante entre os sujeitos. Nenhum dos sujeitos detém o poder e nenhum deles está sem o poder: este sempre se dá na relação entre os indivíduos, havendo momentos em que uma

pessoa pode adquirir mais poder do que a outra e vice e versa. Não há entre os sujeitos uma relação uniforme e cristalizada em relação ao poder, mas uma troca contínua e fluida.

A partir dessa compreensão sobre as relações de poder e pensando-as como base para os estudos do gênero, percebemos que há um aspecto relacional no estabelecimento daquilo que é considerado o modelo da heterossexualidade e os quesitos considerados desviantes de gênero e sexualidade. Só é possível que a heterossexualidade se estabeleça como padrão dominante ao nomear e estabelecer o seu diferente.

Na sociedade Ocidental a heterossexualidade foi o modelo instituído como padrão natural e saudável das relações afetivas e sexuais entre os sexos. Discursos religiosos, médicos e a formulação de uma tradição heterossexual são dispositivos que atuam no sentido de conformar os corpos e as pessoas à prática heterossexual. A heterossexualidade para Falquet (2012) está relacionada ao poder, mais do que à sexualidade, porque é, sobretudo, uma imposição às mulheres da dominação masculina. A heterossexualidade somada ao patriarcado constrói o domínio masculino sobre as mulheres nos sistemas simbólico, psicológico, coletivo e individual, na legislação e nos costumes.

Para além de apenas uma opção sexual, a heterossexualidade se constitui como uma das formas pelas quais se exerce o poder dentro da organização social, ou seja, os homens que historicamente ocuparam posições de poder em instituições políticas, religiosas e epistemológicas estabeleceram como padrão natural e instintivo a heterossexualidade. A partir da coerção social estabelecida pelos padrões da heteronormatividade, nos quais se procura relacionar o comportamento social às concepções de gênero cristalizadas pelas normas patriarcais, temos a formação e o assujeitamento de homens e mulheres aos critérios estabelecidos pela heterossexualidade. A estigmatização do comportamento masculino e feminino é uma das consequências do modelo heterossexual, que serve como guia para a ação de homens e mulheres: ser frágil e servil aos homens é um comportamento ensinado e incorporado em todos os processos de socialização pelos quais a mulher passa, de modo que este pode, após algum tempo, ser percebido por ela mesma como natural e instintivo. De forma geral, os homens através de todos os processos de socialização pelos quais são submetidos, são ensinados a ocuparem espaços de poder e liderança, sendo que seus comportamentos assertivos e impositivos são estimulados pela sociedade. Nesse sentido, a naturalização dos comportamentos sociais baseados nos papéis de gênero e reforçados pelo patriarcado e pela heterossexualidade agem no sentido de estabelecer as diferenças entre homens e mulheres e de afirmar como padrão a dominação masculina nas relações sociais e culturais. Longe de ser algo natural, a heterossexualidade é programada pela sociedade como

único modelo possível de relacionamento saudável entre os sexos, o que aprendemos em diversas instituições sociais, como na família, na igreja, na escola e nos meios de comunicação de massa. São diversos os dispositivos utilizados pela heterossexualidade para que se torne uma “escolha” compulsória (NAVA, 2021).

A heterossexualidade é, assim, um sistema político, que, a partir de sua ação social, se afirma como padrão aceitável e desejável de relação entre os sexos e constrói, por consequência, aquilo que não seria “natural” e/ou “saudável”, que é a homossexualidade masculina e a lesbianidade. Entendido como anormal e perversão, o lesbianismo, em seu sentido político, como movimento de valorização das relações entre mulheres e desenvolvimento de uma prática não heterossexual, é uma grave violação aos padrões de dominação masculinos, visto que retira dos homens a possibilidade de acesso, controle e exploração dos corpos e da capacidade criativa das mulheres (NAVA, 2021).

A heterossexualidade é considerada por Adrienne Rich (1982) como uma instituição política que retira o poder das mulheres, capaz de explorar seus corpos e sua produção social. De acordo com essa autora, é problemático que pensadoras feministas continuem lendo, escrevendo e produzindo suas teorias feministas a partir de um pensamento heterocentrado. Ela constrói em seu artigo “Heterossexualidade Compulsória” um conjunto de explicações pelos quais os homens exercem seu poder sobre as mulheres:

Em seu ensaio *The Origin of Family*, Kathleen Gough arrola oito características do poder masculino em sociedades arcaicas e contemporâneas que eu gostaria de usar como esquema: “A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade” (RICH, 1982, p.23).

Segundo a Rich, a heterossexualidade compulsória é um complexo sistema de opressão que atua sobre a vida das mulheres, indicando formas de se relacionar com o mundo e com as outras pessoas. É, sobretudo, uma instituição política que se afirma, historicamente, através de opressões a outras formas de viver. É pelo uso da coerção e violência simbólica e física, da invisibilização e marginalização do diferente e por adentrar aos espaços como normas de comportamento, que a heterossexualidade se institui enquanto norma e constrói um reforço constante de seus pressupostos. A escola e outras instituições sociais têm o papel de cobrar e reforçar essas normas através, principalmente, da linguagem e dos discursos de marginalização e exclusão.

Monique Wittig (1980), tratando sobre a heterossexualidade, propõe questionamentos sobre o funcionamento da linguagem em favor da dominação masculina. Segundo a autora, os

sistemas de linguagem, de signos e de significados são utilizados pelos homens e expressam seu poder de dominação. Guacira Lopes Louro (2014) aponta a linguagem como um importante aspecto ao observar a criação das diferenças de gênero e as duas teóricas, Wittig e Louro, apontam como é necessário compreender a linguagem como uma das maneiras de entender as relações de poder, sua dinâmica e funcionamento dentro da sociedade.

Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. **Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes.** Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles. Tudo quanto os põe em questão é imediatamente posto a parte como elementar. A nossa recusa da interpretação totalizante da psicanálise faz com que os teóricos digam que estamos a negligenciar a dimensão simbólica. **Estes discursos negam-nos toda a possibilidade de criar as nossas próprias categorias.** Mas a sua ação mais feroz é a implacável tirania que exercem sobre os nossos seres físicos e mentais (grifos da autora) (WITTIG, 1980, p.10)

Wittig ressalta que, embora a linguagem seja tratada por alguns teóricos dos estudos da linguagem (como a semiótica) como um sistema de símbolos, a linguagem é um aspecto da realidade que possui, em sua formulação, relações de poder e está diretamente relacionada com o mundo material. A linguagem é construída no mundo material e exprime suas complexas teias de relações. Quando às mulheres, às lésbicas ou aos gays é negado o acesso a produção de conhecimento, essa negação é mais uma expressão da opressão social e material sob a qual esses grupos estão sujeitos. O pensamento hétero se estabelece como universal a partir da premissa de que apenas seus conhecimentos e seus sistemas de significado podem criar uma compreensão fiel da realidade e tudo aquilo que se afasta do pensamento heterossexual é considerado desviante.

A sociedade hétero está baseada na necessidade, a todos os níveis, do diferente/outro. Não pode funcionar economicamente, simbolicamente, linguisticamente ou politicamente sem este conceito. Necessidade do diferente/outro é uma necessidade ontológica para todo o aglomerado de ciências e disciplinas a que chamo o pensamento hétero. Mas o que é o diferente/outro se não a(o) dominada(o)? A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas(os). Para constituir uma diferença e controlá-la é um “ato de poder, uma vez que é essencialmente um ato normativo. **Todos tentam mostrar o outro como diferente,** mas nem todos conseguem ter sucesso a fazê-lo. **Tem que ser socialmente dominante para se ter sucesso a fazê-lo**” (grifos da autora) (WITTIG, 1980, p. 11).

A produção das diferenças está em constante mudança e é diretamente relacionada a cada período histórico. Com isso, é possível pensarmos em mudanças nas relações de poder e nas condições de tratamento das diferenças sobre os gêneros, porém, o objetivo não é ter uma troca de posições entre a heterossexualidade e a homossexualidade, mas compreender como as relações de poder entre os gêneros produzem as diferenças e como é possível trabalhar essa questão em sala de aula, demonstrando o caráter histórico e contingente das percepções sobre o gênero e a sexualidade. Segundo LOURO (2014, p. 50), “Aqui nos interessa salientar, acima de tudo, o fato de que a atribuição da diferença está *sempre* implicada em relações de poder, a diferença é nomeada *a partir* de um determinado lugar que se coloca como referência”.

Pesquisadoras(es) dedicados aos estudos de gênero e sexualidade e as diversas vertentes do movimento feminista vem, ao longo de anos, discutindo a formulação de práticas educacionais não sexistas, entendendo que o sexismo é constante e responsável por delimitar os caminhos que mulheres e homens devem seguir dentro da sociedade ocidental. Segundo bell hooks (2017), o sexismo é a prática da diferenciação social a partir das diferenças entre os sexos. A importância de sua compreensão é vital para as formulações do feminismo contemporâneo, assim como para o desenvolvimento de pedagogias não sexistas. Sara Ahmed em seu artigo “Sexism - A Problem With A Name” discute os impactos do sexismo na sociedade e possíveis estratégias para a articulação de combate a ele elaboradas pelo movimento feminista. Em uma analogia, ela compara o sexismo a uma máquina, que de tão utilizada funciona quase que de modo imperceptível, lubrificada e sempre com suas tecnologias atualizadas. A autora pontua que o sexismo não está no passado, não é algo superado, mas perpetua-se cotidianamente em nossa sociedade. Por isso, seria necessário propor duas soluções a essa problemática central: realizar uma crítica às relações sociais, políticas e teóricas nas quais o sexismo está presente, nomeando-as para que se possa compreendê-las, percebê-las e desafiá-las e propor uma teoria propriamente feminista, e não apenas antissexista.

Há lutas travadas pelos currículos, pelos planos de educação e pelas práticas pedagógicas adotadas nas escolas que emergem em um momento em que os estudos de gênero têm reconhecimento teórico e se solidificam como uma área de estudos acadêmicos. Para que esses estudos ultrapassem as distâncias entre universidade e escola, muitos movimentos sociais, ações governamentais e pesquisadores tem oferecido oportunidades de debates, cursos, especializações, eventos e palestras a professoras(es) e alunas¹². No entanto,

¹² A política de maior impacto para a formação de docentes foi o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) proposto em 2005 pela Secretária de Políticas para as Mulheres e fornecido em parceria com universidade e

esse movimento de debate sobre gênero e sexualidade sofre resistência de grupos sociais com valores conservadores e tradicionais que acreditam que entender o gênero, a sexualidade e suas implicações sociais representa um risco ao modelo de família nuclear e heteronormativo. Deste modo, apostam no silenciamento dessas questões, atribuindo o ensino delas à responsabilidade privada da família. No entanto, o desenvolvimento de políticas de educação sexual e dos debates sobre gênero nas escolas pode oferecer soluções para evitar diversos tipos de problemas no ambiente escolar, tais como: casos de violência em seus diversos tipos, a evasão escolar, o fracasso escolar e favorecer a identificação de casos de violência no ambiente familiar¹³.

A partir do exposto acima um dos objetivos dessa pesquisa é descortinar a relação direta entre a sociedade e a escola e como isso se reflete nas maneiras como as alunas e alunos, com seus saberes e seus corpos, não deixam a sexualidade e o gênero em casa para irem à escola, ou seja, seus saberes e suas inquietações sobre essas temáticas estão presentes no próprio cotidiano escolar, não apenas em suas ações, como também, na organização da estrutura escolar. Guacira (2014) nos alerta que mais do que analisar os documentos que organizam a prática escolar, é necessário verificar, no cotidiano, como se expressam essas relações de gênero, pois são nas ações corriqueiras, nas conversas, na ocupação dos espaços e na linguagem onde devemos olhar e perceber como o padrão heterossexual está presente, ainda que resistamos a ele.

A heterossexualidade é, da mesma forma, politicamente compulsória o que significa um intenso processo de convencimento cultural em políticas familiares e educacionais ou a imposição pela coerção de normas de submissão e devoção ao masculino, construindo-o de forma imperiosa como definidor da divisão do trabalho, remuneração e importância social (SWAIN, 2010, p. 47).

A heterossexualidade compulsória é, assim, uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações sociais de modo geral, em que o masculino é mais valorizado do que o feminino (SWAIN, 2010, p. 48).

Essa representação da sexualidade como a-histórica e fruto natural decorrente da diferença sexual está presente nos processos de ensino e aprendizagem social, tanto na escola como na sociedade como um todo e orienta, assim, o estabelecimento de uma prática

institutos de ensino. Mais informações em: Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções. Org. Sergio Carrara, Marcos Nascimento, Aline Duque, Lucas Tramontano, Maria Elizabete Pereira. Rio de Janeiro, CEPESC, 2017.

¹³ Para uma análise mais aprofundada sobre violência, bullying e ambiente escolar ver: Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. – Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em < <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2018-UNESCO-Relatorio-Violencia-Escolar-e-Bullying.pdf> > Acesso em 06/04/2021.

pedagógica que desconsidera os processos históricos e que orienta e assujeita as meninas e os meninos ao sistema heterossexual. É necessário criar uma prática pedagógica propriamente feminista em que professoras, alunas e responsáveis compreendam e aceitem a missão de modificar o sistema de ensino, desestruturando as práticas sexistas e construindo um ensino cotidiano empenhado na construção de pensamentos e ações baseados nas perspectivas dos direitos humanos e na pluralidade de ideias.

1.3. Por que falar de gênero e sexualidade na história?

O gênero e a sexualidade entraram como temáticas aceitáveis nas narrativas históricas a partir de um processo de contestação de paradigmas hegemônicos. Nesse contexto, o positivismo dos séculos XIX e XX, orientado a investigar as relações de poder políticas e sociais e ambientado na indagação sobre a vida pública, foi contestado com o surgimento de novos modelos teóricos para a investigação histórica. O grupo de Annales, o marxismo e outras vertentes surgidas nos anos de 1960, como a neomarxista, a Escola de Frankfurt, os/as historistas e os(as) historiadores(as) de mentalidades e do discurso, ampliaram as concepções de objeto histórico, o que ocasionou consequências epistemológicas para a história. Esses novos grupos de historiadoras(es), respeitando a especificidade de cada vertente, foram importantes para o processo de visibilização de sujeitos históricos, rompendo com silenciamentos e modificando os paradigmas que orientam o fazer histórico (SOIHET, PEDRO, 2007).

Na tentativa de corrigir a história, pluralizaram-se os objetos de investigação, admitindo como sujeitos históricos, os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres, que estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância. Neste desejo de inverter as perspectivas históricas tradicionais, passou-se a olhar os acontecimentos históricos pela visão de outros sujeitos (COLLING, 2004, p. 1).

Segundo Soihet e Pedro (2007) a retirada do homem como referência ao universal provocou a ampliação dos objetos investigados, assim como, afirmou o caráter incompleto e parcial da produção histórica. As mudanças nos paradigmas de produção da história e as ações do movimento feminista, tanto em movimentos sociais como em produções acadêmicas, foram decisivas para a afirmação da história das mulheres e do uso da categoria gênero. Outro elemento importante é a entrada de mulheres na academia, se tornando professoras-pesquisadoras, o que ampliou as pesquisas sobre a história das mulheres e abriu espaço para novos objetos de pesquisa, como o campo das homossexualidades apontado por Veras e Pedro (2014).

O uso da categoria mulher dentro do movimento feminista e na produção acadêmica foi alvo de disputas e críticas. Em um primeiro momento houve a defesa de uma identidade homogênea às mulheres, o que teve uma utilidade política, no sentido de união de todas as fêmeas humanas e foi decisivo para se reclamar a diferença. No entanto, dentro do movimento feminista, muitas mulheres acabaram não tendo suas demandas específicas incluídas e, por isso, surge a crítica à ideia única de mulher, oferecendo a possibilidade de pensar a diferença dentro da diferença, reconhecendo a especificidade e complexidade da história de mulheres de diferentes classes, de diferentes cores/raças, etnias, gerações e sexualidades (SOIHET, PEDRO, 2007). Assim como é realizada uma crítica dentro da teoria feminista sobre o determinismo biológico e fundacionismo biológico, apontando para a diferença como um elemento fundamental para pensarmos os feminismos.

A diferença não é contrária à igualdade, mas à identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou mesmo por sua condição. Não é nas diferenças que reside o problema, mas no modo como elas são hierarquizadas (COLLING, 2004, p. 5).

O uso do termo mulheres vem da compreensão de que uma opressão nos é semelhante, aquela decorrente da feminilidade como papel social, mas a vivência de cada mulher é distinta quando se considera os diferentes marcadores sociais. As mulheres pobres, negras, lésbicas, transgêneras, das áreas rurais, indígenas, quilombolas etc. reclamam sua visibilidade dentro do movimento feminista. Para além de visibilidade é reclamado o direito de fala e existência, trazendo para si o uso do feminismo como movimento político e como campo epistêmico, aprofundando a capacidade teórica da análise das teorias feministas, por isso, é inexorável a compreensão de que existem feminismos, no plural.

Usamos feminismos, no plural, pois não se trata de um movimento ou de uma teoria unívoca, visto que, em suas diferentes expressões, apontam para os mecanismos de construção da relação binária, da naturalização dos corpos, não mais entendidos como dados biológicos imutáveis, mas marcados pela história e pelos sentidos que o social lhes imprime. O corpo como uma construção social é então modelado à mercê do disciplinamento, da docilização, da domesticação, do assujeitamento, mas é igualmente expressão de resistência às injeções do social (LESSA, 2021, p. 35)

Michelle Perrot, Joana Maria Pedro, Patrícia Lessa, Tania Navarro Swain e tantas outras pesquisadoras apontam para a prática de apagamento da história das mulheres dentro das narrativas historiográficas. Por exemplo, a história do Brasil é marcada pela ação das mulheres, no entanto, dentro das narrativas históricas mais encontradas em manuais didáticos, em salas de aulas e na história pública, o modelo do masculino universal, baseado no sexismo e na heterossexualidade, é predominante. Segundo Suellen P. de Rezende (2018) as mulheres aumentaram sua representatividade nos livros didáticos, contudo, há conteúdos em que estão

presentes e outros em que não aparecem. Em sua pesquisa a autora aponta que há conteúdos que as mulheres aparecem na iconografia, identificadas ou não identificadas. Um dos conteúdos em que mais temos a presença das mulheres é a Ditadura civil-militar, em que a autora aponta que há um total de 32,56% de mulheres não identificadas e 40% de mulheres identificadas. Entretanto, a autora pontua que

[...] as mulheres preponderantemente estão em anexos, salientamos que há uma presença das mulheres no discurso do livro didático no contexto ditatorial, porém sem contextualização, de forma fragmentada e sobretudo em anexos, margeando a participação na narrativa historiográfica, concordando com Bourdieu quanto à violência naturalizada, que acontece de forma sutil, penetrando em estruturas diárias, como o exemplo do manuseio do livro didático de história, como representante daquilo que deve ser internalizado. Nos cabe a reflexão de quais representações estão sendo reforçadas com tamanhas assimetrias sexistas (REZENDE, 2018, p. 141).

Suellen P. de Rezende (2018) aponta que na maioria dos temas históricos investigados nos livros didáticos os papéis atribuídos as mulheres estão relacionados ao espaço doméstico e do lar, no qual, as mulheres ficam limitadas a esfera privada como mães ou esposas, enquanto os homens permanecem sendo representados por suas atividades na esfera pública e política. Salienta-se, por isso, que a presença das mulheres na narrativa histórica não produz, por si, uma mudança na forma como são representadas. Enquanto as mulheres estiverem escanteadas ou enclausuradas em caixas de curiosidades ou representadas ligadas a papéis sociais chancelados pelo sexismo não haverá uma mudança significativa na maneira de ensinar e produzir os conhecimentos históricos.

Diante das análises documentais, Não podemos afirmar que as mulheres não estão inseridas nos livros didáticos, sim elas estão, porém, fora do sistema de privilégios e expressividade, ao compararmos com os homens. Há uma pseudorepresentatividade, pois as desigualdades sexistas aparecem de forma sutil, engendrando disposições estratégicas nas práticas discursivas, nesse sentido, o conceito analítico gênero emerge como urgente e necessário para a dialogicidade na construção do livro didático de história (REZENDE, 2018, p. 164).

Para Suellen P. de Rezende (2018) a produção e o ensino de história ainda se constituem dentro de um paradigma androcêntrico. Para Priscila S. C. Nunes (2020) é urgente pensarmos na formulação de um currículo antinormativo, já que o currículo é um artefato cultural, que pode e deve ser manuseado no sentido de causar fissuras e atender as demandas das alunas(os)(es) e docentes. Segundo Nunes é importante questionar as normas¹⁴ e, através, delas produzir um deslocamento no ensino de história.

Há muito tempo não se ensina mais esse tipo de História, a dos heróis. Contudo, mesmo com o abandono desse tipo de ensino, continuamos perpetuando uma história masculina, europeizada, então, branca, cisgênera e heterossexual, quando se

¹⁴ Para Nunes (2020) a norma é discutida a partir de Foucault. Nas palavras de Nunes: “A norma ou a normalização são mecanismos de poder, não apenas controlam ou regulam aqueles que estão à margem da normalidade. A norma é uma estratégia que produz gestos, comportamentos, condutas, subjetividades e discursos (NUNES, 2020, p. 19).

fala apenas de eventos históricos, sem abordar ou desenvolver a história das pessoas que fizeram parte desses eventos, mulheres, homens, cis e trans*, heteros e homossexuais, ricos e pobres, não valorizamos as experiências históricas de diferentes pessoas. Diminuindo a possibilidade de questionar a norma, de questionar aquilo que foi produzido, construído ao longo da História, que faz com que sejamos determinados por um tipo de comportamento, condutas e subjetividades. Para que possamos incluir em nosso cotidiano escolar um currículo com disposição antinormativa, necessitamos questionar a norma e as técnicas de normalização, problematizando-as com nossos/as alunos/as, pois o que é considerado normal também faz parte de um mecanismo de poder (NUNES, 2020, p. 20)

Colling e Tedeschi (2005) chamam a atenção para a historicidade que envolve a construção de verdades nas narrativas historiográficas, posto que, para a autora e para o autor, a verdade não passa de uma interpretação que é formulada através de vestígios e da valorização subjetiva de cada historiadora(or) e seria o resultado de disputas de poder, o que gera a história como memória, assim como produz o silenciamento e apagamento de sujeitas históricas. Por isso, as(os) autoras(es) sugerem pensar a história como uma construção que contempla o pensamento de seu contexto, como algo forjado pelas contingências e problemáticas de cada momento sem, deste modo, constituir uma verdade absoluta, mas aberta à mudanças e reconstruções.

Segundo Colling e Tedeschi (2005), as mulheres estiveram, de alguma maneira, presentes na escrita da história do Brasil, não como sujeitas, mas como representação ou imagem. Foram negligenciadas como objetos de investigação pelos historiadores homens que produziram seu apagamento histórico, ao mesmo tempo em que desenvolveram representações e papéis sociais que caberiam às mulheres atingir, ainda que, construídos sobre modelos irrealis e inalcançáveis. De acordo com Colling e Tedeschi (2005), o conceito de representação poderia ser definido da seguinte forma:

Entendo representação como os diferentes grupos culturais e sociais são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural, nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social. O consentimento do representado, reconhecer se no discurso que o representa, faz parte do processo de representação. Se os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa, controla as formas de falar do outro. A representação produz sujeitos. Mas, para ser eficiente, precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural e imutável (COLLING, TEDESCHI, 2005, p. 301).

As narrativas historiográficas, médicas, religiosas e jurídicas contribuíram para a formação de uma “verdade” sobre o comportamento e a natureza das mulheres. Esses campos de conhecimento, repletos de disputas de poder, construíram os modelos de feminilidade que as mulheres deveriam cumprir, assim como encarceraram as homossexualidades a interpretações patologizantes, contribuindo com a construção de estigmas sociais sobre seus corpos e modos de vida. Durante a ditadura, as ideias sobre gênero, sexualidades e comportamento social foram politizadas pelo estado, gerando a perseguição e silenciamento

aos homossexuais, o que contribuiu para o apagamento da história de lésbicas, gays, travestis, transsexuais¹⁵.

De acordo com Veras e Pedro (2014) a produção historiográfica sobre as homossexualidades ainda é marginal. As áreas do conhecimento que mais trataram o tema foram a antropologia e a sociologia, sendo a história uma retardatária nesse estudo, mesmo que nos últimos anos tenha surgido interesse na temática. As escolhas políticas e/ou o medo de ser acusado de construir uma história militante teriam influenciado na baixa produção. Além disso, Veras e Pedro (2014) chamam atenção para o não lugar de homossexuais dentro da produção historiográfica em comparação com a história das mulheres:

Se, por um lado, a invisibilidade das mulheres era produzida pela hegemonia do sujeito masculino universal, por outro, a exclusão das homossexualidades demonstra que os homossexuais nem mesmo como o outro fazem parte da história. Estes sujeitos, na lógica da história tradicional, não seriam o outro, mas o não-humano, uma vez excluídos da humanidade legitimada pela heteronormatividade (VERAS, PEDRO, 2014, p. 96).

De acordo com Veras e Pedro (2014) as primeiras produções sobre o campo das homossexualidades remetem a década de 1980 e 1990 quando as primeiras obras foram produzidas por Ronald Polito¹⁶, Peter Fry¹⁷ e Luiz Mott¹⁸ que, neste momento, questionavam invisibilidade dos homossexuais na vida pública e na produção do conhecimento, assim como pesquisam estigmas construídos sobre suas identidades e modos de vida. Nas décadas seguintes foram produzidos importantes trabalhos como o “Além do Carnaval”, do historiador James Green, as produções de Tania Navarro Swain e as produções ligadas a pós-graduação de história na Universidade Federal de Santa Catarina. Veras e Pedro (2014) citam como relevantes os trabalhos de:

A dissertação A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980), de José Carlos de Araújo Junior (2006), e a tese Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960, de Nadia Cristina Nogueira (2005), orientadas pela historiadora Margareth Rago (UNICAMP); a tese O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modo de uma experiência subjetiva, de Eduardo Moreira Assis (2011), orientada por Denise Sant’Anna

¹⁵ Para saber mais sobre a vivência travesti e transexual recomendo: OCANHA, Rafael F. As rondas policiais de combate a homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 149-175.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panoas. Repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969) In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 53-81.

¹⁶ De acordo com Veras e Pedro (2014) Ronald Polito organizou o livro “[...] Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870- 1980) (2006), [...], constitui uma compilação de trechos de fontes históricas (registros policiais, tratados médicos, revistas e jornais) sobre a homossexualidade masculina no Brasil de 1870 a 1980”. (VERAS, PEDRO, 2014, p. 93).

¹⁷ Segundo Veras e Pedro (2014) o antropólogo investigou os homens na Bahia na década de 1970.

¹⁸ Segundo Veras e Pedro (2014) Mott foi o fundador do Grupo Gay da Bahia e um dos primeiros a historicizar a homossexualidade na história.

(PUC/SP); a tese De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena, de Rita de Cássia Colaço Rodrigues (2012), orientada por Raquel Soihet (UFF), revelam que a predominância da análise da homossexualidade masculina, presente nas primeiras pesquisas antropológicas, inclusive na pesquisa pioneira de Green, compartilha a atenção dos/as historiadores/as com outras temáticas (lesbianidades, transexualidades e travestilidades) (VERAS, PEDRO, 2014, p. 99).

De acordo com Veras e Pedro (2014) as produções sobre homossexualidades na história estão aumentando, diminuindo a invisibilidade desses sujeitos. No entanto, é importante apontar para a baixa produção acadêmica sobre as lesbianidades. Em evento do “7ª Curso de curta duração em Gênero e Feminismos na Mesa Trajetórias Lésbicas: entre a in/visibilidade e a resistência”, apresentada por Carla S. Ayres e Maria Helena Lenzi que realizaram uma pesquisa entre teses, dissertações e artigos que incorporavam em seus títulos referências diversas a lesbianidade na base de dados Periódicos Capes e na Scielo¹⁹. Em geral, as autoras apontam que, entre teses e dissertações, foram encontrados 119 trabalhos, distribuídos de 1988 a 2018. Sendo 89 dissertações e 30 teses distribuídas nesse período. A defesa de teses sobre o tema começa a partir dos anos 2000 e se concentram principalmente na década de 2010. A maior parte dos trabalhos é realizado no Sudeste, seguidos por produções no Nordeste e no Sul. No Centro-oeste tem oito produções, restritas a UNB e a UFG. A maior parte dos trabalhos estão localizados no campo da psicologia, seguido pela saúde, letras e literatura, sociologia e ciências sociais e antropologia. Com menor produção temos as áreas de serviço social, história, educação, comunicação, entre outras. Podemos ver, através desse levantamento, as pesquisas sobre lesbianidades, que demonstram que a produção histórica está pouco presente. No mestrado profissional em história, o ProfHistória, não há nenhum trabalho que trate do tema lesbianidade, sendo esta dissertação a primeira a debater lesbianidade dentro do ensino de história.

A retomada da história das mulheres lésbicas durante a ditadura civil-militar opera no sentido de reconstrução da história das mulheres, incluindo a perspectiva da sexualidade. As mulheres lésbicas foram historicamente apagadas dos espaços de memória, sendo sua existência e história marginalizadas. O reconhecimento de sua exclusão das narrativas históricas e nos processos de ensino é o primeiro passo na construção de uma história não sexista.

O gênero como ferramenta de análise histórica é um importante elemento para a elaboração de uma história não sexista. Ao propor uma visão crítica sobre a construção sócio-

¹⁹ Mais informações em: LENZI, MARIA HELENA; AYRES, C. S. Trajetórias lésbicas: entre a in/visibilidade e a resistência. 7ª Curso Duração em Gênero e Feminismos. Mesa Trajetórias Lésbicas: entre a in/visibilidade e a resistência 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=syknFQPeJ7E> >.

histórica de comportamentos aceitáveis e instituídos a partir das diferenças sexuais, se promove a desnaturalização e evidencia a historicidade dessas relações sociais. “São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença sexual, portanto, não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável em dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la” (COLLING, TEDESCHI, 2005, p. 301). A partir dessa perspectiva a abordagem de gênero procura retirar o debate do campo físico ou biológico, preocupando-se em compreender como as relações sociais são organizadas pelas construções simbólicas sobre as diferenças sexuais. A formulação do masculino e do feminino evidencia-se dentro desse espectro como decorrente das diferenças sociais percebidas sobre a diferença sexual. O sexo, por si, não determina uma natureza ou comportamentos às pessoas, mas é um fator relevante para a construção das diferenças de acordo com a cultura e formação histórica de cada sociedade.

Desnaturalizar a história e compreender que existe uma valorização de determinados temas, conteúdos e modos de constituição do currículo é um dos papéis a que se dedica a escrita dessa dissertação. Posto isso, trabalhar com gênero, sexualidade e ditadura civil-militar na história no Brasil é uma estratégia de enfrentamento à campanhas de desinformação que são responsáveis por gerar pânico moral na comunidade escolar. Além da questão política e da tentativa de resposta às questões pertinentes no presente, é relevante pensarmos sobre a construção historiográfica da história durante a Ditadura civil-militar. Ao observar diversos tipos de registros históricos e materiais didáticos, é fácil constatar como as diferenças de gênero e sexualidade não são abordadas na maioria das narrativas. Como professora, ao trabalhar a temática ditadura civil-militar, é fácil perceber o vazio e silenciamento da participação das mulheres, em especial, de lésbicas, nesse período em materiais e produções históricas para nível básico.

De acordo com Renan Quinalha (2017) e Ana Maria Colling (2015), é produzido um silêncio sobre a história das mulheres durante a ditadura, sendo que este apagamento é decorrente da tradição sexista que orientou por muito tempo a produção da história, assim como de práticas sexistas de exclusão das mulheres e homossexuais no cenário político e social. Ao narrar a história da resistência ao regime militar, percebe-se uma preponderância de histórias que tem homens como seus protagonistas. O apagamento da participação feminina pode ser compreendido quando observamos que sua ação na esfera política foi inferiorizada por mecanismos de gênero. Por exemplo, das mulheres militantes eram retiradas as suas representações como indivíduos políticos e sua inclinação ideológica. A sua participação na esfera pública era constantemente apagada por considerações baseadas nos papéis de gênero

e, sendo denominadas pelos órgãos de repressão como “comunistas” e “promiscuas”, as mulheres militantes infringiam o código moral e político amplamente instituído pela ditadura²⁰. Nos grupos de atuação política de esquerda, as mulheres eram tratadas também a partir do gênero, sendo delegadas a elas tarefas ligadas aos estereótipos de gênero e diminuída a importância de suas falas e posicionamentos políticos²¹.

A história das sexualidades durante a ditadura é um outro aspecto da produção de uma política institucional de apagamento de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis, que, a partir de um aparelhamento político baseado no uso da censura e pela repressão política, nega a existência política e social dessas sujeitas.

Abordar gênero e sexualidade no contexto da ditadura é apresentar a historicidade das construções sociais que orientaram o cotidiano, as práticas sociais e os discursos produzidos pelo governo e a sociedade civil. A partir da exposição sobre o projeto político e moral defendido pela ditadura e seus apoiadores(as), o uso de práticas repressivas e censórias que afetam a vida de mulheres e homens comuns, assim como a produção e divulgação de produtos culturais, procura demonstrar que houve um conjunto de ações em defesa de uma moralidade e de costumes tradicionais firmados a partir da heteronormatividade, que buscava defender a “família” das mudanças sociais e culturais em curso na sociedade brasileira.

1.4. Ditadura Militar: ensino e revisionismos.

A ditadura civil-militar que se instaura com o golpe de 31 de abril de 1964 deve ser pensada como o resultado de conflitos e disputas que cercavam o cenário nacional. Dentre os militares não havia uma unanimidade sobre aplicação do golpe ou sobre o tempo de governo que deveria se seguir a ele. Segundo Reis Filho (1998) não devemos considerar que haveria uma homogeneidade entre os militares sobre os planos para a ditadura, sendo que existiam alas que desejavam uma intervenção curta e capaz de deter as forças sociais consideradas por

²⁰ Mais informações em: Ana Maria Colling 2015.

²¹ Segundo Briggmann e Wolff (2019) a participação das mulheres nos movimentos de esquerda era marcada por sua aceitação dentro do movimento, ao mesmo tempo, com determinada resistência decorrente da visão de alguns integrantes sobre seus papéis dentro da organização. Cito: “No livro, A guerra de guerrilha, de Ernesto Che Guevara (2001), o autor dedica um subcapítulo para o “Papel da Mulher”, no qual traz a afirmação de que a mulher pode portar armas e combater ao lado dos homens, mas será mais importante se servir de agente de ligação e mensageira, por poder passar mais despercebida, ou como cozinheira, professora, costureira e enfermeira, por sua “doçura infinitamente superior”. Ou seja, as mulheres deveriam continuar desenvolvendo as funções que lhes eram socialmente atribuídas e o gênero se colava ao corpo, nas práticas cotidianas e nas tarefas conferidas a cada militante (BRIGGMANN, WOLFF, 2019, p. 306). BRIGGMANN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina S. Mulheres Militantes de esquerda na Ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina s.; ZANDONÁ, Jair; Mello, Soraia C. (Org) **Mulheres de luta: feminismos e esquerda no Brasil (1964-1985)**. 1ª ed. Curitiba: Appis. 2019.

eles como subversivas e um outro setor, que procurava implementar seu projeto de estado e plano de desenvolvimento do capitalismo.

No miolo, entre os extremos, todo o tipo de nuances: dos partidários de uma intervenção cirúrgica, mas rápida, com a volta, tão cedo quanto possível, ao status *quo ante*, desde que, naturalmente, a baderna houvesse sido controlada, e a canalha posta no seu lugar. Aos que sentiam prazer em não ver a luz no fim do túnel. Como os ratos, gostavam da escuridão e do terror, e do terror da escuridão. Para estes, de preferência, a exceção deveria tornar-se norma. Assim formou-se uma frente, contraditória, heterogênea (REIS FILHO, 1998, p. 27).

Embora houvesse dissidências dentro do governo militar, a ala mais linha dura prosperou e comandou o regime. Uma de suas marcas do regime foi a tentativa de manter uma certa legalidade em suas ações políticas. A aparência de certa ordem “democrática” ou de garantia da legalidade foi fundamental para o estabelecimento do governo e sua aceitação social. Deste modo, foram criadas uma série de instrumentos legais para tornar possível a sua governabilidade, dos quais os mais conhecidos são os Atos Institucionais (AI). A partir do AI-1 vemos a derrocada paulatina do estado de direito, com a possibilidade de cassar mandatos, decretação do estado sítio²² e a suspensão dos direitos políticos por até dez anos. Os outros atos institucionais corroboram na suspensão dos direitos constitucionais e na centralização do poder político nas mãos dos militares²³. O AI-5 foi o mais perverso ordenamento jurídico aplicado pelo regime e responsável pelo aprofundamento das perseguições, prisões e repressão política pondo fim aos direitos civis.

Dentro das discursões historiográficas sobre a ditadura há uma importante questão sendo levantada em torno do nome do período. Segundo Carlos Fico (2004), o golpe militar de 1964 se deu a partir da colaboração de diversas áreas sociais, como empresários, a classe média, parte do clero e apoio de alguns veículos de comunicação, afirmando, assim, um golpe civil-militar. No entanto, considera que o governo que se instaura após a tomada do poder é eminentemente militar.

Mas embora se trate de explicar o golpe, não se pode descurar da crescente militarização posterior do regime. As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos importantes em agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal sobretudo para o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que se podemos falar de um golpe

²² No estado de sítio as competências das entidades civis são temporariamente transferidas para os militares e há a suspensão de alguns direitos constitucionais.

²³ Para compreender a efetivação dos Atos Institucionais e suas consequências nas práticas de censura recomendo o seguinte trabalho: SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197.

civil-militar, trata-se, contudo, dá implantação de um regime militar - em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2004, p. 38).

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, em fala no “VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas”, em 2006, a participação da sociedade civil deu sustentação a realização do golpe de 1964, assim como sustentou a implementação do regime militar posterior a ele. Mesmo com as lideranças da ditadura militar sendo militares, o historiador aponta para a os comportamentos de setores da sociedade civil como empresários, parte do clero e o grande capital, que apoiaram e agiram na formulação de um consenso em torno da aceitação e manutenção da ditadura.

O que fica evidente aí é que o processo que levou à ditadura não foi um processo que apenas mobilizou os militares, ao contrário, foi um processo que articulou ativamente setores civis consideráveis, justificando-se, a partir daí, chamar-se a ditadura de ditadura civil-militar, e não mais de ditadura militar, porque esse último nome acaba encobrindo, e fazendo esquecer, os civis que participaram do processo (REIS FILHO, 2006, p. 7).

É evidente que o protagonismo da ditadura está na figura dos militares. No entanto, é importante apontar que parte da sociedade civil atuou na promoção do golpe e lucrou com o regime. Daniel aponta que “[...] os grandes capitalistas deste país, que tiveram extraordinários lucros durante a ditadura, escaparam incólumes do processo, e esse termo ditadura militar encobre completamente a participação dessa gente [...]” (REIS FILHO, 2006, p. 7). Deste modo, opta-se aqui por tratar a ditadura como civil-militar, afim de compreender como foram construídos os elementos de consenso que tornaram possível a manutenção do regime ao longo dos seus 21 anos de existência.

Renan Quinalha (2017), em sua tese, discute como a historiografia vem tratando o tema da censura, especificamente, na ditadura civil-militar. Segundo o autor, a maioria das análises historiográficas sobre a ditadura preconizaram os aspectos políticos, em especial relacionados ao autoritarismo e às práticas repressivas.

Assim como Quinalha, Marcelino (2006) aponta para a produção de uma história da ditadura essencialmente política, deixando de analisar uma parte muito relevante da implementação do regime, que são suas estruturas morais e ligadas à cultura. Fala-se muito em censura política e pouco se discute a prática da censura moral. Havia um projeto moralizador que a ditadura com anuência de parte da sociedade civil procurava implementar, que tem sido suprimido na produção da memória sobre o período.

De fato, a memória construída sobre os anos da ditadura, de forma geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura então existente. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como a sexualidade e outras referidas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a

história do Brasil entre 1964 e 1985 tem sido reduzida à história política da ditadura militar (MARCELINO, 2006, p. 15).

A apresentação da maior parte das narrativas históricas sobre a ditadura forma-se sobre as questões políticas, não se tratando da revolução de costumes e da modernização que a sociedade brasileira passava no período. Marcelino (2006) constata, em sua dissertação, a importância dada pelas narrativas historiográficas às chamadas canções de protesto, que se tornaram muito conhecidas por sua crítica à ditadura, mas aponta que grande parte da censura do período se deu a cantores(as) que falavam de temas pertinentes ao campo moral, como a sexualidade, o comportamento feminino e aos novos comportamentos sociais contestadores. O direcionamento das narrativas históricas ao processo de resistência político da ditadura através de canções de protesto é importante, mas apenas seu uso pode levar ao apagamento de outras questões culturais e sociais que foram relevantes para a construção da legitimidade e reconhecimento da ditadura, por parte de parcelas da população conservadora e reacionária, como um governo necessário para estancar o que eles consideravam como um caos moral no qual estaria mergulhada a sociedade brasileira.

A ditadura civil-militar, enquanto governo, orientou suas ações políticas no sentido de garantir um ordenamento da vida social e cultural, organizando as produções culturais. Por isso, órgãos como o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) fazia a censura das chamadas “diversões públicas” (o teatro, o cinema, a música, o rádio, as casas de espetáculo, entre outros) desde os anos 1940 e em 1972, o SCDP tornou-se Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) (MARCELINO, 2006).

Outro ponto urgente dentro do campo da historiografia sobre a ditadura é a abordagem sobre as temáticas de sexualidade e gênero. A ampliação dos objetos históricos e a construção, nos últimos trinta anos, do campo da história das mulheres durante a ditadura, tem levantado questionamentos e a novas narrativas historiográficas. Mesmo com o aumento das produções sobre mulheres e homossexualidades, Quinalha (2017) assinala que a ênfase na perspectiva política tratava o tema sexualidade como um aspecto secundário dentro de toda a política do regime. Pondera, ainda, que: “[...] o tema sexualidades é abordado ignorando-se sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais ou, em sentido oposto, ele é discutido como se estivesse completamente desconectado da história do período [...]” (QUINALHA, 2018, p. 19). Por isso, pretendo analisar como a censura, em especial a temas de comportamentos, atua em contexto social e político de grandes mudanças sociais e é aplicada no sentido de conferir legitimidade ao governo, promovendo, com isso, uma política de marginalização de sujeitos e de corpos específicos.

Capítulo 2 – Lesbianidades e ditadura: as trajetórias de Leci Brandão e Cassandra Rios.

2.1 Identidade lésbica: marginalizações e apagamentos históricos.

“o que tem sido escrito sobre as lesbianas? Onde suas falas aparecem? Nos estudos feministas? Na história das mulheres? Quem são as lésbicas? Um silêncio profundo é a marca mais visível quando tentamos pensar nas questões propostas”
(LESSA, 2003, p. 3).

As mulheres que se relacionam com mulheres afetiva e sexualmente têm muitos nomes ao longo do tempo: sapatão, sáfica, fanchona, entendida, lésbica, invertida etc. Elas formam um grupo social que partilha de um marcador da diferença: a sexualidade. Irei abordar o surgimento e catalogação da homossexualidade de mulheres de forma superficial para compreendermos o processo de apagamento e marginalização decorrentes da heterossexualidade como um sistema de poder, não natural, mas construído histórica e socialmente.

De acordo com Lima (2021), a homossexualidade como conceito surge na história muito depois de sua prática. Sua classificação como prática sexual moralmente reprovada pode ser remontada aos preceitos judaico-cristãos, ainda na Idade Média, e é reafirmada pelas ideias Iluministas. As relações entre Estado e Igreja Católica contribuíram para sua criminalização e perseguição. Posteriormente, no fim do século XIX, o pensamento cientificista procura dar nome às diversas formas de viver a sexualidade, com a criação de outras nomenclaturas para denominar as sexualidades desviantes da norma heteronormativa. A categoria lésbica surge, assim, dentro desse momento de catalogação das sexualidades.

A homossexualidade de mulheres foi, segundo Lima (2021), ao longo do tempo, mais difícil de ser identificada e censurada por instituições como a Inquisição, devido aos valores falocêntricos que geriam os sistemas simbólicos de pensamento. Como não haveria penetração entre mulheres, a sodomia, crime comumente atribuído à prática homossexual, era mais difícil de ser provada.

Com efeito, em 1499, no reinado de D. Manuel, havia já sido promulgado um assento régio com o objectivo de esclarecer se as penas estabelecidas nas Ordenações para a sodomia se aplicariam ou não aos actos sexuais entre mulheres e a ambas as envolvidas (Aguiar, 1930, p. 15). As dúvidas dos juízes incidiam sobre duas questões fundamentais: primeiro, saber se duas mulheres podiam, realmente, ter sexo juntas; segundo, se ambas deviam ser condenadas ou apenas aquela que, supostamente, usurpava o papel masculino (BRANDÃO, 2010, p. 309).

A homossexualidade de mulheres deixa de ser perseguida como um crime em Portugal no ano de 1646 e passa a ser considerada um pecado mortal que deveria ser repreendido

(Brandão, 2010). A compreensão de que é necessário que haja um pênis, ou algo que simule um pênis, para que exista, de fato, sexo é reflexo do falocentrismo presente na estruturação do pensamento da igreja Católica no período. Além disso, a misoginia presente nesse modelo heterossexual contribui para o apagamento da possibilidade de desejo e de uma sexualidade voltada para as mulheres, visto que a sexualidade de mulheres estaria sempre endereçada aos homens e ao masculino, não existindo outro modelo de relação possível. A misoginia e o falocentrismo são fatores estruturantes da construção do pensamento heterossexual, através dos quais podemos compreender a ausência de registros de muitos casos de acusação de relação sexual entre mulheres diante da inquisição no período, e que ajudam a explicar a invisibilização e apagamento das histórias lesbianas (Mezzari, 2021).

O termo “invisibilidade lésbica” se define segundo a história da sexualidade humana, em que a sexualidade dita normal era “falocêntrica”, em que as mulheres poderiam se sentir atraídas por homens e os homens poderiam sentir atração por mulheres, mas não havia nada na mulher que pudesse sustentar durante mais que um curto espaço de tempo os desejos sexuais de outra mulher. Na lei, na medicina e em grande parte da sociedade, as relações sexuais entre mulheres eram ignoradas, como se tais não existissem. Entre centenas, se não milhares de casos de homens gays julgados pelos tribunais civis e eclesiásticos na Europa medieval e princípios da era moderna, quase não existiam casos relativos às relações sexuais e afetivas entre mulheres (MIGNOT, 2021, p. 198/199).

Ainda acerca do percurso histórico das relações entre mulheres, outro fator relevante, de acordo com Brandão (2010), foi a existência, dentro da sociedade burguesa, de alguma tolerância sobre relações homoafetivas entre mulheres, chamadas de Amizades Românticas. A existência lésbica é tolerada quando não quebra com os modelos heterossexuais, sendo direcionada ao masculino. Por isso, estas relações de “amizade romântica” tendiam a ser, em certa medida, permitidas se praticadas por jovens mulheres e com decoro, como uma iniciação sexual ou alternativa até a escolha de um homem aceitável, sendo que, necessariamente, elas deveriam se submeter ao casamento heterossexual. Quando essa relação entre mulheres começa a ser cogitada por elas como uma alternativa ao casamento heterossexual e aos papéis de mãe e esposa, começa a ser repreendida e censurada (Brandão 2010). Sobre essas mulheres que se relacionavam erótica e afetivamente é designado o rótulo de invertidas.

As teorias dominantes sobre a “inversão”, ou a homossexualidade — os termos são já usados como sinónimos —, assentam no pressuposto central de que o exercício da sexualidade está directamente associado ao género e de que este se organiza num binário que opõe o masculino ao feminino. Neste quadro, o homossexual “verdadeiro” era sempre efeminado e a lésbica “verdadeira” era sempre máscula (Terry, 1990, p. 318). Apesar de a realidade frequentemente não encaixar nas suas construções teóricas, muitos médicos assumiam que o comportamento sexual estava ligado à expressão da masculinidade ou da feminilidade e que estas se traduziam tanto na configuração como nas formas de ter e apresentar o corpo. Quando, porém, como frequentemente acontecia, os testes antropométricos não confirmavam a teoria, recorriam à psique como variável explicativa complementar, e é a este nível

que as concepções dominantes acerca do gênero surgem mais claramente como explicação para as diferentes formas de erotismo (BRANDÃO, 2010, p. 312).

Marcadamente a sexualidade foi lida pelos discursos médicos e religiosos do período através da identidade de gênero e de seus padrões. Esses discursos tinham uma clara tentativa de relacionar os comportamentos que fugissem aos padrões de gênero, dentro da heteronormatividade, a um desvio que determinava a sexualidade desviante. Outro aspecto importante é a presença de uma conotação pejorativa a qual se aplicava às mulheres que eles chamavam de masculinas: essas seriam mulheres inferiores ou que queriam ser homens. Na primeira Onda do Feminismo, as mulheres que participavam do movimento Sufragista eram recorrentemente acusadas de serem “invertidas”, uma clara tentativa de silenciamento da existência política e social das feministas e lésbicas (LIMA, 2021).

De acordo com Lima (2021), as mulheres que se relacionavam exclusivamente com mulheres, afetiva e sexualmente, eram chamadas de sáficas, de onde surge o termo Safismo, escolhido em referência à poetisa grega Safo, da ilha de Lesbos, em virtude de sua obra homoerótica. Dessa referência também surge o termo Lesbianismo, marcadamente relacionado ao contexto de patologização das sexualidades não heterossexuais. Acompanha a raiz da palavra o termo “ismo”, conotando doença, e é utilizado para nomear a prática sexual entre duas mulheres. O termo tribadismo também foi utilizado no período.

Dos três termos utilizados inicialmente, lesbianismo para a prática sexual e lésbica para definir a orientação sexual das mulheres que sentem atração sexual exclusiva por outras se perpetuaram. Dessa maneira, ocorreu o surgimento oficial da categoria lésbica. Mas isso também não significou uma grande Liberdade para as mesmas. Se o aprisionamento até então tinham sido predominantemente religioso e social, na transição entre os séculos XIX e XX, se tornaria científico (LIMA, 2021, p. 235).

A patologização das práticas sexuais que se desviam da heterossexualidade acontece através do discurso médico. É através dele que surge o termo para descrever a homossexualidade: “homossexualismo”. Era um termo corrente na época, com o sufixo “ismo”, que conota doença. Este termo se tornou um diagnóstico para uma enfermidade, que, posteriormente, foi catalogada e explicada como um transtorno de preferência sexual, sendo incluída no CID – Classificação internacional de Doenças, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Lima, 2021, p. 234).

Dentro do século XX, a construção da cientificidade dos saberes médicos e psiquiátricos cria uma série de patologias e transtornos, nos quais comportamentos e sexualidades não aceitas socialmente, realizadas por mulheres, foram tratadas e medicadas como doença. Alguns exemplos são a histeria e a homossexualidade de mulheres, que eram perseguidas e oprimidas também pela “ciência” em favor da manutenção dos padrões heteronormativos. No Brasil, a homossexualidade deixa de ser patologia de acordo com o

Conselho Federal de Medicina em 1985 e em 1990 a OMS retira também sua classificação como doença. Na mesma época, o termo “homossexualismo” é substituído por homossexualidade.

Mesmo após a retirada da categorização de patologia sobre a lesbianidade, sua trajetória histórica é marcada por estigmas e perseguições. As lésbicas atuaram em diversos movimentos sociais para combater a discriminação e, ao mesmo tempo, em muitos dos espaços que ocuparam, ergueram suas próprias pautas. Aqui abordarei a história de grupos no eixo Rio-São Paulo, devido às fontes encontradas para a pesquisa e o pouco tempo disponível para a formulação da dissertação. No entanto, é importante apontar que, em diversas outras regiões do país, grupos de homossexuais, de lésbicas e de feministas realizavam ações. As grandes cidades acabaram facilitando a união dessas sujeitas históricas, a construção de espaços de sociabilidade e a sua organização política na defesa de temas de seu interesse. Deixo aqui a minha observação para que possamos investigar a ação política em outros espaços do país, fortalecendo assim a história das pessoas LGBTQIA+.

Na história de lutas lésbicas por existência e por ação política, a misoginia e a lesbofobia foram resistências recorrentes em suas trajetórias, mesmo em campos politicamente considerados progressistas. Dentro do movimento feminista, as lésbicas precisaram construir espaços próprios de existência, momento no qual fundam o grupo Lésbico-Feminista – LF (1979-1981). No movimento de homossexuais no Brasil, em específico, no Grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual), as lésbicas se sentiam marginalizadas por não ter suas identidades e suas questões tratadas de forma igualitária dentro do grupo e fundaram, assim, o grupo Ação Lésbica-Feminista - GALF (1981-1989) (FERNANDES, 2019).

Nos anos de 1960 à década de 1980, as feministas no Brasil debatiam a luta contra a repressão da ditadura, o aborto, o divórcio e o uso da pílula como método contraceptivo, pautas vinculadas às mulheres heterossexuais. Debates como a liberdade sexual, o prazer feminino e a crítica às normas de gênero eram estabelecidos com mais tenacidade por mulheres lésbicas. Marisa Fernandes (2019), historiadora e militante, aponta que havia uma grande resistência à atuação de lesbianas direcionada às temáticas lésbicas dentro do movimento feminista. De acordo com a autora, desde a década de 1970, o grupo Lésbico-Feminista (LF) procurou se inserir em debates feministas, participando pela primeira vez de um encontro organizado para debater a questão das mulheres. Este foi o II Congresso da Mulher Paulista, organizado em março de 1980, na Pontifícia Universidade Católica em São Paulo, no qual participaram da coordenação e apresentaram debates. De forma geral, as

lésbicas do LF procuravam debater temas como a sexualidade e o prazer sexual, pensando-os, de acordo com Marisa, como “possibilidade e direito” das mulheres (FERNANDES, 2019, p. 129).

A participação do grupo LF no congresso feminista, no entanto, gerou variados incômodos e reações discriminatórias. Fernandes aponta que mesmo a utilização do nome do grupo foi escondida, invisibilizada e as lésbicas assinaram, assim, como Grupo Somos, para gerar menos conflitos entre as feministas e elas. A primeira ação do LF no congresso, a apresentação de um painel denominado “Amor entre mulheres”, foi destruído com pouco tempo de exibição. Seu grupo de debates foi marginalizado e o alcance de suas questões foi diminuído, visto que no primeiro dia de debates haveriam mais 80 grupos de mulheres e as lesbianas estavam concentradas apenas em um. No segundo dia de debates, as lésbicas se espalharam entre os grupos como estratégia para divulgar suas pautas, mas, ainda segundo Fernandes, não houveram resultados positivos devido a animosidade em que eram recebidas pelas feministas. Além disso, mulheres da esquerda estariam invadindo os espaços de debates democraticamente direcionados para tratar de temas importantes para as mulheres, com o intuito de divulgar uma pauta que elas consideravam maior: a luta contra a ditadura e pela construção de uma revolução do proletariado (FERNANDES, 2019, p. 129).

As mulheres ligadas a organizações políticas de uma esquerda autoritária, centralizadora, patriarcal e reacionária pregavam não existir violência contra a mulher, mas sim a violência ditatorial contra os homens e mulheres da classe operária, e que propostas de se refletir sobre as especificidades das mulheres eram pequeno-burguesas e elitistas e que pouco interessavam a revolução (FERNANDES, 2019, p. 129).

Vemos, portanto, que a ação de grupos lésbicos em movimentos feministas era repleta de estranhamento, medo e reações de incomodo por parte da maioria das feministas. Isto deve-se, em parte, à construção pejorativa, na qual a categoria lésbica é marcada historicamente como antinatural e profundamente estigmatizada pelo caráter patológico que lhe foi atribuído pelos sistemas de pensamento misóginos e androcêntricos.

O relato e análise realizada pela historiadora Marisa Fernandes trazem elementos importantes para que possamos desenvolver a crítica que Monique Wittig (1980) e Adrienne Rich (2010) fazem ao movimento feminista, assim como nos ajudam a compreender as lutas e resistências das mulheres lésbicas dentro do movimento feminista, apontando as contribuições teóricas e epistemológicas feitas através do pensamento lésbico-feminista.

As autoras Monique Wittig (1980) e Adrienne Rich (2010) realizaram uma crítica fundamental ao sistema de exploração das mulheres, sendo ela o exame da heterossexualidade como uma instituição política de opressão das mulheres e apagamento da existência lésbica.

Primeiramente, analisa-se a heterossexualidade não como uma expressão da sexualidade, mas como um complexo mecanismo de poder, através do qual se impõe um destino às mulheres. A heterossexualidade é um sistema não-natural, historicamente localizado e socialmente construído, que está estruturado em práticas políticas, sociais, epistemológicas, educacionais e violentas de dominação e convencimento. Este sistema institui que as mulheres devem direcionar seu afeto, seus desejos e seu trabalho aos homens. Através da produção de significados sobre as diferenças sexuais e a criação das categorias homem e mulher, se estrutura uma rede de discursos e práticas por meio das quais as mulheres são controladas e exploradas por homens (RITCH, 2010, p. 24/25).

A heterossexualidade compulsória é, assim, uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações de modo geral, em que o masculino é mais valorizado do que o feminino (SWAIN, 2010, p. 48).

A partir da heterossexualidade compulsória deriva-se a heteronormatividade, que exige certo tipo de comportamento social e a aderência aos papéis de gênero instituídos a partir do sexo. A estruturação da categoria mulher e a construção de seu destino biológico como mãe, esposa e disponível aos homens é baseada na reprodução de normas sociais e comportamentais previamente estabelecidos pelo gênero. Explicando de forma didática, a mulher deve performar a feminilidade para estar dentro dos padrões heteronormativos. Qualquer deslize no cumprimento do padrão de gênero, leva ao questionamento de sua sexualidade.

Tanto na heterossexualidade compulsória quanto na heteronormatividade o que legitima a atuação desses dois mecanismos estruturalistas é a naturalidade como fonte. É natural que o desejo esteja voltado para o sexo oposto, e, se, não está, é natural que se reproduza o padrão seguido pelos “normais” que constituem família, se reproduzem, enfim, constituem o modelo social exigido para a família heterossexual vista largamente na mídia, na literatura, nas telenovelas, no cinema etc. A heterossexualidade natural impõe violências simbólicas aos que rompem com as normas do desejo e da performance de gênero, que, a fim de se enquadrar socialmente, incorporam as coerções a seu modo de vida, agindo conforme o modelo padrão social amplamente aceito (CANCIANI, 2021, p. 210).

Importa, portanto, perceber que a heterossexualidade não é um comportamento natural, mas foi construído historicamente através da negação e apagamento de outros modos de sexualidade. Como mencionado anteriormente, a perseguição, o aprisionamento, o assassinato e o apagamento de sexualidades não heterossexuais foram uma prática constante para a construção da heterossexualidade como um sistema de poder. Além disso, a produção de discursos religiosos, médicos e legais contribui para a censura, a perseguição, a criminalização e a invisibilidade de outras sexualidades. A heterossexualidade é compulsória

e é cultivada por mecanismos complexos de convencimento. Ela se reafirma como um modo de poder a medida em que é incorporada ao patriarcalismo e à misoginia, que são elementos estruturantes do pensamento Ocidental. Como as lésbicas se negam a ter relações sexuais, afetivas e a serem exploradas por homens, elas negam a heterossexualidade, logo:

O que é a mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não tem por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “mulher” tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres. (WITTIG, 1980, p. 16)

Monique Wittig (1980) elabora a tese de que as lesbianas não são mulheres porque entende que o lesbianismo, como movimento político, é a quebra com o controle e com o poder dos homens sobre a vida das mulheres. Para a autora, as lésbicas, por não se relacionarem com homens, por não servirem aos homens e doarem a sua força de trabalho a eles, quebram com um padrão de exploração instituído através do gênero. Considera-se a heterossexualidade como um sistema de opressão que nos ensina, a partir dos processos de socialização, que há apenas uma forma de relação entre os seres humanos, aquela que se dá pela associação de mulheres e homens em um regime hierárquico de poder, no qual o sexo masculino toma as forças de produção, os sistemas linguísticos e os locais de prestígio social para si e submete as mulheres à procriação, ao trabalho menos valorizado e a uma espécie de “segundo lugar” na humanidade. Dentro dessa construção binária de sociedade, baseada na heteronormatividade, as lésbicas representam uma quebra com o sistema da heterossexualidade compulsória, visto que, problematizam o padrão normativo e constroem novas formas de sociabilidade, na qual, retiram os homens da centralidade das relações. Por isso, a lesbianidade é uma quebra drástica com a divisão binária entre os sexos e propõe o fim das categorias homem e mulher, que apenas significariam sistemas de opressão para as mulheres.

Ser lésbica, a partir dessa compreensão política, é estabelecer uma ruptura definitiva com os padrões heteronormativos e construir formas de relacionamento afetivos e sociais que rejeitam frontalmente as normas sexuais e de gênero heterocentrados, abrindo espaço para a existência de comunidades que baseiem suas relações em outros valores. A partir dessa compreensão, não seria possível identificar lésbicas com os termos masculinas ou femininas, ilusões que decorrem do processo de poder construído pelos sistemas de significado heteronormativos. Classificar lésbicas como femininas e masculinas é negar o caráter radical de suas existências, encaixotando-as, novamente, nos sistemas de pensamento heterossexual.

O uso da identidade lesbiana é compreendido por Adrienne Rich (2010) como uma forma de identificar pautas comuns a um coletivo de mulheres, não para um uso a fim de fortalecer apenas as identidades individuais ou construir modelos homogêneos e totalitários de representação, mas para construir uma forma de atuação política que possa fazer frente à heterossexualidade compulsória e demonstrar a existência lésbica. Para Rich, as lésbicas enfrentam um intrincado sistema de poder que, não somente, é responsável pela desigualdade entre os sexos e pela posse de propriedades pelos homens, mas que se tornaram um conjunto complexo de forças, sendo elas físicas e/ou simbólicas, que são instrumentalizadas pelos homens para a manutenção do poder masculino²⁴.

Os Feminismos tanto em suas ações como nas suas teorias vieram sacudir as evidências dos modelos totalitários de seres humanos e por isso questionam e apontam os perigos de um modelo, mesmo as homossexualidades correm o risco de padronizarem comportamentos através da apologia do verdadeiro gay, da verdadeira lésbica, do verdadeiro travesti, do verdadeiro transexual. Se as, lesbianas, pensarem o que as une nesta categoria, será que chegarão a um lugar comum? São muitas. Brancas, negras, amarelas, jovens, idosas, trabalhadoras, desempregadas, apaixonadas, tantas quantas são as possibilidades de se ser. O que as une então? Podemos dizer que é da ordem do político, pois a invisibilidade causa profundos danos aos personagens sociais. Danos e problemas de toda ordem: jurídicos, de atendimento médico, de auto-estima, de exclusão e abandono (LESSA, 2005, p. 6/7).

Nos estudos lesbianos é importante lembrar que a categoria lésbica deve ser tensionada e compreendida como uma categoria plural, na qual se incluem diversas diferenças e singularidades, podendo ser elas de classe, de raça, de territórios, de geração, dentre outras. É importante que não exista uma tentativa de homogeneização, mas, sobretudo, que haja a tentativa de construção de uma identidade comum que suporte as diferenças entre as diversas lesbianas que a compõem, assim como que reconheça-as e aponte possibilidades de ação política e potencialidades epistêmicas.

A análise da heterossexualidade compulsória é importante, também, para as mulheres feministas, visto que desnaturaliza a heterossexualidade e contribui para a desestabilização dos sistemas de poder utilizados para a opressão das mulheres. As teorias lésbicas-feministas ajudam a compreender e criar um movimento de luta contra o apagamento que sofremos de identidades e produções culturais e auxilia no rompimento com o silenciamento imposto pela produção da memória que ainda se propõe a invisibilizar nossas existências.

²⁴ Rich (2010) aborda as principais causas da dominação masculina, sendo elas: [...] “A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade” (RICH, 2010, p. 23).

2.1 A trajetória de Cassandra Rios.

Quem se atreve a falar de sexualidade feminina?

Quem se atreve a ser uma escritora lésbica?

Quem se atreve a debater o prazer feminino?

Quem se atreve a falar de lesbianidade?

Quem se atreve a ser Cassandra Rios?

Proponho-me a desenvolver uma narrativa sobre a biografia de Cassandra Rios, relacionando-a ao debate sobre heterossexualidade compulsória e existência lésbica realizado no item anterior e elaborado pelas teóricas lésbicas Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1980), sobre a opressão de mulheres e o apagamento da lesbianidade. Utilizarei as entrevistas de Cassandra Rios na revista Realidade, o Boletim ChanacomChana e uma análise bibliográfica para apresentar a sua trajetória e para debater o seu espaço na produção da história lésbica e na literatura.

A sociedade brasileira no período da primeira República (1889-1930) é marcada por um pensamento religioso e se organiza a partir de políticas morais e papéis sociais bem definidas para os gêneros. A moralidade pública é debatida e há a existência de instituições responsáveis pela censura aos costumes. Nesse contexto histórico, nasce Odete Rios Perez Gonzáles Hernández Arellano, em São Paulo, em outubro de 1932, em uma família de ascendência espanhola. Odete assinou a sua primeira publicação aos 13 anos como Cassandra Rios, pseudônimo que utilizou em sua carreira como escritora, quando participou de concursos literários em jornais. A escolha deste nome para utilizar como pseudônimo não se dá ao acaso, mas possui influências sociais e demonstra uma leitura de sua realidade.

Todos os mitos possuem versões e eu me proponho a apresentar apenas uma. Cassandra era uma mulher grega, filha de Ecóba e Príamo e recebeu o dom da adivinhação pela influência do deus Apolo. Cassandra poderia adivinhar o futuro, no entanto, como o deus se apaixonou por ela e não teria sido correspondido, ele a amaldiçoou, de modo que ninguém acreditasse em suas visões. Ela tinha um dom que, ao fim, representava uma grande dor e frustração, pois ninguém acreditava em suas previsões de futuro. Um exemplo histórico poderia ser o cavalo de troia, que ela previu ser um truque, mas, ao avisar as pessoas, ninguém confiou em suas previsões, tratando-a como louca. Odete adota o pseudônimo Cassandra e mantém o sobrenome Rios.

Embora as influências gregas pudessem ter servido de inspiração para a escolha do nome que adotaria como pseudônimo, Odete utiliza-o, também, por outras motivações. Em uma entrevista, a revista Realidade, em abril de 1970, a autora conta sobre sua adolescência e

o ambiente familiar no qual cresceu. Por pertencer a uma família marcadamente católica, em que o poder de ser e fazer era deliberado pelo pai, a escritora utilizou o pseudônimo afim de minimizar as possibilidades de seu reconhecimento e impedir que sua família obtivesse acesso ao conteúdo de seus escritos. Odete relata que escrever não era entendido pelo pai como uma profissão aceitável para uma mulher e, por isso, a escritora muitas vezes escrevia escondida, na madrugada, com máquina de escrever cedida por conhecidos. O seu intuito era o de driblar a repressão de gênero que sofria, visto que estava realizando uma atividade e desejava desenvolver uma profissão compreendida, naquele momento, pelo pai e por parte do pensamento social, como não natural à condição feminina. Em mesma reportagem à revista *Realidade*, a escritora narra que, na escola, ao ser surpreendida por uma professora que recolheu um dos trechos de seu livro, sofreu uma represália e foi suspensa.

A formação social acontece através dos processos de socialização. O primeiro ao qual somos apresentadas é a socialização primária, no seio da família, e depois somos apresentadas à socialização secundária, através de outras instituições formadoras, como a igreja e a escola. Pode-se observar, na narrativa feita por Odete, que sua formação era baseada em modelos patriarcais e heterossexuais, nos quais os papéis de gênero eram firmemente delimitados e constantemente reforçados. Em sua trajetória, Odete consegue driblar, em partes, esses preceitos e criar espaços de liberdade e rebeldia.

No Brasil, até os anos de 1960, pode-se afirmar que grande parte da população não tinha acesso à educação escolar, mas Odete, por ser de uma família branca, imigrante, com certos recursos financeiros e em um grande centro urbano, pôde ter acesso a educação formal mesmo sendo uma mulher. No entanto, cabe lembrar que a educação formal que era dirigida às mulheres²⁵, foi elaborada a partir de pressupostos baseados no gênero e buscava desenvolver nelas habilidades desejáveis para que pudessem desempenhar seu destino biológico de boas mães, boas esposas e submissas aos homens.

A habilidade de criar ficções e o bom uso das palavras, assim como o gosto por escrever, fizeram com que, aos 16 anos, Cassandra lançasse seu primeiro livro, *Volúpia do pecado* (1948), mas, para que Odete pudesse realizar este objetivo, precisou negociar e usar das estratégias possíveis para publicar seu livro. Como dito, o contexto familiar no qual estava inserida era fortemente estruturado pelo poder do pai e no reforço às normas de gênero e, por isso, devido aos valores morais e ao conservadorismo de sua família cristã, não poderia

²⁵ Não todas as mulheres, mas em geral as mulheres de centros urbanos, de classe média e em sua maior parte brancas.

simplesmente pedir aos pais para pagar a publicação, pois em sua primeira obra a escritora já trazia a temática da homossexualidade.

Odete, então, ofereceu seu livro a diversas editoras, porém não obteve sucesso, não conseguiu espaço e criou um plano para tornar possível a publicação. Ela iria trabalhar em um escritório de advocacia para juntar 25 contos, que seria a primeira parte do valor para a publicação, o que corresponderia a três anos de trabalho e ela mesma pagaria para publicar seu livro de forma independente. Entretanto, seus pais não concordavam com o trabalho fora de casa realizado por Odete e isso causava grandes brigas em sua casa. Por isso, Dona Damiana, a mãe de Odete, a convenceu a desistir do trabalho, mas, em troca, pagaria a primeira parte do preço cobrado pela editora para publicar o livro de Odete. Houve, ainda, um segundo combinado: dona Damiana nunca poderia ler o livro da filha, Odete a fez prometer. A partir daí, a sua trajetória enquanto mulher, escritora e lésbica foi marcada por sucessos editoriais, censura e marginalização de seu legado.

Volúpia do pecado (1948) vendeu rapidamente, mas não foi recebido pela crítica literária e foi ignorado pelos jornais. Após o grande sucesso em vendas de seu primeiro livro, Cassandra lançaria *Carne em Delírio* (1948), dessa vez sem grandes dificuldades para convencer as editoras a publicá-lo. A dificuldade enfrentada pela escritora agora era outra: a repercussão de seu livro em sua casa e para com sua família. Os rumores de sua publicação sobre lesbianidade e de sua atuação como escritora bagunçavam os locais de gênero previamente estabelecidos para ela e, mais uma vez, Odete joga com as cartas que estão disponíveis na mesa. Se para ser livre e continuar a ser escritora ela precisava seguir a receita universal para as mulheres, ela se casaria com um homem. A escritora conta, em sua entrevista, que combinou com um amigo de confiança que seguiriam o rito da heterossexualidade, namorando, noivando e se casando oficialmente.

Carole Pateman, em sua obra “O Contrato sexual”, alega que a construção deste contrato sexual-social acontece sobre um processo de institucionalização de opressão às mulheres na sociedade Moderna, pois a construção do poder político se dá atrelado a heterossexualidade e ao patriarcado.

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não para conquistar sua liberdade, mas para assegurar mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado pela história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos

homens sobre as mulheres -, e também no estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 16/17).

A necessidade de Odete se casar para poder estar livre do poder do pai e cumprir as normas sociais de gênero demonstra que os processos de dominação e sujeição das mulheres se dá de diversas formas, a medida em que está dentro da formação política e da constituição das normas legais e que se estrutura através de mecanismos de convencimento e coerção.

Assim, relegando as mulheres a um destino biológico de “matriz” a ser fecundada, os homens reservam para si o papel de agentes da sexualidade e da reprodução, relação perpetuada na heterossexualidade compulsória. Se em certas sociedades numerosas a relação heterossexual é determinada pela força, com o casamento forçado ou a venda de meninas e mulheres; em outras, como as ocidentais, a heterossexualidade torna-se compulsória pelas estratégias culturais, que deslizam e impregnam-se pelos veios educacionais, formais e informais (SWAIN, 2010, p. 48).

A estratégia de Odete funciona e, com o casamento “falso”, muda-se para o Rio de Janeiro, onde residiria a partir de então e trabalharia, pois assinara contrato para escrever de forma fixa para uma editora. Nesse período seus livros vendem muito, mesmo sem propaganda. Até que a censura a encontrou. Cassandra Rios é uma das primeiras escritoras nacionais a lançar obras nas quais as personagens centrais são lésbicas e a tratar da homossexualidade de mulheres e homens e de temáticas como a prostituição, a violência, a brutalidade policial e outros problemas sociais em cenários urbanos (SANTOS, 2003) (BRUM, 2020).

Assim, no que concerne às questões relacionadas à sexualidade, as personagens criadas por Rios colocavam-se a falar de encontros e desencontros amorosos, da experiência oriunda da descoberta de desejos proibidos, dos problemas que tinham que enfrentar na família, nas escolas, nos meios sociais em geral. Essas personagens, ainda, permitem revisitar e problematizar a literatura médica, que concebia os/as homossexuais como portadores(as) de patologia assim como o discurso religioso que considerava a homossexualidade um ato pecaminoso grave. O empenho em criar uma imagem positiva desses indivíduos no contexto social brasileiro também é muito evidente nas narrativas. E foram muitas as amantes e amores criados e narrados por Cassandra Rios (PEREIRA, 2019, p. 26)

A grande repercussão da obra de Cassandra se daria, assim, por tratar temáticas como a sexualidade feminina, o prazer sexual de mulheres e a homossexualidade, contrapondo discursos conservadores que negavam esses debates. Foi acusada de promover a propaganda contra a moralidade pública, criando representações sobre a homossexualidade e o prazer sexual que deveriam ser escondidas do universo do debate público. Foi fortemente taxada de pornográfica, pois suas narrativas expunham de maneira explícita e detalhada relações sexuais. Sofreu o seu primeiro processo ainda em 1952, durante o governo Vargas, após o lançamento do livro *Eudemonia*, pelo qual sofreria uma perseguição jurídica e seria condenada a um ano de prisão. Acabou recorrendo do processo através do auxílio jurídico que recebia da sua editora no período (PEREIRA, 2019).

A relação de Cassandra Rios com os órgãos de censura durante o período democrático, da publicação de seu primeiro livro até o golpe de 1964, foi marcada por conflitos, pois naquele período existiam instituições de controle da moralidade pública que atuavam no sentido de moralizar as comunicações. É importante mencionar que a chegada de veículos de comunicação, como o rádio, o cinema e a televisão, estavam alterando a configuração do debate público ao inserir temáticas ‘modernas’ sobre a liberdade de mulheres, a profissionalização, a sexualidade, entre outras. Esse contexto de intensas transformações políticas e sociais que afetavam o cotidiano das pessoas era discutido e disputado por atores políticos e áreas de conhecimento, como a medicina, a criminologia e a psiquiatria. A inserção das mulheres na política, as lutas pela aprovação do divórcio, a entrada de mulheres no mercado de trabalho e a entrada da mulher na formação escolar, estavam movimentando as construções de gênero e modificando os papéis sociais (GREEN, 2000).

A partir de 1964, a perseguição a temáticas homossexuais e à liberdade sexual no ambiente público se tornou um projeto político de nação que foi amplamente implementado pela ditadura Civil-militar. O apagamento e a marginalização desses temas é um pressuposto básico para a legitimação do governo militar, que, para além da defesa dos valores judaico-cristãos, incluiu o debate de costumes no campo político, apresentando a homossexualidade e a liberdade sexual como planos de dominação cultural empregados por comunistas internacionais para a destruição das famílias e para a degeneração da sociedade brasileira (QUINALHA, 2017).

Cassandra Rios tinha que lidar com processos judiciais contra ela, que a acusavam de atentar contra moralidade pública, pois suas tramas ficcionais destruíam as narrativas hegemônicas que colocavam a heterossexualidade como a única forma ‘natural’ e aceitável de relacionamento. Nesse sentido, a tentativa de censura e a destruição das obras de Cassandra se relacionam com a manutenção da heterossexualidade como um sistema de poder, que marginaliza e apaga as diferenças. Segundo Rich, a heterossexualidade procura apagar a existência lésbica e os mecanismos que são utilizados para isso dependem de quão ameaçadora é essa existência. “A via da heterossexualidade compulsória, por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível [...]” (RICH, 2010, p. 21).

As tentativas de marginalização e apagamento da obra de Cassandra produziram diferentes resultados. Em um primeiro momento, a autora fica conhecida por diversas expressões: “a escritora maldita”, a “papisa da homossexualidade”, a “escritora mais proibida do Brasil”, a “safo de perdizes”, entre outros, o que lhe confere uma certa notoriedade e é

utilizado por muitas editoras como uma forma de propaganda para vender os seus livros. As suas obras são, assim, um sucesso de vendas.

Os livros de Cassandra eram os que mais vendiam, atingindo a marca de trezentos mil exemplares de cada novo livro publicado. Escreveu e publicou cinquenta títulos, cada um com mais de dez edições. Foi a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos (FERNANDES, 2018, p. 127).

Por ser reconhecidamente produtora de obras ficcionais que debatem as homossexualidades e que lidam de forma aberta com a liberdade sexual de mulheres, Cassandra passa a ser censurada em todas as suas produções literárias e as suas obras sofrem um grande processo de perseguição. De 50 obras lançadas em sua carreira como escritora, 36 foram censuradas (FERNANDES, 2018). A censura gerava um grande prejuízo financeiro, porque as suas obras poderiam ser recolhidas e incineradas. Muitas vezes, a escritora e a sua editora eram multadas e a editora podia ser fechada pelos órgãos censores da ditadura. Deste modo, as pressões e perseguições colocavam a escritora em uma posição de fragilidade para negociar com as editoras (FERNANDES, 2018) (QUINALHA, 2017).

As editoras que publicavam seus livros sabiam que as obras publicadas tinham uma grande chance de se tornarem sucesso de vendas. Desde o seu primeiro livro, Cassandra vinha enfrentando dificuldades e contratempos na venda de sua obra, ora porque era muito jovem e não conhecia o mercado editorial e depois, com o acirramento da censura, muitas editoras só aceitavam lançar seus livros se a escritora vendesse, também, seus direitos autorais. Deste modo, mesmo com a alta vendagem de seus livros durante a ditadura e com a repressão de sua obra, a escritora não conseguiu obter rendimentos financeiros a altura, passando, inclusive, por momentos de dificuldade financeira.

O nome "Cassandra Rios" conformava contradições: o signo pornográfica ao qual era associado era simultaneamente uma estratégia explorada pelos editores - e uma das razões de vendagem -, mas também justamente o motivo pelo qual era alvo da censura, pois era marcado como subversivo. Seu nome se tornou sinônimo de subversão. A ambiguidade era presente: era o que fazia vender, mas também era o que fazia ser censurado. Assim, ela adotava outros pseudônimos, desta vez masculinos - Clarence Rivier e Oliver River eram dois deles, traduções francesa e inglesa de "rios" - como maneira de escapar à censura (BRUM, 2020, p. 13).

Cassandra, então, decidiu escrever livros com o uso dos pseudônimos masculinos Oliver Rivers e Clarence Rivier, para que pudesse sobreviver. A escritora, mais uma vez, só era publicada pelas editoras se vendesse os direitos definitivos sobre os livros (RESENDE, 2019). Em uma entrevista com Jô Soares, em 1990, a escritora conta que escolheu pseudônimos masculinos para provar que havia sido censurada por escrever romances eróticos sendo mulher. Menciona que o teor dos livros que escreveu com os pseudônimos masculinos

era muito mais explícito, mas, ainda assim, esses livros não teriam sido censurados²⁶. De acordo com Wittig (1980), a possibilidade das lesbianas de produzir discursos sobre si e sua realidade é constantemente confrontada e classificada como inferior pelos detentores do poder heterossexual.

Não há nada de abstrato acerca do poder que as ciências e as teorias tem de agir materialmente na realidade sobre os nossos corpos e as nossas mentes, mesmo se é abstrato o discurso que produz esse poder. É uma das formas de domínio, a sua própria expressão. Eu diria, alternativamente, um dos seus exercícios. Todas as oprimidas conhecem esse poder e têm que lidar com ele. É porque o teu falar não é científico, estás num nível errado de análise, estas a confundir discurso com realidade, o teu discurso é ingênuo, compreendes mal está ou aquela ciência (WITTIG, 1980, p. 8)

Santos (2003) mostra que o processo de apagamento do legado de Cassandra na história da literatura aponta para uma exclusão baseada muito mais em preceitos heterossexistas e conservadores do que na qualidade de suas narrativas, que contribuíram para a constituição da visibilidade de lésbicas, gays, travestis e prostitutas dentro da literatura e dialogou com uma grande massa de leitores que consumiam suas obras.

Não sendo reconhecida como escritora e retirada de manifestações públicas, como do Manifesto contra a censura, em 1977, Cassandra, a mais censurada pela ditadura, foi censurada por seus colegas e não teve seu nome incluído na carta manifesto. Em 1978, o Jornal Lâmpião de esquina publica:

Assim é: proibida pela direita, desprezada pela esquerda. Cassandra Rios me lembra uma bruxa perseguida (e bruxa aqui tem o sentido que as Feministas recuperaram: aquela que se rebelou contra padrões sócio-culturais [sic] impostos) (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 8).

Vemos que a trajetória de Cassandra Rios é marcada por conflitos e disputas pela ocupação de espaços. Primeiramente, como uma mulher, precisou conquistar o direito de ser livre para escolher a sua profissão. Depois, como escritora, precisou lutar contra as normas de moralidade e contra os estigmas sobre a homossexualidade. E como figura política, iluminou o debate sobre a lesbianidade, a liberdade sexual e abriu caminhos para a existência da memória de lésbicas através de sua trajetória e resistência.

2.3 A trajetória de Leci Brandão

“Ama na maior liberdade... abra, escancara esse peito
Clama! Só é linda a verdade, nua sem ser preconceito”.
Essa tal Criatura- Leci Brandão

²⁶ Sobre o uso de pseudônimos masculinos recomendo: RESENDE, Marcelo Branquinho Massucatto. Odete, a andrógona: pseudônimos masculinos de Cassandra Rios. Revista **Crioula**. n. 24 / 2º semestre 2019. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/download/162548/158688> > Acesso em 12/01/2022.

Pretendo narrar brevemente a trajetória biográfica de Leci Brandão da infância à sua atuação profissional como cantora. Importa ressaltar os elementos significativos por ela ser uma mulher reconhecidamente lésbica, que atuou na produção de narrativas sobre as homossexualidades no período ditatorial e que possui importância fundamental para a construção da memória e história LGBT²⁷. As informações apresentadas são fruto de análise bibliográfica, a partir dos trabalhos de Cristiane dos Santos Pereira (2010) e de Fernanda Kalianny Martins Souza (2016), e, também, de entrevistas ao Jornal Lampião de Esquina (1978).

Leci Brandão nasceu em 1944, no Rio de Janeiro, filha de Lecy de Assunção Brandão e Antônio Francisco da Silva, funcionários públicos de baixo escalão. O pai trabalhava no setor administrativo do Hospital Souza Aguiar e a mãe era uma zeladora de escola pública. Leci cresceu em uma família humilde que residia no subúrbio carioca, marcada por um ambiente familiar estável, em que ambos os pais eram funcionários públicos. A família, ao longo da infância e adolescência de Leci, acabou se mudando com alguma frequência, pois sua mãe conseguiu um espaço para morar nas escolas nas quais trabalhava. O ambiente em que Leci cresceu foi marcado pela presença da família, com tias e madrinhas que cuidavam dela quando pequena e com os demais membros da família em ocasiões de comemoração (SOUZA, 2016) (PEREIRA, 2010).

Em entrevistas concedidas a Fernanda Souza (2016), Leci conta que sempre se interessou por estudar e aprender a ler. Foi uma aluna dedicada, que cultivava o hábito de leitura. Dentro desses relatos narrados na dissertação de Fernanda (Souza, 2016), chama a atenção o primeiro contato que Leci teve com o racismo e o classismo. Sendo filha de dona Lecy, sua mãe, mulher negra e trabalhadora na escola, Leci teria vencido um concurso de redação aos 11 anos, mas o prêmio acabou sendo entregue a segunda colocada, menina branca, filha da professora. A comunidade escolar parece ter se indignado ao ter que lidar com a vitória da menina negra, filha de empregada, que venceu a menina branca filha da professora (SOUZA, 2016, p. 61). Esse foi o primeiro contato de Leci com questões que estariam presentes em sua vida e as quais cantaria em suas canções, denunciando a discriminação e as desigualdades.

²⁷ O termo LGBT é utilizado nessa dissertação para uma tentativa de simplificar a compreensão das identidades em conflito com o regime ditatorial, sendo importante ressaltar que, durante o período em questão, ainda não existia a organização do movimento LGBT. Sobre a historicidade do termo, recomendo a leitura do verbete LGBT em: RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Verbetes: LGBT. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 448 p.

Para Grada Kilomba (2019), o racismo possui três características. A primeira é a construção de/da diferença: o branco se estabelece como norma e exclui os demais a partir de um processo de discriminação. A segunda característica é a ligação das diferenças a valores hierárquicos. Aqueles que são considerados diferentes são tratados com estigma e inferiorização e esse tratamento passa por um processo de naturalização, que gera o preconceito. Os processos de discriminação e de preconceito são acompanhados pelo poder, que se constitui como a terceira característica citada por Kilomba. Este poder se instala em diversos âmbitos, como no político, no social e no econômico. A conjunção dessas três características forma o racismo. O que Leci experencia é um exemplo dessa junção de fatores, afinal como poderia a menina negra, que não é reconhecida como corpo que produz conhecimento, quebrar, de forma tão grave, hierarquia dos saberes?

A família de Leci via na educação uma forma de melhorar a qualidade de vida e ter acesso a oportunidades melhores, por isso sempre a incentivou a se dedicar aos estudos e, quando terminou o ensino fundamental, Leci adentrou ao Colégio Dom Pedro II, escola de grande tradição no Rio de Janeiro. Para ter essa possibilidade, Leci se dedicou aos estudos e teve que passar por um processo de seleção. Ao adentrar no Colégio Dom Pedro, Leci compreende que aquele espaço é muito diferente das escolas que frequentou até então, possuindo um público elitizado e praticamente todo branco, o que contrastava, em muito, com a sua realidade. Para que ela pudesse estudar no Colégio Dom Pedro, a família se mudou, novamente, para outra escola e essa mudança trouxe uma maior quantidade de trabalho para sua mãe, que tinha muito mais espaços e salas para organizar.

Leci aponta a Souza (2016) que todas as colegas de escola podiam se dedicar totalmente aos estudos, enquanto ela contribuía com o serviço doméstico e na escola com a mãe. Durante os estudos no colégio, Leci passaria, ainda, por mais uma situação racista, desta vez pela ação de colegas.

De vez em quando ouvia alguém fazendo um barulho “tizi...”, “tizi...”, mas não sabia o que era isso. Perguntava-se o que era, até que um dia uma amiga lhe disse que o barulho ouvido era a palavra tiziu, que é um passarinho preto, mas também uma forma pejorativa de se referir as pessoas negras. Ao entender o que estava acontecendo, Leci recorreu ao inspetor da escola, que surpreendentemente conversou com a turma e os advertiu que não podiam tratá-la assim, pois todos deveriam ser tratados com o mesmo respeito (SOUZA, 2016, p. 62).

Mesmo encontrando apoio em sua família, Leci, quando exposta a ambientes brancos, é vulnerável ao racismo cotidiano, tendo, ao longo da trajetória de seu desenvolvimento como criança e adolescente, experimentado situações em que fora destituída de sua humanidade e tratada como o outro, aquela que é diferente e que não está no espaço certo para seu corpo e

sua existência. De forma geral, Leci haveria conseguido se adaptar ao ambiente do colégio e completou os seus estudos, formando-se. A expectativa por possuir uma boa formação era a de obter boas oportunidades no mercado de trabalho, mas, novamente, se deparou com o racismo.

Depois de muitas entrevistas, foi reprovada várias vezes naquilo que chamavam de exame psicotécnico. Tais reprovações foram lidas por Brandão como motivadas pelo fato dela ser uma mulher negra. Mais tarde, entendeu que quando lia anúncios “Precisa-se de moça de boa aparência”, não era uma referência a uma vestimenta formal ou a uma moça bem arrumada, porque por mais que se arrumasse o telegrama de contratação nunca chegava (SOUZA, 2016, p. 67).

Leci reconhece que há um padrão de tratamento desigual em relação a outras candidatas brancas com a mesma formação que ela tinha. O racismo institucional se dá através da desclassificação de uma pessoa em detrimento da classificação vantajosa de outra, o que ocorre por meio de uma orientação discriminatória que opera através do poder de quem possui os meios de produção (KILOMBA, 2019). Após diversas tentativas conseguiu ajuda de uma amiga da época da escola, que lhe encaminhou a uma vaga de emprego. A remuneração proporcionada pela vaga de emprego que conseguiu ajudou a compor a renda da família, visto que seu pai falecera e a família passava por dificuldades financeiras.

Leci Brandão conta, em suas entrevistas a Fernanda Souza (2016), que começou a compor devido a um amor que a decepcionou. E cria uma definição interessante para a relação que a sua música teria com as temáticas de seu cotidiano, seria ela “uma espécie de jornalista musical”. Ela vai falar em suas canções sobre experiências que teve, coisas que viu em sua vida e sobre o amor.

Ao pensar que um jornalista é uma espécie de narrador de seu tempo, talvez se possa pensar essa autoclassificação de Leci como uma indicação que ela está fazendo de suas músicas narrativas de um tempo, bem como do espaço em que está situada (SOUZA, 2016, p. 72).

Leci vai adentrando aos espaços musicais a partir de suas composições. É convidada a cantar no Colégio Dom Pedro II e depois na União Nacional dos Estudantes, até que decide se concorrer no programa de calouros “A grande Chance”, apresentado por Flávio Cavalcante na TV Tupi, em 1968. A sua participação neste programa acaba mudando a sua trajetória. Ela, que já havia sido classificada em um concurso da Telefônica, acabou ganhando notoriedade social com a participação no programa e a empresa prometeu convocá-la para assumir seu posto no concurso. No entanto, a convocação nunca veio e Leci se viu obrigada a entrar em outro trabalho para ajudar a família a se sustentar.

Contudo, a partir de uma coincidência do destino e da notoriedade que ganhou ao participar do programa televisivo, Leci Brandão foi convidada a trabalhar no departamento pessoal da Universidade Gama Filho, espaço onde pôde conviver com Lelia Gonzalez,

professora e intelectual negra. A vida pessoal e as questões sentimentais levaram Leci a se jogar na música: é quando a cantora e compositora inicia a sua carreira musical.

A partir de referências musicais diversas, como as de seu pai, que gostava de discos, e as de sua família materna, que gostava de frequentar a escola de samba da Mangueira, Leci se propõe a participar do ambiente da escola, mas procura construir seu espaço como compositora. É a partir de sua tradição familiar que Leci se identifica com a Mangueira e, desse modo, pleiteia sua participação na ala de compositores. O que não seria tarefa fácil, visto que apresentou uma carta de intenções e ficou por dois anos realizando trabalhos menores até ser aceita no corpo de compositores da escola. Realizou seu primeiro desfile na mangueira em 1972.

A forma de nomear a Mangueira como “universidade do samba”, ao mesmo tempo em que cursava direito na universidade Gama Filho e trabalhava no departamento pessoal, é interessante porque demonstra o quanto Brandão colocava lado a lado os conhecimentos que a cercavam. Aprendia muito na faculdade, com seus colegas, com Lélia Gonzales, mas aprendia muito também na Mangueira, na qual ela convivia desde muito nova, onde sua avó e mãe haviam desfilado antes que ela nascesse. Leci estabelece, assim, relações entre diferentes espaços na sua construção enquanto artista, aliando o espaço universitário e a “universidade do samba” (SOUZA, 2016, p. 93).

Leci foi convidada a se apresentar nos shows do teatro Opinião, espaço ocupado por muitos artistas declaradamente contrários à ditadura e que produziam músicas de protesto. Pereira (2010) afirma que Leci Brandão não seria muito revisitada nas análises sobre as músicas de protesto contra a ditadura e a sua participação no teatro Opinião, assim como a de Dona Ivone Lara, não seria ressaltada como um movimento realizado por uma mulher negra que adentrava espaços brancos e elitizados. A crítica de Leci ao público do teatro fica explícita na canção Ritual (1975), que debate a forma como as classes elitizadas tratavam pessoas pobres e moradores da favela.

O posicionamento engajado de Leci sobre questões sociais não se tratava, pelo que ela afirma em suas entrevistas, de um plano para aproveitar o momento de luta política. Sobre isso, Leci alega que, quando afirmavam que suas canções eram políticas, ela geralmente não compreendia exatamente o que queriam dizer com essa classificação, já que estava somente preocupada com cantar a sua realidade e falar sobre as coisas que observava na sociedade. Segundo a compositora, não havia uma intencionalidade de produzir canções políticas. A política estava em suas canções porque era inevitável abordar a realidade sem tocar em temas debatidos no ambiente público. As músicas de Leci dizem respeito a variados extratos da sociedade: às mulheres, à questão racial, ao amor, à religiosidade e à prostituição. Aqui, irei me atentar, a partir de agora, à relação das músicas de Leci com as homossexualidades.

Em seu primeiro trabalho, lançado pela gravadora Globo/Columbia, em álbum intitulado “Questão de gosto”, em 1976, Leci traz a canção “As pessoas e eles”. Nessa canção, Leci trata sobre o estigma e a discriminação acerca da população homossexual pelo restante da sociedade.

As pessoas e eles.

As pessoas olham pra ele
 Com ar de reprovação
 As pessoas não percebem que eles
 Também tem o porquê e a razão
 As pessoas não entendem
 Porque eles se assumiram
 Simplesmente porque eles descobriram
 Uma verdade que elas proibem
 As pessoas que são boas
 Que são certas deixaram
 Todas as portas abertas
 Jamais entrou
 Enquanto eles, os perseguidos
 Incompreendidos
 Num sorriso e num gesto
 Não ligaram pro resto
 E o amor chegou
 Enquanto eles, os perseguidos
 Incompreendidos
 Num sorriso e num gesto
 Não ligaram pro resto
 E o amor chegou

Na canção, Leci confronta os estigmas sociais sobre a homossexualidade e retira a existência deste conceito de um ambiente de negação e apagamento, no qual não se era permitido falar sobre isso. Se uma pessoa fosse lésbica ou gay deveria se esconder e não assumir a sua forma de amor. A canção propõe o confronto a medida em que afirma a existência de relacionamentos e redes de apoio para homossexuais.

Antes e depois da emergência do movimento gay, membros da comunidade de segurança e informação agrupam a homossexualidade com outras formas de desvio político, vigiando tudo, desde humor burlesco e a chamada “pornografia” até ativismo formal (COWAN, 2018, p. 41).

Em 1976, a homossexualidade ainda estava sendo debatida de forma muito limitada, sendo que discursos médicos, legais e jurídicos se apregoavam como a melhor forma para debater o tema. A patologização e a marginalização das pessoas homossexuais é presente em diversos comportamentos sociais, assim como há uma política repressiva da existência e identidades homossexuais: programas em veículos de comunicação eram censurados e jornais eram proibidos de abordar o tema. Na mesma época, houve a tentativa de retirada da

homossexualidade do ambiente público (QUINHALHA, 2017) (COWAN, 2018). Leci, através de suas canções, retoma o debate sobre as homossexualidades, demonstrando a capacidade de homossexuais construírem redes de apoio e sociabilidade.

Outra canção de Leci que trata da questão da sexualidade e de suas relações com o seu tempo é a canção “Ombro amigo”, lançado pela gravadora Globo/Columbia, no álbum “Coisas do meu pessoal”, em 1977.

Ombro amigo

Você vive se escondendo
 Sempre respondendo
 Com certo temor
 Eu sei que as pessoas lhe agridem
 E até mesmo proibem
 Sua forma de amor
 E você tem que ir pra boate
 Pra bater um papo
 Ou desabafar
 E quando a saudade lhe bate
 Surge um ombro amigo
 Pra você chorar
 Num dia sem tal covardia
 Você poderá com seu amor sair
 Agora ainda não é hora
 De você, amigo, poder assumir
 Por isso tem que vir pra boate
 Pra bater um papo
 Ou desabafar
 E quando a saudade lhe bate
 Surge um ombro amigo
 Pra você chorar

Nessa canção, Leci começa, novamente, demonstrado o medo que muitos homossexuais teriam de lidar com as consequências de serem identificados como homossexuais, pois a repressão policial e a prática da perseguição política, na época, eram comuns em muitos espaços conhecidos por serem frequentados por homossexuais nos centros urbanos.

O público-alvo das violências sofridas pelas forças policiais das operações Rondão e limpeza eram as lésbicas, negros, gays, travestis e prostitutas que ativamente vinham protestando contra a violência instalada (FERNANDES, 2018, p. 137).

A prisão de pessoas apenas por serem identificadas como fora dos padrões de sexualidade era uma prática recorrente durante a ditadura. Em São Paulo havia uma política pública de segurança que realizava o saneamento de alguns bairros e ruas da presença dessa população. Portanto, é compreensível a hesitação e o temor de serem identificadas que Leci retrata perceber nas pessoas homossexuais. Boates e bares, como o Ferro's Bar e o Cachação,

eram espaços conhecidos frequentados por lésbicas. Gays também frequentavam espaços de sociabilidade, como boates, saunas, parques etc. A canção demonstra como esses espaços são importantes para a integração dessas pessoas, já que são frequentados por iguais e desfrutavam de uma certa tolerância e aceitação da homossexualidade e de sua prática. Em entrevista ao *Jornal Lampião*, ela fala:

Minha gravadora morreu de medo do disco ser aberto, primeira faixa, lado A, com “Ombro Amigo”. Alegram que tinha de abrir com um samba. No fundo tinham mesmo era medo da música, abertamente dedicada ao povo gay. Só que aconteceu exatamente o contrário: ninguém pixou, proibiu. Lancei o disco numa festança no Café Concerto Rival, cheio de gente da Mangueira, baianas tradicionais ao lado de travestis, pessoal do morro confraternizando com homossexuais da zona sul do Rio. Então, como deu certo, todo mundo diz “a Leci apelou” (*Jornal Lampião da Esquina*, nº 6, de novembro de 1978).

Em outra canção que fala sobre a homossexualidade e que, desta vez, envolve a lesbianidade, especificamente, fica explícita a relação entre duas mulheres e o ato sexual entre elas. A canção é lançada em 1980 e dá nome ao álbum de Leci.

Essa tal criatura

Tire essa bota

Pisa na terra

Rasgue essa roupa

Mostra teu corpo

Limpa esse rosto

Como a poeira

Seja essa cara

Sinta meu gosto

Morda uma fruta madura, lamba esse dedo melado

Transa na mais linda loucura, deixa a vergonha de lado

Corra no campo

Leva um tombo

Rala o joelho

Mata esta sede

Durma na rede

Sonha com a lua

Grita na praça

Picha as paredes

Ama na maior liberdade... abra, escancara esse peito

Clama! Só é linda a verdade, nua sem ser preconceito

Tire essa fruta
 Lamba essa terra
 Pisa as paredes
 Sinta esse tombo
 Rala esse rosto
 Transa com a lua
 Morda essa cara
 Linda, tão nua...

Faça da vergonha, loucura... abra, escancara a verdade

E ama essa tal criatura que envergonhou a cidade

Vemos, na canção que é desenvolvida de forma lírica, o desenvolvimento de um amor entre mulheres. Ela demonstra mais uma tentativa de Leci de quebrar com os discursos dominantes que falavam do amor e do desejo apenas heterossexual. Em entrevista ao Jornal Lampião de esquina, em 1978, Leci afirma que fala em suas canções sobre o povo “guey”, pois possui, com ele, um relacionamento “platônico” e “participante”, sendo assim umas das primeiras mulheres a assumir a sua sexualidade no ambiente público e uma das primeiras a assumir a responsabilidade de falar sobre esse povo através de seu “jornalismo musical”.

Quer ver? o fato de eu ser homossexual é uma coisa que não me incomoda, não me apavora, porque eu não devo nada a ninguém. As coisas todas que eu fiz foi com muito sacrifício, tudo que eu consegui veio através de uma batalha de muito tempo. Tenho dignidade, nunca fui venal, nunca paguei a ninguém para tocar os meus discos nas rádios. Esse é o meu lado participante. Se sou peito aberto com os outros porque não vou ser consigo mesma? E platônica eu sou, porque desde o momento em que conheci o lado gay, conheci pessoas maravilhosas, que me amam como eu sou, não por causa da fama, essas bobagens. A gente conversa, a gente é franco um com o outro, não precisa estar deturpando ou armando jogadas, nada disso. É por isso que eu transo o meu povo homossexual. (Jornal Lampião da Esquina, nº 6, de novembro de 1978)

As consequências de sua atuação musical como cantora e compositora de temas sociais rende a Leci alguns conflitos com as gravadoras, que queriam suavizar o tom de suas músicas (SOUZA, 2016). Ao mesmo tempo, em entrevista dada no ano de 1978 ao Jornal de Esquina, Leci aponta ter sofrido discriminação na Mangueira por tratar de temas como a sexualidade. A censura ditatorial acontece sobre as músicas de Leci por se tratarem de temáticas sociais. Um exemplo de canção censurada por esse motivo foi “Vamos ao teatro” (1977), na qual a compositora aborda o espaço do teatro como um espaço de encontro seguro para a promoção da sociabilidade e onde se realizam críticas à realidade vivida no período.

Capítulo 3 – O projeto político e moral da ditadura.

3.1. A construção social da moralidade e dos padrões de gênero.

A construção social de uma cultura se dá através de processos dinâmicos e condizentes com o curso histórico e social próprio de cada sociedade. Margareth Mead, que publica, em 1935, a obra “Sexo e Temperamento”, trabalha com a perspectiva do relativismo cultural que, em linhas gerais, propõe o reconhecimento das diferenças culturais entre as diversas sociedades. Além disso, a autora rompe com o evolucionismo social e propõe um novo paradigma para a compreensão das diferenças culturais, sendo ele:

Tendo originalmente tirado os seus valores dos valores caros alguns temperamentos humanos e estranhos a outros, na cultura incorpora esses valores cada vez mais firmemente à sua estrutura, aos seus sistemas político e religioso, à sua arte e sua literatura; cada geração nova é amoldada, firme e definitivamente, às tendências dominantes (MEAD, 2006, p. 20).

Esse importante argumento utilizado por Mead (2006) abre espaço para que as Ciências Humanas trabalhem com a tese da construção social da realidade. Este estudo é relevante porque desnaturaliza as ações sociais e estabelece uma lente que investiga o domínio do social, procurando compreender que a forma como nos organizamos é orientada por aspectos culturais escolhidos, valorizados ou excluídos por cada sociedade. A ideia de construção social é a base para a existência de relevantes argumentos durante o século XX, inclusive para a categoria de gênero, história das mulheres e os feminismos. A partir desse entendimento, o pensamento feminista procura desmascarar o discurso sexista que aponta o comportamento como determinado ou provocado pelas diferenças entre os sexos. A categoria gênero surge durante a Segunda Onda do Feminismo, nos anos 1960 e procura investigar como as sociedades criaram sistemas de significado baseados na diferença sexual. A compreensão de que, antes mesmo das mulheres e homens nascerem, a sociedade já havia proposto maneiras desejáveis e valorizadas de se comportar, amar e viver é a base para o uso do conceito de gênero. É a construção social dos comportamentos e relações de poder definidos pela sociedade para mulheres e homens que o gênero como categoria de análise é capaz de explicitar com sua utilização.

O uso do gênero, como categoria de análise social, está baseado na compreensão de que as diferenças entre os sexos são utilizadas como parâmetro para organizar e definir os comportamentos sociais sobre os seres sexuados. A análise de gênero torna evidente o caráter histórico e contingente dos papéis sociais estabelecidos culturalmente e propõe que há possibilidades de mudança na ordem vigente. O que o feminismo procura com o uso desse

conceito é descortinar o sexismo presente na organização social e retirar as mulheres do lugar de exploração e violência perpetuada pela sociedade patriarcal.

Joan Scott (1995), historiadora norte-americana, propõe que “o gênero é a forma primária de dar significados às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Com essa definição, a historiadora procura realçar como as relações de gênero são constituídas e constantemente reafirmadas através das relações de poder estabelecidas socialmente e baseadas na diferença sexual. A partir do estabelecimento do patriarcado como regime que organizou as relações sociais e se institucionalizou, reafirmando-se, historicamente, através de séculos, no Ocidente, as mulheres têm estado sob a tutela da dominação masculina. Variados discursos atuam na construção da justificativa para a dominação masculina e, dentre eles, chamo atenção ao discurso religioso, ao discurso médico e ao discurso legal. Dentro dessas três áreas de atuação humana, os pressupostos que definem culturalmente os padrões dominantes são o cristianismo e a heterossexualidade.

3.2. Os antecedentes da moralidade como política de Estado: a legalidade autoritária e a censura como prática institucional.

A censura é uma prática comumente adotada por variadas formas de governo ao longo da história do Brasil. Se pensarmos ao longo da construção de nossa história, desde o processo de colonização ela é utilizada como uma ferramenta para o controle da moralidade e da divulgação de valores através da produção cultural²⁸. Com a Proclamação da República, em 1889, a censura passa a ser realizada por órgãos policiais estaduais que investigam as mais diversas práticas culturais, mas é a partir do Estado Novo (1937-1945) que a censura se reorganiza e ganha contornos centralizados, além de iniciar a prática da censura política. Com a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a censura é institucionalizada e organizada a partir de um projeto centralizador que busca constranger aspectos culturais populares e manifestações políticas e ideológicas contrárias aos interesses varguistas, assim como preservar os valores morais tradicionais. A partir de Vargas temos a institucionalização da censura política e moral plenamente organizadas burocraticamente²⁹.

²⁸ PRIORE, Mary Del. “**Histórias íntimas**. Sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. Aborda como as relações de poder e as instituições foram importantes na construção de um padrão de moralidade e comportamento social.

²⁹ QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017. Aborda a criação das instituições de censura moral com a atuação da Cora portuguesa na proibição de obras literárias que fossem consideradas inadequadas à sua concepção de moralidade. A prática da presença de censores em obras teatrais durante a Primeira República, vista muitas vezes com naturalidade.

De 1945 a 1964, momento em que há uma retomada democrática na política brasileira, a censura retornou ao seu padrão de realização anterior ao Estado Novo, sendo empreendida pelas polícias nos estados e voltada a moralidade. Como exemplo, podemos citar o Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Este diploma legal foi editado logo após o governo autoritário de Vargas, que serviu de alicerce para a construção da política censória da ditadura no campo dos costumes ao regulamentar minuciosamente o funcionamento do organismo responsável pela censura e traçar certas diretrizes morais por muitas tempo cultivadas entre nós (QUINALHA, 2017, p. 46).

Como podemos ver, a existência de um aparato legal de censura indica há uma certa tradição dessa prática no cenário público. Marcelino (2006) aponta que durante a ditadura civil-militar, em especial a partir de 1970, o emprego da censura política era realizado principalmente através de aparatos não legalizados, enquanto a censura moral era largamente institucionalizada.

Marcelino (2006) e Quinalha (2017) demonstram que a censura se insere dentro de uma trajetória histórica marcada por ações do estado para gerir a moralidade e os valores nacionais. Em consonância com essa afirmação, Setemy (2018) afirma que haveria uma “cultura da vigilância à liberdade de expressão” devido à recorrente implementação da censura que está atrelada a uma visão paternalista do estado, o qual possui a responsabilidade de garantir a paz e a ordem. De acordo com Marcelino (2006):

Nesse sentido, tal serviço de censura estava inserido em uma espécie de “tradição” que sempre amparou a censura de costumes, preocupada com a preservação de valores morais formadores da própria história da sociedade brasileira. Voltada para uma suposta defesa dos “padrões morais tradicionais da família”, a censura de costumes centrava-se, desde muito tempo, em questões de natureza comportamental – como aquelas referidas ao sexo, às mudanças no tratamento dado às mulheres, à proteção de certos valores cristãos, enfim, a tudo aquilo mais propriamente relacionado ao plano da moralidade pública (MARCELINO, 2006, p. 26)

A construção de uma legislação que oficializa as práticas de censura se realiza a partir de uma resposta à apelos de membros da sociedade civil e do desejo de setores comprometidos com a preservação da ordem tradicional heteronormativa. Segundo Marcelino (2006), a censura se desenvolve também em reação a “revolução dos costumes” que traria discursões relacionadas à moralidade pública e a expansão da cidadania, tais como:

“[...] questões referidas aos direitos de certas “minorias” (mulheres, homossexuais etc.), à adoção de novos métodos contraceptivos, à legalização do divórcio, ao uso de drogas como forma de rebeldia e à liberalização sexual demonstram o ambiente de fortes mudanças vivido naquela conjuntura (MARCELINO, 2006, p. 33).

Para Renan Quinalha (2017), é interessante perceber que, em governos ditatoriais e democráticos, a prática da censura se deu, muitas vezes, como uma constante, sendo que, o que se diferencia é seu aspecto político e sua adaptação ao projeto de governo desenvolvido.

A homossexualidade é um exemplo de comportamento que se busca combater ao longo dessa tradição da censura. Um exemplo é a produção literária de Cassandra Rios, que é perseguida e censurada desde o Estado Novo de Vargas e na ditadura, a perseguição a sua produção também é compreendida como um combate a subversão, visto que, segundo alguns teóricos da ditadura³⁰ haveria um plano comunista de destruição da moralidade e das famílias que deveria ser combatido ao se lutar contra a dominação comunista, as mudanças sociais nos padrões de comportamento e gênero e temáticas homossexuais se enquadravam nesse parâmetro.

Preocupações para com a homossexualidade e a segurança nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional (COWAN, 2018, p. 30).

Em termos gerais, a censura se desenvolve no Brasil a partir das preocupações sobre o controle da moralidade e do comportamento individual, em uma crescente politização das questões comportamentais. Essa política moral se estabelece como um projeto e busca se contrapor a um conjunto de mudanças sociais em curso dentro da sociedade brasileira e ao aumento da importância dos veículos de comunicação, em especial, do audiovisual. As novas programações exibidas no cinema e na televisão apresentavam um risco à moralidade tradicional à medida em que trabalhavam com conflitos sociais, tratando de temas ligados ao gênero, como a liberdade feminina, a sexualidade, o divórcio e o erotismo. Além disso, a influência da literatura internacional e o desenvolvimento da indústria cultural com o aumento dos bens de consumo favoreceram o aumento da demanda por novos produtos culturais³¹.

3.3. A preservação da “moralidade” e “bons costumes” como política de estado.

De acordo com Setemy (2018), dentre os grandes acontecimentos que marcam o século XX temos a emergência do comunismo como um risco à sociedade liberal. Com a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Cubana de 1959, o entusiasmo com as ideias de comunismo e de revolução espalham-se por diversos países. Dentro de um contexto de Guerra Fria, o comunismo é caracterizado como um inimigo a ser combatido dentro da América. E no

³⁰ A Escola Superior de Guerra apresenta uma série de documentos nas quais expõe que umas das estratégias de dominação comunista aconteceria através da cultura e no campo social. Ver DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da escola superior de guerra. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.) **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26624>. Acesso em: 10/12/21

³¹ Marcelino (2006) e Quinalha (2017) abordam como a censura é implementada em veículos de comunicação escrita e audiovisual.

Brasil, o combate ao comunismo justifica uma série de ações autoritárias desde a ditadura Vargas, assim como serve de justificativa para o golpe civil-militar empreendido com o argumento de “salvaguardar” o estado brasileiro.

Ana Rita Fonteles Duarte (2011) aponta que haveria um projeto de “guerra total” a ser implementado pela ditadura civil-militar, uma guerra que aconteceria em diversas frentes, como a política, a cultural, a econômica etc. e que se utilizaria de diversas táticas, tais como a violência, a ideologia, a subversão etc. A partir dos estudos de materiais produzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), materiais produzidos por Golbery do Couto e Silva e por Moacir Araújo Lopes, é possível verificar que há a construção de um inimigo que o estado brasileiro deveria enfrentar³². Ainda que a ESG tivesse uma atuação importante, outros fatores como campanhas capitalistas e anticomunistas realizadas por organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) divulgavam o comunismo como inimigo.

A partir da emergência do comunismo como ameaça, é formulada pelo ESG a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que identifica ameaças externas e internas à sociedade brasileira e caracteriza uma série de comportamentos e ideias como “danosos” à população. A perseguição ao perigo comunista faz com que todos os cidadãos sejam considerados ameaças em potencial e, deste modo, coloca todos sob suspeita (DUARTE, 2011).

Nesse contexto, comportamentos sociais considerados inadequados pelos militares começam a ser tratados como uma ameaça à segurança nacional. Em um ambiente social marcado por grandes mudanças sociais decorrentes da modernização, da urbanização e da quebra de paradigmas propostos pela revolução cultural e por outros movimentos, como o feminismo, por exemplo, as transformações sociais são encaradas pelo governo da ditadura como uma ameaça à preservação da ordem patriarcal e política. As mudanças sociais em curso eram tratadas como uma estratégia do comunismo para a destruição da sociedade brasileira. Nesse sentido, afirma Duarte (2011):

³² Cito Duarte (2011) “Neste contexto, alguns documentos e acervos se colocam como especialmente importantes para a análise. É o caso de manuais em que se detalha a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que embasa diversas ações do regime militar em várias áreas incluindo a chamada Psicossocial, onde comportamento e costumes identificados como antagonistas são definidos e condenados. Entre eles podemos identificar o Manual Básico da Escola Superior de Guerra e os livros Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica, de Golbery do Couto e Silva e Moral e Civismo, de autoria do general Moacir Araújo Lopes, principal idealizador da disciplina de Educação Moral e Cívica instituída em 1969 e presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), órgão normativo ligado ao Ministério da Educação, criado em 1969 (DUARTE, 2019, p. 1)”.

É importante salientar que o contexto histórico em que se defendem essas intervenções é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado nos anos 1960 e 1970 trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência. A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, desestabilizaram as idéias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento (DUARTE, 2011, p. 4).

Em reação a essas transformações apresentadas por Duarte (2011), vários setores da sociedade civil buscavam a preservação da moralidade tradicional e do modelo de sociedade heteropatriarcal de família. Setemy (2018) e Quinalha (2017) apontam que movimentos contrários às mudanças sociais eram realizados por mulheres e homens de setores religiosos e civis, através da promoção de manifestações coletivas e falas públicas. As mais importantes manifestações de reação às mudanças nos valores e contrária ao comunismo foram as Marchas da família com Deus pela Liberdade, que ocorreram em diversas localidades do Brasil, antes e depois do golpe. A participação de mulheres foi muito importante nesses movimentos, já que elas foram sujeitas históricas atuantes em sua promoção. Outros movimentos de mulheres foram listados por Duarte (2017) e estão apresentadas abaixo.

As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, tachado de “comunista”, foram organizadas por grupos liderados por mulheres como a Campanha da Mulher pela Democracia (Guanabara), a União Cívica Feminina (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais) e a Cruzada Democrática Feminina (Pernambuco), patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares pró-golpe (DUARTE, 2017, p. 18).

De acordo com Quinalha (2017), o movimento da sociedade civil se relaciona diretamente ao projeto de governo da ditadura. Segundo Setemy (2018), para além dos anseios pela manutenção da moralidade pública heteropatriarcal, a ditadura se utiliza dos mecanismos de censura moral para empregar seu projeto de dominação social e legitimar suas ações de supressão. A partir do apoio dado à ditadura por setores sociais, é possível construir um discurso de defesa da família tradicional, dos valores cristãos e da heteronormatividade como padrões naturais e desejáveis na sociedade brasileira. Há por isso, um encontro de interesses entre os anseios de parte da sociedade e a ditadura, como explicita Quinalha:

Assim, as elites militares que capitanearam o golpe, com o apoio decisivo de setores civis, não demoraram a catalisar esse sentimento reacionário difuso em um discurso coeso capaz de justificar ideologicamente o novo regime em perfeita sintonia com as demandas por mais segurança, solidez das tradições e respeito à ordem que se estava perdendo ao longo do tortuoso caminho do desenvolvimento. O discurso marcadamente anticomunista, em prol da segurança nacional, apresentou-se em perfeita congruência histórica com a ânsia conservadora pela preservação da família e dos valores cristãos (QUINALHA, 2017, p. 28).

A preservação da censura moral advinda de uma tradição constituída pelo estado nacional em diversas formas de governo, como já mencionado, se relaciona com as necessidades de supressão de ideias conflitantes e contrárias à manutenção do regime militar. A utilização dos mecanismos de controle da moralidade, através da censura de produtos culturais, é realocada na prática de uma censura política não burocratizada.

Em períodos autoritários, o ‘aparelho’ de censura pode ser direcionado ao combate de críticas e a oponentes políticos, o que percebemos, por exemplo, na ditadura civil-militar, que se utiliza da legalidade da ação de órgãos censores para a promoção de uma política indireta de perseguição e silenciamento de adversários políticos, visto que a censura propriamente política acontecia a partir de processos não legalizados no uso da coerção e da violência policial.

3.4. Duas censuras e um projeto político.

Para Carlos Fico (2018), a ditadura militar pode ser pensada como uma “utopia autoritária”, termo que o autor utiliza para caracterizar os planos para o Brasil elaborados pelos militares e apoiados em ideias comuns a muitos civis. Isso acontece em um momento de profundas mudanças, como a crescente urbanização, a modernização dos meios de comunicação e transportes e a revolução cultural, sendo esses fatores desestabilizadores da cultura heterossexual cristã tradicional. Em reação à essas transformações, houve um movimento social no sentido de enfrentamento às possíveis mudanças causadas por elas e em defesa da família heteropatriarcal. Dentro desse intrincado caldeirão de fatores e em resposta a eles, houve um crescente anseio pela ação da censura moral, que seria empregada no sentido de limpar os meios de comunicação e o cenário público do que eles consideravam como “desviantes”, ou seja, aqueles que rompem com os padrões heterossexuais de gênero e sexualidade. A ditadura buscava garantir que identidades que eram consideradas indesejadas não servissem de exemplo para a população jovem e para as mulheres, partes da sociedade que os militares mais consideravam em risco.

No que concerne à censura, para Quinalha (2017), houve uma tentativa de construção, no campo historiográfico, de uma divisão e diferenciação entre formas específicas de censura, sendo elas a censura política e a censura moral. Citado por Quinalha (2017) como defensor de um olhar mais apurado das especificidades, o historiador Carlos Fico defende que essa separação teórica é interessante a medida em que possibilita uma análise pormenorizada da atuação dessas duas formas de censura. No entanto, o autor reitera a ideia de que esses tipos de censura se entrecruzam e fazem parte da construção de um mesmo modelo autoritário de

Brasil. Dentro dessa perspectiva, a censura política se ocuparia de silenciar e excluir os discursos críticos e opositores ao regime, enquanto a censura moral se aplicaria a discursos e ações culturais que transgredissem a moralidade heterossexual cristã tradicional.

Neste sentido, não seria demais afirmar, em se tratando da ditadura brasileira, que política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto global de repressão que pode ser designado como “utopia autoritária”. Corrobora a tese da hiperpolitização da esfera moral o fato de o DCDP ter sido utilizado para censurar tanto temas moralmente inaceitáveis quanto artistas vistos como ideólogos da oposição à ditadura, atestando que o órgão assumia viés político-ideológico em sua atuação rotineira. Depois, o apoio social manifestado pelo “consentimento ativo” dos missivistas que enviavam suas cartas clamando por mais censura dos costumes não pode ser compreendido fora dos marcos de uma sofisticada estrutura de propaganda e irradiação de valores morais conservadores que partia tanto do Estado como de outras instituições da sociedade, como a própria Igreja (QUINALHA, 2017, p. 42).

A censura moral ocorreu no sentido, também, político, visto que a moralidade é estabelecida através de disputas de poder dentro da sociedade e o modelo de moralidade que se torna hegemônico é um retrato dessas relações de poder. Sendo a moralidade essencialmente política, ela se estabelece durante a ditadura como uma parte do projeto de nação que esse regime procurou estabelecer no Brasil. A preocupação do regime com a moralidade atendia aos anseios populares conservadores e servia como justificativa para a aplicação da censura.

Para além das características que definem cada uma dessas práticas de censura, a política e a moral, é importante perceber que a trajetória histórica de cada uma delas é específica e sua atuação varia de acordo com as contingências de cada época. A censura política foi muito atuante durante o Estado Novo (1937-1945) e é retomada durante a ditadura civil-militar. Durante esse período, a censura passa por um processo de institucionalização e burocratização de suas práticas com a criação de órgãos como, por exemplo, o Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1964. Este órgão centralizou as instituições de censura estaduais e as reorganizou através de normativas que regularam a sua atuação. Em consonância com essas ações, houve a elaboração de um conjunto de legislações que procuraram dar um aspecto legalista à prática da censura.

Um conjunto de leis e justificativas legais foram redigidas antes e durante a ditadura civil-militar. Uma das mais significativas foi o Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, que serviu como base para a organização da prática da censura, estabelecendo as diretrizes que regulariam o funcionamento e atuação dos órgãos aplicadores. O mais importante órgão aplicador do período foi o de Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), criado em 1945, que entrou em atuação ligado a outros órgãos policiais, como o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com o objetivo de fazer cumprir a censura moral.

Em 9 de fevereiro de 1967, houve a homologação da Lei n. 5.250, que ficou conhecida como “Lei da imprensa” e que seria responsável por controlar a imprensa e a liberdade de expressão, estabelecendo penas duras aos jornalistas que descumprissem suas resoluções. Pelo artigo 1º, se garantia a liberdade de expressão e de informação, com a consideração de que não era permitida a “propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe”. O artigo 2º garantia a liberdade de circulação e de produções de impressos, de livros e periódicos, desde que não atentassem contra a “moral” e os “bons costumes”. Segundo Quinalha (2017), o capítulo III da lei instituía as penalidades para cada violação, podendo ser elas: a de privação da liberdade, o pagamento de multa, o recolhimento e a suspensão da produção de exemplares da obra. Em casos de reincidência, poderia ser caçada a marca do impresso, significando seu fechamento ou seu funcionamento na clandestinidade. Além desses fatores, esse capítulo versa sobre o poder ofensivo das publicações que não respeitassem a “moral” e os “bons costumes” e tem como preceito de proibição a “propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe”, visto que, pela sua característica “perigosa”, poderiam ser suspensos os devidos tramites legais do processo, caso algum juiz ou vara reconhecesse tal publicação como ofensiva, assim como institui que o tramite legal tenha no máximo de 48 horas entre defesa e decisão judicial (QUINALHA, 2017, p. 48). A preocupação com a manutenção da ordem moral e a censura política tinha caráter de urgência, uma vez que medidas legais eram suspensas ou colocadas em ordem de urgência para que o material, político ou moral, fosse retirado de circulação de forma imediata.

O mais importante dispositivo criado para legislar no campo dos costumes foi o Artigo 153, parágrafo 8ª, da Constituição Federal de 1967:

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. **Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes**” (grifo do autor) (QUINALHA, 2017, p. 53/54).

A Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968, estabeleceu a censura aplicada aos meios audiovisuais, como o cinema e o teatro e criou o Conselho Superior de Censura, instituição responsável por receber os recursos a processos de censura de produtos culturais já julgados pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Outro dispositivo legal criado para

dar legitimidade judicial à aplicação da censura foi o Decreto-Lei n. 510, de 1969, que estabelecia que, em casos de urgência, o recolhimento dos materiais impressos poderia se dar com a permissão do “Ministro da Justiça e Negócios Interiores”, o que acelerava os processos judiciais e concentrava ainda mais poderes para aplicação da censura.

A característica mais marcante dessa legislação, que, inclusive, está presente em outras leis anteriores e posteriores, é a grande possibilidade de interpretação vigente no texto da lei. Ficaria a cargo, portanto, dos órgãos investigadores, enquadrar o caso investigado dentro dos parâmetros que delimitavam a lei. No entanto, como o corpo da lei era vago, havia grande margem para interpretação e para que o seu uso fosse realizado de forma indiscriminada. Por exemplo, o disposto em atentar contra a “moral” e os “bons costumes” não deixa claro, exatamente, o que a lei prevê como proibição, de modo que as mais diversas práticas poderiam ser alocadas dentro desse dispositivo. Segundo Quinalha (2017), havia uma lógica da “legalidade autoritária”, característica da ditadura civil-militar, que “enunciava formalmente um direito para, em seguida, restringi-lo com exceções vagas e genéricas previstas na própria lei e que permitiam, assim, uma ampla margem discricionária por parte dos agentes públicos na aplicação das normas” (QUINALHA, 2017, p. 50).

Embora a lei possua, em si, um texto vago, houve um estudioso do direito, Alfredo Buzaid, que se dedicou a produzir uma série de interpretações que seriam encaminhadas aos diversos órgãos da censura no sentido de uniformizar sua ação. As contribuições de Alfredo Buzaid para a correta interpretação da lei se basearam em intelectuais dos movimentos autoritários europeus, muito embora o mesmo se posicionasse politicamente contrário a eles. Ele afirmava que haveriam duas formas de lidar com práticas contrárias à moral e aos bons costumes, sendo elas: combater qualquer ameaça à moral tradicional de forma imediata, com rigor e eficácia, através da repressão dos atos em si e do uso de meios preventivos e o uso do argumento político aliado às questões moralistas, com a justificativa de que a homossexualidade e outras práticas contrárias à moralidade hegemônica eram táticas do comunismo internacional para aliciar e destruir as famílias e o Brasil (QUINALHA, 2017).

Em 1970, o Decreto-Lei n. 1.077, com a assinatura do presidente Emílio Garrastazu Médici, completou a estruturação da censura e regulamentou a execução das práticas censórias, dotando estas práticas de mais instrumentos legais. O ministro da Justiça Alfredo Buzaid foi o responsável por instituir, por meio desse decreto, a regulamentação que ficou conhecida como “censura prévia”, em que se estabelecia a verificação prévia de produtos culturais veiculados em meios de comunicação e expressão do pensamento por órgãos responsáveis pela avaliação e censura da publicação. Esses órgãos procuravam analisar se os

produtos culturais feriam, de alguma maneira, a “moral” e os “bons costumes”. O ideal perseguido era barrar a propagação de toda a expressão que se relacionasse a temáticas como o sexo, o erotismo, a pornografia, a sexualidade e ofendesse a família e a moralidade pública.

Dentro da utopia autoritária, perseguida por muitos setores do governo militar e defendido por Alfred Buzaid, estava a proteção nacional, através da tolerância zero e a expressões de pensamento e veiculação de produtos culturais que configuravam risco ao projeto político e moralizador da ditadura e que representavam, na visão desse grupo, um tipo de tática do comunismo internacional, tática essa que, supostamente, se utilizava de aspectos culturais e ameaças à família heteropatriarcal e à moralidade tradicional para implementar seu projeto de dominação nacional.

Entre as penalidades aplicadas, através dos dispositivos do decreto, estava a proibição de circulação dos itens considerados ofensivos à moralidade pública, seu recolhimento e incineração. Os custos de todo esse processo deveriam ser pagos pelos responsáveis pela obra, sendo que, a eles, poderiam ser atribuídas multas. Indiretamente, o decreto penalizava os produtores que infringissem essa lei por causar prejuízo financeiro, o que levou pequenas empresas ao endividamento e à falência, além dos prejuízos a alguns indivíduos identificados como ameaças à ordem pública, como no caso de Cassandra Rios, Clodovil Hernandez, Clóvis Bornay, dentre outros.

Há uma noção, muitas vezes, considerada na historiografia, de que a censura moral foi mais branda e leve do que a censura política. No entanto, Quinalha (2017) assinala que, embora a censura moral não levasse, em geral, a medidas extremas como prisões, torturas e assassinatos, ela era responsável por perseguições à carreira de pessoas homossexuais e pela proibição de sua livre expressão. Em seu texto, Quinalha (2017) assinala que muitos daqueles que eram perseguidos pela censura moral acabavam sem poder exercer sua profissão e viver de seu trabalho: é o caso, por exemplo, das dificuldades financeiras que Cassandra Rios teve durante a ditadura, depois de ter 36 de seus 50 livros proibidos.

O caso de Cassandra chama atenção de forma especial, pois, apesar de ela ter tido a sua literatura considerada pornográfica pelos censores do regime e as suas obras proibidas, quando ela se utilizou de pseudônimos masculinos e escreveu obras com temáticas heterossexuais e profundamente marcadas por explorar a descrição de atos sexuais, teve estas mesmas obras liberadas pela censura. Este caso demonstra que, para além da proibição de obras consideradas eróticas, os livros de Cassandra estavam sendo proibidos por terem sido escritos por uma mulher, por tratar, em grande parte, da naturalização de relações românticas

entre mulheres e do prazer feminino. O cumprimento dos padrões de gênero e sexualidade heteronormativos eram os alvos da política censória.

A partir do Decreto-Lei n. 1.077, vemos uma aparência de legalidade que, na prática, ampliava as normativas e a legitimidade para a contenção de ideias contrárias aos parâmetros morais defendidos pela ditadura e que, ao mesmo tempo, justificava e legalizava, em alguma medida, o uso do silenciamento, da violência e a invisibilização de comportamentos não heteronormativos. Dessa maneira, a repressão podia atuar sem ter que responder por suas ações, já que legalmente autorizada pelo poder executivo e, dessa forma, foram formalizadas práticas de repressão e censura já praticadas de forma recorrente e criado um ambiente propício para aumentar o nível de repressão sobre a vida social e política.

As normas legais do Decreto n. 20.943, de 1946, a Lei n. 5.538, de 1968 e o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, de acordo com Quinalha (2017), constituem as grandes marcas da institucionalização da censura e representam um conjunto de leis e decretos que formalizaram o plano político e moral da ditadura em seu projeto de saneamento da sociedade. Houve, também, a criação de uma “legalidade autoritária” que institucionalizava, regulamentava e legitimava a aplicação da censura moral, ao mesmo tempo em que criava uma aparência de legalidade das ações do regime. A propaganda e a veiculação de ideias conservadoras e o medo de um inimigo externo/interno, seja o comunismo, seja a revolução cultural, justificaram os apelos por mais repressão realizados por partes da população. Os projetos de censura moral e censura política convergiram, dessa forma, na criação da “utopia autoritária” e demonstraram o caráter político que a moral obtinha dentro dos planos para o governo ditatorial.

3.5 O projeto político e moral da ditadura: as perseguições de gênero.

As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as condições para sua inserção social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política (LESSA, 2005, p. 7).

Qual o impacto da ditadura civil-militar na vida de mulheres lésbicas? Gays, transsexuais, transgêneros e travestis foram afetados pelo governo militar? Essas são algumas questões levantadas por James N. Green e Renan Quinalha em sua introdução ao título “Ditadura e Homossexualidades” publicado em 2018. Compreender como as sexualidades diversas se relacionam com o contexto social e político tem se tornado um objeto de estudo de muitas áreas, entre elas a História. Segundo Ire, Silva e Lenzi (2019), a entrada da história em debates sobre lesbianidades ou lesbianismos é recente e apresentou um aumento significativo

da produção nos últimos vinte anos. A partir disso, a produção historiográfica tem se preocupado em visibilizar e discutir os espaços ocupados por mulheres lésbicas no âmbito sociopolítico e na construção das narrativas históricas, além de sublinhar o apagamento das mulheres lésbicas como uma estratégia de silenciamento dentro do projeto político da heterossexualidade compulsória.

A atuação das mulheres no cenário político, entre as décadas de 1960 a 1980, foi marcante. A pressão de alguns grupos de mulheres religiosas e conservadoras ligadas, principalmente, às classes médias, foi relevante para a organização de variados eventos, como as muitas Marchas da Família com Deus pela Liberdade³³, ocorridas em 1964.

Sua presença, na cena pública, era um fato novo da política nacional, mas as mulheres não estavam reivindicando questões de gênero, mas defendendo a ordem tradicional, a família, a religião e a propriedade. Com forte impacto na classe média, de onde muitas eram oriundas, davam a impressão de que a sociedade estava mobilizada na luta anticomunista. A impressão advinha da força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família. Agiam publicamente, com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos, comportamento que se estendeu a, pelo menos, dois anos depois do Golpe quando as atividades dos grupos desapareceram publicamente (DUARTE, 2014, p. 77).

O apagamento da participação dessas mulheres de orientação conservadora se deu logo após o golpe e a instauração do governo militar. Segundo Carlos Fico (2014), os ritos de comemoração do golpe de 1964 foram, paulatinamente, retirando a importância do apoio dessas mulheres e anulando a força de suas ações políticas.

Além de sua organização social, as mulheres atuavam em variadas áreas de produção cultural, como na literatura, no jornalismo, entre outras. A participação das mulheres lésbicas em movimentos sociais e políticos durante a ditadura civil-militar, segundo Fernandes (2019), aconteceu em um contexto de exacerbação do medo em relação a mudanças sociais, segundo Duarte (2014), algumas dessas mudanças foram:

A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de gerações estabelecidos, a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento (DUARTE, 2014, p. 83).

O enfrentamento às sexualidades homossexuais era um dos principais nortes para a construção da resistência conservadora. A preocupação com a visibilidade e existência de pessoas homossexuais representava uma das bandeiras eleitas pelo governo militar e por parte

³³ Carlos Fico (2014) aborda a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais contrários a João Goulart e que foram decisivos para a aceitação social do golpe de 1964. O autor demonstra que houve em diversas cidades do país a Marcha da Família com Deus pela liberdade.

da sociedade civil como urgentes. A classificação da homossexualidade como algo negativo para a sociedade se associa a alguns tipos de discursos, dois dos mais importantes no período foram os discursos médicos e policiais que foram reproduzidos em meios de comunicação, estes por sua vez, exploravam com sensacionalismo os casos de violência que ocorriam envolvendo homossexuais. O Jornal Lampião de Esquina foi uma das mídias alternativas que publicizaram e realizaram as denúncias sobre a criação de estigmas acerca da população homossexual através do uso dos discursos policiais e médicos. A perseguição policial a homossexuais, travestis e prostitutas marcou o cenário urbano de grandes cidades, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Colling (2018) trabalha com a investigação de documentos diversos que afirmam a existência de um projeto político moralista e conservador defendido pela Ditadura civil-militar e coloca que, partir do golpe de 1964 e a formação do governo militar, instituiu-se uma prática de perseguição e silenciamento de lésbicas e gays dentro dos órgãos governamentais. O Itamarati, por exemplo, sofreu um processo de saneamento para a exclusão de seu quadro de funcionários de profissionais que fossem homossexuais ou que não se adequassem ao padrão de gênero e moralidade requisitado pelo governo³⁴.

Além de práticas de limpeza interna, com a exclusão de homossexuais de seus quadros, houve a implementação de um conjunto de práticas repressivas e de silenciamento da população LGBT³⁵. As ações de repressão e de censura se tornaram política de Estado e aconteceram em diversos âmbitos, como nos meios de comunicação, nas artes, na produção de conhecimento e na vida social. A justificativa para a ação repressiva sobre pessoas LGBT estava relacionada às mudanças culturais, à influência dos meios de comunicação de massa, assim como ao contexto de disputas políticas e de antagonismo que envolvia a política externa e interna.

No cenário mundial temos um conflito geopolítico e ideológico da Guerra Fria. Nesse contexto, as preocupações norte-americanas com a garantia de sua influência sobre a América motivaram intervenções de variados tipos nesses territórios. Segundo Carlos Fico (2014), houve, nos anos anteriores ao golpe de 1964, um conjunto de ações do governo dos Estados

³⁴ Mais informações em: FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFScar, 2018.

³⁵ O termo LGBT é utilizado nessa dissertação para uma tentativa de simplificar a compreensão das identidades em conflito com o regime ditatorial, sendo importante ressaltar que, durante o período em questão, ainda não existia a organização do movimento LGBT. Sobre a historicidade do termo, recomendo a leitura do verbete LGBT em: RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Verbetes: LGBT. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 448 p.

Unidos da América (EUA) para promover ideias e políticas liberais e capitalistas dentro do cenário político nacional. Algumas instituições ficaram conhecidas, na produção historiográfica, por direcionar seus esforços para a promoção dos interesses norte-americanos, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). O cenário de pressão externa e intervenção dos EUA rivalizava com as influências do comunismo e do nacional desenvolvimentismo no Brasil. No Brasil, as ideias comunistas se desenvolvem através da ação de muitos grupos sociais. Um desses grupos era o Partido Comunista, que, mesmo sendo proibido em diversas ocasiões, era reconhecido por parte do governo como uma ameaça à elite latifundiária e conservadora. Os projetos alinhados a concepção do nacional desenvolvimentismo e a entrada no jogo democrático de grandes parcelas da população eram compreendidos com desconfiança pelas elites.

Dentro desse intrincado cenário de disputas políticas e ideológicas, o comunismo surge como a principal ameaça ao estilo de vida defendido pelas elites desde os ideais da Revolução Russa, de 1917, que chegam ao Brasil principalmente através das imigrações europeias e de intelectuais e estudantes que fazem diálogo com a produção de conhecimento disseminada na Europa. O governo de Goulart é identificado por muitos políticos e empresários como potencialmente revolucionário, principalmente a partir da proposta das reformas de base, considerada por eles como uma ameaça. Segundo Reis Filho (1998):

Ali se reuniram a espada, a cruz, a propriedade e o dinheiro. E o medo, um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar força e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça. Se a hipótese tinha base na realidade ou não, é uma outra questão. O fato é que o medo a tomava como provável, como iminente. Era preciso fazer alguma coisa, qualquer coisa, para colocar aquelas gentes nos lugares que eram os seus, dos quais nunca deveriam ter saído e para os quais haveriam de voltar (REIS FILHO, 1998, p. 26).

O “anticomunismo” é, assim, um projeto político que se estrutura no medo de uma revolução ou de mudanças estruturais na sociedade. No entanto, a força das ideias comunistas não era grande diante da tradição política oligárquica e do predomínio no estado de membros liberais e capitalistas. Segundo Melo (2012), é importante compreender que, para analisar o golpe e a implementação da ditadura, deve-se considerar o fator econômico. O autor propõe uma visão totalizante da realidade social, considerando a economia e outros processos sociais. Nesse sentido, o autor defende que havia um projeto de estado organizado por uma classe social para garantir o processo de desenvolvimento do capitalismo, cito:

As modificações na estrutura do capitalismo brasileiro no período da ditadura são por demais importantes para que se negligencie o projeto de classe que tomou o aparelho de Estado em 1964. Em primeiro lugar, uma das resultantes do processo de aceleração da acumulação capitalista conhecido naqueles anos foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais cujos agentes teriam maior peso

sobre o Estado no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos capitalistas que construíram seus “impérios” naquele contexto. [...] é mais preciso entender aqueles como anos nas quais a política permanente de arrocho salarial aprofundou-se, garantindo lucros extraordinários para o capital monopolista e certa euforia do consumo entre as classes médias (MELO, 2012, p. 47/48).

Para Melo (2012), a ditadura teve como objetivo a proteção e o desenvolvimento do capitalismo nacional, além de ser capitaneada pelo capital empresarial. A participação desse setor na ditadura, como um legitimador do governo, acontece a medida em que sua influência pode ser verificada nas políticas econômicas. O constante arrocho salarial que os trabalhadores enfrentavam fazia com que seu poder de consumo fosse reduzido pela inflação. Além disso, o trabalhador e trabalhadora tinham que lidar com a censura política, que afetava a sua mobilização por melhores salários e condições de trabalho. Sendo que, segundo Reis Filho (1998) a população trabalhadora teria que lidar com

As organizações sindicais e políticas que lhes pertenciam ou/e que mereciam sua confiança, dissolvidas. As lideranças que respeitavam, em fuga, já no exílio, ou presas, em qualquer caso, neutralizadas. Um longo processo de aprendizado, subitamente negado. Não mais teriam direito àquelas lutas sindicais por reajustes salariais, ritmadas pelos dissídios coletivos, arbitradas pela Justiça do Trabalho. (...) Agora, prisões e perseguições. E uma nova legislação, restritiva, excludente: lei de greve (contra a greve), lei do arrocho salarial, revogação da estabilidade, anulação do poder normativo da Justiça do Trabalho (...) (REIS FILHO, 1998, p. 27).

Deste modo, as articulações desenvolvidas pelos trabalhadores e o pensamento corporativista desenvolvido ao longo do período Vargas, abrem espaço para uma política trabalhista a favor do grande capital. O milagre econômico acontece durante esse período e produz ainda mais desigualdade, a partir da exploração do trabalho. Além do grande capital, durante a ditadura, temos o desenvolvimento de grandes veículos de comunicação que, segundo Melo (2012), se atrelaram às ideias da ditadura e realizaram sua defesa em favor do seu desenvolvimento, apoiando largamente a instauração e manutenção da ditadura, o que se modifica apenas no período de abertura política, no início dos anos 1980.

Em relação aos grandes impérios empresariais constituídos sob a ditadura, caberia também mencionar os grandes grupos monopolistas do setor de comunicação de massa, como é evidente o caso das Organizações Globo (...) Mas é preciso lembrar também de outros importantes grupos capitalistas, como o setor da imprensa que, antes de tudo, constituía uma história de colaboração íntima com a ditadura, como é o caso do Grupo Folha, da família Frias, e O Estado de São Paulo, a revista Veja, além, é claro, de O Globo (MELO, 2012, p. 51).

A ditadura é, assim, implementada através do apoio do grande capital, de veículos de comunicação e de parte da sociedade civil, a partir da criação do comunismo como uma

ameaça ao desenvolvimento nacional, mas também às tradições heteropatriarcais, à família e à moralidade estabelecida.

Segundo Rodrigo P. S. Motta (2001/2002), houve uma manipulação oportunista do medo do comunismo em diversos momentos da história nacional. Essa ideia do comunismo foi usada como justificativa para a ampliação de medidas autoritárias, como ocorreu no Estado Novo e durante a Ditadura. Além disso, serviu como linha narrativa que justificava a ação de variadas figuras e instituições públicas. A polícia, os políticos, as instituições civis e religiosas utilizaram do medo do comunismo para fortalecer seus projetos de poder. Segundo o autor:

A expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas de explorar um medo já existente. Objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens (MOTTA, 2001/2002, p. 71).

O anticomunismo estaria assim, para Motta (2010), amparado no cristianismo, no liberalismo e no nacionalismo, o que justificava as ações da sociedade civil e dos órgãos estatais. As ações políticas e de policiamento operavam a partir da necessidade de preservar a ordem política e moral, visto que identificavam, no comunismo, uma ameaça à família, à propriedade e à religião. Deste modo, havia, no cenário político nacional, a identificação das homossexualidades como uma tática de subversão e como uma estratégia comunista de dominação cultural que ameaçava o estado, a sociedade e a segurança nacional. Buscava-se silenciar a identidade homossexual, sua prática e sua divulgação como uma sexualidade possível.

O projeto político e moral da ditadura era limpar o Brasil de elementos que os militares e parte da sociedade civil consideravam maléficos ao seu desenvolvimento. Identifica-se, dessa maneira, não só o “comunismo”, mas diversas formas não hegemônicas de sexualidade e a liberdade sexual como inimigos da nação. A ditadura pretendia ocupar o papel central na construção da totalidade da sociedade brasileira, ditando normas morais, cívicas, religiosas e sexuais. Nesse sentido, a moralidade é politizada, refletindo relações de poder.

Dentro desse quadro geral de relações políticas, em alguns centros urbanos houve uma ampliação da sociabilidade de lésbicas, gays, transsexuais e travestis, mesmo diante das políticas de repressão e perseguição. Quinalha (2018) relata que, durante a ditadura, é possível apontar momentos em que houve a maior ou menor liberdade de existência da população

LGBT. De acordo com o autor, de 1964 a 1967, houve o aumento das possibilidades de diversão e entretenimento com a ampliação de espaços públicos de visibilidade nas artes e na literatura, principalmente para as classes médias urbanas. De 1968 a 1974, com o aumento da repressão política, havia um grande receio em participar e organizar movimentos políticos para reclamar a identidade LGBT: a perseguição política afetava a organização de grupos de luta dessa população. No entanto, o ambiente repressivo tornava ainda mais necessária a existência de espaços públicos seguros para a sociabilidade desses grupos. A partir de 1974, houve a reorganização de movimentos democráticos e do movimento LGBT. Entretanto, o movimento LGBT ocupava uma posição secundária dentro das preocupações políticas, pois era visto como identitário e divisionista.

O termo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) que utilizo aqui é apenas uma simplificação para a compreensão das identidades que estão sendo mencionadas no contexto da ditadura. No período das décadas de 1970 e 1980 ainda não se organizaram, no Brasil, grupos com esta denominação. Segundo Rita Colaço Rodrigues, os primeiros grupos organizados para defender os direitos das pessoas LGBT, denominavam-se Movimento Homossexual Brasileiro. A existência de uma forte repressão política da ditadura sobre a organização de grupos com interesses políticos e com atuação em movimentos sociais dificultaram a promoção da agenda e organização de movimentos pelos direitos LGBT no Brasil. Essa repressão se dava, também, no campo da esquerda, devido ao conflito que interesses que membros dessa vertente julgavam ser desnecessário. Para partidários da esquerda, a luta pelos direitos de homossexuais era divisionista, classista e secundária. A organização de ações de luta também precisava lidar com estigmas sociais e marginalizações, sendo alvo de intensos preconceitos da sociedade civil de forma geral. Segundo Rita Colaço Rodrigues, a utilização do termo LGBT só veio posteriormente:

O Brasil, esta sequência foi adotada a partir de deliberação dos integrantes de ONGs afiliadas à ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros –, ocorrida em Brasília, durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBTs, em junho de 2008 (RODRIGUES, 2019, p. 448).

A relação entre lésbicas, gays, travestis e mulheres com as organizações de esquerda foi marcada pelo silenciamento das questões de gênero e sexualidade e a caracterização destas categorias, pelos homens da esquerda, como questões de segunda ordem. A homossexualidade foi, diversas vezes, lida como um desvio e as interpretações médico-legais sobre ela orientavam as ações dos grupos de esquerda. Para esses grupos, as questões relacionadas à sexualidade e ao gênero deveriam ser discutidas depois da redemocratização e da resolução de questões econômicas que eram consideradas mais urgentes. Essa forma de

pensamento, que caracterizava muitos grupos de esquerda, foi um empecilho para a organização do movimento LGBT dentro de seus quadros, gerando assim, uma grande desconfiança e rechaço de militantes LGBT para com esses grupos políticos.

A dificuldade inicial encontrada por esse primeiro grupo de lésbicas organizadas foi estar diante de um estado político militar, de direita. Assim, as lutas para a promoção da visibilidade, respeito, a expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra opressão social e policial, nasceram de forma inseparável da luta por liberdade e contra a ditadura. A segunda dificuldade foi o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política, a da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente (FERNANDES, 2018, p. 126).

Segundo Marisa Fernandes (2018), a relação das mulheres lésbicas com grupos feministas foi marcada por conflitos. No II Congresso da Mulher Paulista houve discordâncias, visto que a participação das mulheres lésbicas causou insatisfação em outros grupos por estimular o debate de temas como a sexualidade e o prazer sexual. A formação do grupo Lésbico-Feminista procurava demonstrar como o sistema de opressões operava, denunciando a violência contra a mulher, a repressão, a exploração sexual, entre outros. Suas ações se desenvolviam tanto dentro do movimento feminista como no movimento homossexual. No I Encontro Brasileiro de Homossexuais – EBHO, as lésbicas tiveram participação ativa, organizando e debatendo temas. Segundo a autora, um dos encontros discutia “a questão lésbica, o machismo entre homossexuais e papéis sexuais” (FERNANDES, 2018, p.132).

Um outro aspecto importante é a divulgação do lesbianidade como sexualidade possível, tanto dentro de jornais, como o *Lampião de Esquina*, na literatura e em veículos de comunicação de massa. No *Lampião de Esquina*, as mulheres lésbicas assinaram a sua primeira contribuição em 1979, com um artigo em que se procurava demonstrar como a repressão é cotidiana, acontece de forma explícita e sutil, atuando cotidianamente com o objetivo de silenciar as lésbicas e suas existências. Na literatura, na TV, no rádio e impressos em geral, havia a atuação da censura que proibia e restringia a distribuição de produtos que versassem sobre a homossexualidade. Segundo Cowan (2018), a menção ao termo homossexualidade, mesmo que tratando-o de modo conservador, era o bastante para a proibição da obra literária, de impressos e produtos audiovisuais.

Na vida cotidiana das cidades, a repressão de gênero podia ser percebida pelas batidas policiais frequentes em locais de circulação de lésbicas, gays, travestis e prostitutas. Essas batidas eram realizadas por membros conservadores das forças policiais, que procuravam combater a homossexualidade e a prostituição e que se consideravam protetores da

moralidade pública, efetuando prisões, agressões e outros tipos de violência com a anuência do poder público, e, em muitos casos, com o apoio da população local e de parte da mídia. Um aspecto importante da atuação policial, mencionado por Cowan (2018) e Fernandes (2018), é a importância da classe para a ação de repressão. Os locais que recebiam ações de repressão, em geral, eram frequentados por consumidores de menor poder aquisitivo.

Em um sábado, por volta de 23 horas, o aparato repressivo do delegado Richetti entrou novamente em ação, mas os alvos agora foram os bares Cachação, Ferro's Bar e o Bixiguinha, locais frequentados por lésbicas com menor poder aquisitivo. Mesmo portando todos os documentos, mulheres foram levadas indiscriminadamente sob o argumento "você é sapatão" (FERNANDES, 2018, p. 136).

As mulheres do grupo Lésbico-Feminista e outros militantes homossexuais realizaram uma série de ações políticas para denunciar a repressão policial. A perseguição à homossexualidade fazia parte de um projeto moralizador que apagava a existência LGBT. As mulheres lésbicas foram as principais responsáveis por trazer à tona questões como a sexualidade, o prazer feminino, a construção social da feminilidade e os diversos tipos de violência contra as mulheres. Suas ações no campo da política e da cultura demonstram a resistência desses grupos à opressão social e policial que as vigiava.

Considerações Finais

Por meio desta pesquisa, foi possível compreender a existência da memória e da história de lesbianas ao longo da história do Brasil república e, especificamente, durante a Ditadura Civil-Militar. A análise bibliográfica demonstra que as lesbianas participaram ativamente dos processos de construção dos movimentos feministas e homossexuais e tiveram uma importante participação na construção das representações sociais e culturais sobre as lesbianidades, mesmo sendo alvos de tentativas de apagamento.

Foi possível teorizar sobre a produção teórica acerca das lesbianidades a partir do debate sobre as autoras Adrienne Rich e Monique Wittig, que trouxeram a crítica à heterossexualidade compulsória, assim como debateram a produção da ditadura civil-militar como um regime baseado na heterossexualidade e na moralidade religiosa como fatores fundadores de sua legitimidade.

A análise bibliográfica sobre a escola como espaço de formação de cidadãos e a sua relação direta com as políticas educacionais elucidaram processos de perseguição e cerceamento da liberdade de cátedra e a existência de uma censura e perseguição a pluralidade de ideias e a princípios dos Direitos humanos que se aplicam às populações

LGBTQUIA+, assim como explicitaram a necessidade corrente de produção de narrativas de resistência e visibilidade da memória desses grupos.

O uso das trajetórias de Leci Brandão e Cassandra Rios foi importante para demonstrar as influências do regime ditatorial nas possibilidades de produção e ação das mulheres lésbicas nesse contexto político, marcado fortemente por uma política moral e de gênero baseada na heterossexualidade e no patriarcalismo. Explorar as trajetórias biográficas dessas mulheres aponta para a possibilidade de atuação de pessoas comuns, como nós, professoras e estudantes, como sujeitas históricas em nosso tempo, reconhecendo-nos como capazes de promover pequenas continuidades e rupturas e atuar socialmente na construção das realidades históricas.

A produção de narrativas escolares proposta na minha dissertação, que trabalha as lesbianidades e as suas histórias na ditadura, procura produzir um deslocamento das análises puramente baseadas na história política para considerar a produção cultural e as relações sociais como capazes de promover o desenvolvimento de uma análise mais aprofundada e diversa sobre a ditadura civil-militar.

A utilização de metodologias ativas, tecnologias educacionais e a produção do saber histórico escolar alinhado à pesquisa histórica, demonstraram as ricas possibilidades de aplicação do conhecimento histórico na promoção de uma educação capaz de criar possibilidades de ação autônoma e direcionada ao desenvolvimento da capacidade crítica e criativa das estudantes. Direcionado as docentes em nível de Ensino Médio, o caderno temático busca contribuir com a ampliação das sujeitas históricas na produção das narrativas escolares e com a utilização do saber histórico para pensar o tempo presente.

Fontes

JORNAL CHANACOMCHANA. GALF, São Paulo, 1981-1887.

JORNÃO LAMPIÃO DA ESQUINA. São Paulo, 1978-1981.

REALIDADE, mar. 1970, p. 115-122

Brandão Leci. Questão de Gosto. Polyder, LP, 1977.

BRANDÃO, Leci. Coisas do meu pessoa. Polyder, LP, 1978.

Referências bibliográficas:

AHMED, Sara. "Sexism - A Problem With A Name". **New Formations**. 2015.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino. **Análise social**, p. 307-327, 2010.

BRIGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina S. Mulheres Militantes de esquerda na Ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina s.; ZANDONÁ, Jair; Mello, Soraia C. (Org). **Mulheres de luta: feminismos e esquerda no Brasil (1964-1985)**. 1ª ed. Curitiba: Appis. 2019.

BRUM, Roberta Knapik. O silenciamento de existências: Cassandra Rios e lesbiandades. In: XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, 2020, Passo Fundo. Anais [do] Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & resistências, 2020.

BRUM, Roberta K. 'Amor que não ousava dizer o nome': a lesbiandade em Cassandra Rios. In: XVIII Encontro Estadual de História: direitos humanos, sensibilidades e resistências, 2020. Anais do XVIII Encontro Estadual de História: direitos humanos, sensibilidades e resistências, 2020.

BRUM, R. K.; MARQUETTI, D. Cassandra Rios: uma voz censurada no regime militar no Brasil. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 144–159, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19221>. Acesso em: 3 fev. 2021.

CANCIANI, Pamela. Rompendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes**. 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.

CARVALHO, A. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0103, 2021. DOI: 10.5965/2175180313332021e0103. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313332021e0103>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CERQUEIRA, Maria Dayssy Stphanie Rocha. **Formação continuada em gênero de profissionais da Educação Básica no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**. Revista do núcleo de documentação histórica. V. 10. 2004. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/HR.V10I10.11605.G7457](https://doi.org/10.15210/HR.V10I10.11605.G7457).

COLLING, Ana Maria. 50 anos de Ditadura no Brasil: Questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. DOI 10.5216/o.v15i2.33836.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Diálogos**. Maringá. v. 18, n.1, p. 75-92, jan.-abr./2014. DOI 10.4025/dialogos.v18i1.896

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da escola superior de guerra. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.) **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26624>. Acesso em: 10/12/21

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em regime de colaboração: segurança nacional e gênero em cartas à censura no Brasil dos anos 1970. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.) **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26624>. Acesso em: 10/12/21

FALUDI, Susan. **Backlash: contra-ataque na guerra na declarada as mulheres**. / tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro. Rocco, 2001.

FARIAS, José Airton de. OLIVEIRA, Danielle Rodrigues. Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido”. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-20, e2712020, jan./dez.2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992712>.

FERREIRA, Juliana.K.P. **Enfrentando o silenciamento: as mulheres no ensino de História**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre a Ditadura Militar**. Editora Record. Rio de Janeiro, RJ. 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFScar, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ªed. – Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2020.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

GREEN, James N. Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na Ditadura: Vida e Militância sob Estado de exceção. In: (Orgs) WOLFF, Cristina Scheibe; **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)** - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502. ISSN 1519-549X.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de Gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença Digital** (ONLINE) , v. 32, p. 1-22, 2019. Disponível <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=591&cod_boletim=32&tipo=Artigo> Acesso em 15/12/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação**. Episódios de racismo cotidiano; tradução Jess Oliveira. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUMPERA, J. A. M. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e redemocratização. In: XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018, Guarulhos. **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2018. Disponível em <https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531864276_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_JULIAKUMPERA.pdf> Acesso em 01/11/2021.

LENZI, Maria Helena; AYRES, C. S. Trajetórias lésbicas: entre a in/visibilidade e a resistência. **7ª Curso Duração em Gênero e Feminismos**. Mesa Trajetórias Lésbicas entre a in/visibilidade e resistência. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=syknFQPeJ7E> > Acesso em 17/04/2021.

LESSA, Patrícia. **ChanacomChana e outras narrativas lesbianas em Pindorama**. Ed. Luas. Belo Horizonte, 2021.

LESSA, Patrícia. A construção de corpos lesbianos nos movimentos sociais brasileiros entre os anos 70 e a atualidade. **Anais**. ANPUH XXIII – Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

LOURO, GUACIRA. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2014.

LOURO, GUACIRA. L. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **ORG. Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na educação.** 9ª Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

LIMA, Claudeni Maria de. Lesbianidades: breve recorte do surgimento da categoria lésbica. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes.** 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.

MAIA, Gabriela Felten da. MACHADO, Maria Luiza Adoryan. Psicologia e “identidade de gênero”: tensões e conflitos em torno da Resolução 01/99. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online) | v. 62 n. 3: 558-583 | USP, 2019. Disponível em < https://www.academia.edu/45207745/Psicologia_e_ideologia_de_g%C3%AAAnero_tens%C3%B5es_e_conflitos_em_torno_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_99 > Acesso em 27/12/2021.

MEZZARI, Danielly Christina de Souza. Lesbianidades: ensaiando possibilidades de existência e de escrita. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes.** 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.

MIGNOT, Gwendoline Jacqueline. Invisibilidade lésbica e heterossexualidade compulsória: uma reflexão. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes.** 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.

MOLIN FILHO, Mauricio Antônio Dal. **Um Estudo da Alienação como efeito do Programa Escola Sem Partido: como defender o ofício de ensinar História.** Universidade Estadual do Maringá. Dissertação de Mestrado (ProfHistória). Maringá/PR. 2018.

MOREIRA, Adailson. A homossexualidade no Brasil no século XIX. **Revista Bagoas.** n. 07 | 2012 | p. 253-279.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem partido”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no Ensino de História.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria do anticomunismo”. **Anos 90,** Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6613>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus:** revista de história. Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 17-27, 2010.

NATARELLI, Taison Regis Penariol; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Marta Angélica Iossi da. A violência contra adolescentes homossexuais nas escolas. **Anais.** Curitiba: Champagnat, 2013.

NAVA, Camila de Almeida. Heterossexualidade compulsória e Gênero. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes**. 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.

NUNES, Priscila S. C. **Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo**. Dissertação. Mestrado profissional em História. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2020.

REIS FILHO, Daniel. Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, 10(2), 25-35. 1998. <https://doi.org/10.1590/ts.v10i2.86770>. Disponível em < Vista do 1968: o curto ano de todos os desejos (usp.br) > Acesso em 20/01/2022.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura Militar e a Revolução Socialista no Brasil. **Tempos acadêmicos**. Revista do curso de História. n. 4. (2006). Disponível em < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/213> > Acesso em 22/01/2022.

RESENDE, Marcelo Branquinho Massucatto. Odete, a andrógena: pseudônimos masculinos de Cassandra Rios. **Revista Crioula**. n. 24 / 2º semestre 2019. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/download/162548/158688> > Acesso em 12/01/2022.

REZENDE, S. P. **Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. 1982.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Verbete: LGBT. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 448 p.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. **Gênero**. Niterói, RJ. v. 4, n. 1, p. 17-31, 2. sem. 2003. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31019#:~:text=Foi%20nesse%20contexto%20que%20Cassandra,gay%20e%201%C3%A9sbica%20no%20Brasil>. Acesso em 10/02/2021.

SWAIN, Tânia Navarro. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. **Bagoas**. n. 5; p. 45-55, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SOUZA, Fernanda Kalianny Martins. **“A filha de dona Lecy”**: Estudo da trajetória de Leci Brandão. São Paulo, SP. 2016. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Dissertação de mestrado.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

PEDRO, J. M.; VERAS, E. F. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. DOI: 10.5965/2175180306132014090. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 26 jan. 2022.

PEREIRA, Ana Gabriela Pio. **Escritas excessivas: Cassandra Rios e o protagonismo excêntrico na literatura brasileira**. Tese de doutorado em Licenciatura e Cultura. Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, 2019.

PEREIRA, Cristiane dos Santos. **Coisas do meu pessoal: samba e enredos de raça e gênero na trajetória de Leci Brandão**. 2010. Brasília, DF. Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História. Dissertação de mestrado.

PRIORE, Mary Del. **“Histórias íntimas. Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.

WITTIG, Monique. O pensamento hetero. 1980. Disponível em < <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiiv/article/download/25050/16055> > Acesso em: 26/04/2020.

Apêndices

Apêndice A — As lésbicas estão na história! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar.



• • • • CADERNO TEMÁTICO

AS LÉSBICAS ESTÃO NA HISTÓRIA!

REDISCUTINDO AS NARRATIVAS
ESCOLARES SOBRE A DITADURA
CIVIL-MILITAR.

NAYLA F. B. C. FRANÇA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADE DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA

**AS LÉSBICAS ESTÃO NA HISTÓRIA!
REDESCUTINDO AS NARRATIVAS ESCOLARES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR.**

GOIÂNIA

2022

FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA

**AS LÉSBICAS ESTÃO NA HISTÓRIA! REDISCUTINDO AS
NARRATIVAS ESCOLARES SOBRE A DITADURA CIVIL-
MILITAR.**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre profissional em Ensino de História.

Área de Concentração: Ensino de história **Linha de Pesquisa:** Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

Orientadora: Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

França, Nayla Flavianne Borges Carvalho
As lésbicas estão na história! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar. [manuscrito] / Nayla Flavianne Borges Carvalho França. - 2022.
XCV, 95 f.: il.

Orientador: Prof. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.
Produto Educacional (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2022.
Bibliografia.

1. Ensino de história. 2. lésbicas. 3. Ditadura Civil-Militar. 4. Cassandra Rios. 5. Leci Brandão. I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 002/2022 da sessão de Defesa de Dissertação de NAYLA FLAVIANNE BORGES CARVALHO FRANÇA, que confere o título de Mestra em Ensino de História, na área de concentração em Ensino de História.

Aos **dezenove dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **09h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“As Lésbicas estão na História!! Rediscutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura civil-militar.”**. Os trabalhos foram instalados pela **Orientadora, Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares (ProfHistória/UFG)** com a participação das demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória/UFG)**, membra titular interna; **Professora Doutora Ana Maria Marques (UFMT)**, membra titular externa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos suas membros. Proclamados os resultados pela **Professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares (ProfHistória/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dezenove dias de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 19/04/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior**, em 03/05/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2841958** e o código CRC **B385E4F7**.

Referência: Processo nº 23070.020139/2022-65

SEI nº 2841958

Sumário



Apresentação.....	8
Explicando as Propostas de Aula.....	11
Módulo I.....	15
1. Apresentação do Módulo.....	16
2. A Cesura Moral como Política de Estado.....	18
Aula 1 - Tema: Transformações sociais e movimentos reacionários: um panorama da construção da heteronormatividade como política.....	18
Aula 2 - Tema: Projetos políticos e direitos civis: a construção de um modelo de governo autoritário e as (res)existências diversas.....	26
3. Narrativas alternativas na produção de si: sexualidades nas páginas impressas.....	33
Aula 3 - Tema: As mídias alternativas e a história de LGBTs durante a Ditadura Civil-Militar: a produção de estigmas sociais e as narrativas de si.....	33
Aula 4 - Tema: A biografia de Odete Rios (Cassandra Rios): censura e repressão nas obras impressas sobre Lesbianidades.....	40
Aula 5 - Tema: Censura às lesbianidades: Cassandra Rios e a proibição da liberdade feminina.....	47
Módulo II.....	52
4. Apresentação do Módulo.....	53
5. A Censura Cultural: Silenciamentos e Marginalizações.....	54
Aula 6 - Tema: As mulheres como sujeitas históricas: participação política e a construção social da memória.....	54
Aula 7 - Tema: Explorar a existência de grupos feministas lésbicos e sua atuação no contexto ditatorial.....	61
6. A Presença das Mulheres na Ditadura.....	67
Aula 8 - Tema: Repressão, cidadania e sociabilidade de homossexuais durante a Ditadura Civil-Militar.....	67
Aula 9 - Tema: A música engajada de Leci Brandão: sociabilidades e territórios possíveis para a existência de homossexuais.....	75
Aula 10 - Tema: Censura às lesbianidades: Leci Brandão e as trajetórias homossexuais no cenário cultural.....	83



Às professoras, professores e professorxs.

Caríssimas/os colegas!

Ao vivenciar o cotidiano da escola e suas potencialidades nós professoras e professores somos constantemente desafiados. Criar mecanismos de ensino aprendizagem, produzir uma pedagogia que se alinhe à realidade e construa um verdadeiro diálogo com nossa comunidade de aprendizagem é uma luta constante e surpreendente. Aliado às preocupações teóricas e metodológicas, temos que lidar com as demandas administrativas, a carga horária e problemas estruturais das escolas. Pensando nessa demanda e na necessidade de estarmos ativamente estudando e atualizando nossas metodologias, gostaria de contribuir com a promoção deste Caderno Temático, no qual que apresento possibilidades de trabalho com as temáticas de gênero, sexualidade e Ditadura Civil-militar.

Este Caderno Temático é uma proposta de diálogo, visa pensar as novas formas de responder aos desafios do tempo presentes na educação histórica e, por isso, busca utilizar a perspectiva de gênero enquanto campo de conhecimento e categoria de análise, trazendo para as professoras a possibilidade de abordar a temática da Ditadura Civil-Militar em um viés social e cultural. Ao utilizar duas figuras públicas, como a escritora Cassandra Rios e a cantora Leci Brandão, busco aproximar as(os) discentes de sua própria historicidade, contribuindo para que elas se compreendam como sujeitas históricas por meio da análise da biografia destas duas mulheres citadas. Procuro debater sobre a construção da história da ditadura a partir da análise das ações e concepções políticas do regime militar no campo da moralidade e das práticas sociais, buscando analisar seus projetos de governo e sociedade, compreender como a construção dessas narrativas foi empreendida por mecanismos do mesmo regime e utilizada como fatores para legitimar sua forma de governo e sua percepção sobre como a sociedade deve se organizar. Estes fatores ci -

-tados evidenciam as censuras, os silenciamentos e os apagamentos produzidos como política de estado baseada nas questões de gênero. Procuo demonstrar que há um ataque a determinados corpos políticos como um modo de alcançar a sociedade almejada pela ditadura e pelos produtores da moralidade tradicional que apoiavam este regime, assim como possibilito a visibilização de processos de resistência e existência não heteronormativos, que surgem no contexto ditatorial, mesmo sobre forte censura social e política.

Aqui apresento algumas sugestões de contribuições teóricas, planos de aula e exercícios que possam ser adequados à sua realidade como professora e utilizados de acordo com as necessidades de seu alunado. Não é do meu interesse produzir um roteiro engessado ou definir uma única maneira de abordar a temática em sala de aula, mas apresentar sugestões, novos diálogos e novas formas de promover o entusiasmo e a construção de uma comunidade de aprendizado em nossas salas de aula.

Este é um exercício primeiramente político e educacional. Um exercício de coragem para trazer à tona temáticas sobre ataque às sexualidades, às lesbianidades, às marginalidades e à ditadura. Pensando o fazer pedagógico a partir de um tempo, de um local e de um contexto histórico complexo, não pretendo realizar todos os debates que a temática possibilita, mas pretendo analisar e historiar as lésbicas dentro do recorte temporal de 1964 a 1985. As lésbicas estão na história. Temos história! Precisamos ser ditas e contadas! Precisamos existir também nas narrativas escolares. Não é pelo direito de amar, é pelo direito a ter acesso à cidadania e à memória.

Vamos à luta?

Apresentação

Este caderno temático se propõe a fornecer recursos e novas ideias para auxiliar professoras e professores no processo de elaboração de suas aulas. Pensando o cotidiano da escola, proponho encurtar os caminhos entre a pesquisa acadêmica, a construção de propostas pedagógicas e a elaboração de planos de aula e a sua aplicação. Por compreender que a profissão de professor é ocupada, no Ensino Médio, por uma grande maioria de mulheres, opto por escrever no feminino. Minha proposta é rediscutir as narrativas históricas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar a partir do uso das categorias de gênero e sexualidade.

O apagamento e o silenciamento da história das mulheres e das sexualidades é uma das preocupações que nortearam a formulação deste caderno temático. A partir da escolha de tratar a história das LÉSBICAS, é necessário reconhecer: no processo de construção da história, elas, as lésbicas, foram retiradas e relegadas ao apagamento e à marginalização, aparecendo como não sujeitas em sua diversidade e diferenças, bem como uma figura geral representada nos discursos médicos, legais e jurídicos, estigmatizada socialmente, violentada e assassinada em sua realidade física, psicológica e epistêmica. Pretendo contestar discursos universalizantes muitas vezes construídos a partir da narrativa homogeneizante produzida por historiadores homens. Importa a construção de novas propostas e modelos de ensino histórico escolar que se apliquem na produção de uma história que coloque as mulheres, as lésbicas, as gays, as travestis, as transgêneras, as bissexuais, as queer e todes como construtoras de sua realidade e personagens relevantes na produção social. Por questões de tempo e afinidade, aqui trato das lesbianas. Porém, há muitas outras possibilidades de trabalho, com as mesmas fontes que aqui utilizo ou cito como material complementar, para essas outras temáticas. Fica a critério de você, professora, alinhar as sugestões de sequências didáticas e modelos de trabalho pedagógico que aqui apresento às temáticas necessárias e urgentes da sua realidade.

Ao pensar os diversos marcadores sociais da diferença que produzem o silenciamento das mulheres como sujeitas históricas, é importante discutir como a sexualidade, a raça e a classe atuam para produzir esses apagamentos e marginalizações. Por isso, a partir da análise das trajetórias públicas de Leci Brandão e Cassandra Rios, quero vislumbrar quais mecanismos e projetos de gênero foram utilizados pela Ditadura Civil-Militar para apagar suas contribuições sociais, suas produções intelectuais e seu reconhecimento cultural. A face moralista e atrelada a padrões heteronormativos de gênero aplicada pela ditadura como política de estado através da censura, da prisão, da repressão e do silenciamento dessas mulheres lésbicas, é utilizada, neste caderno, para o aprofundamento das análises sobre como a Ditadura Civil-Militar, para além do uso da violência, produziu um discurso de moralização e combate de corpos indesejados nos espaços públicos e nos discursos sociais.

A arte produzida por Cassandra Rios, a escritora mais proibida do Brasil durante o período da república e da ditadura, e as canções engajadas social e politicamente de Leci Brandão, foram capazes de atravessar a mordida da censura política e social e construir narrativas sobre modos de vida, sexualidades, papéis de gênero e comportamentos que diziam sobre seu tempo e que muito podem contribuir para pensarmos essas temáticas em nosso presente.



A história não é sobre o passado, a história é sobre nossas questões atuais e a elas devemos responder com nosso trabalho e capacidade intelectual, para produzirmos e, também, para nos assumirmos como sujeitas históricas que, pertencentes ao seu tempo, respondem a ele com as ferramentas e possibilidades que temos.

Este Caderno Temático está dividido em dois módulos constituídos por 5 sequências didáticas. No Módulo I temos: 1- Apresentação do módulo, onde procuro dialogar sobre as questões teóricas e objetivos gerais do módulo, seguido das sequências didáticas divididas. É importante dizer que cada sequência pode ser trabalhada de forma independente, mas, por motivos de organização didática, elas estão aqui divididas a partir de suas temáticas. 2 - A censura Moral como política de estado. 3 - Narrativas alternativas na produção de si: sexualidades nas páginas impressas. No módulo II temos: 4 - Apresentação do módulo; 5 - A presença das mulheres na ditadura; 6 - A censura cultural: silenciamentos e marginalizações.

Este Caderno Temático é produzido em conjunto com a minha dissertação. Todas as temáticas aqui debatidas estão aprofundadas nela, que está disponível para download na página do PROFHISTÓRIA-UFG e no banco de teses e dissertações do PROFHISTÓRIA nacional.



Explicando as Propostas de Aula

Este caderno temático é direcionado a professoras(es) do Ensino Médio, porém, pode ser adaptado para outros níveis de ensino. No PROFHISTÓRIA, programa de pós-graduação a nível de mestrado, pensei a estruturação de um produto pedagógico que auxilie a nós e às nossas colegas professoras em sua prática cotidiana. Por isso, as sequências didáticas apresentadas a seguir são elaboradas pensando as normativas educacionais em debate na atualidade. Há, nessas sequências, a tentativas de utilização das metodologias ativas de aprendizagem que estão sendo incorporadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que se estruturam a partir das habilidades e competências que nós, professoras, devemos adotar em nossas salas de aula.

A Base Nacional Comum Curricular foi produzida para a reformulação das práticas educativas tradicionais, trazendo novas

metodologias de ensino-aprendizagem e estabelecendo uma forte relação com o mundo do trabalho. Compreendo a necessidade de formação de nossas estudantes para o desenvolvimento profissional e a luta pela melhoria da qualidade de suas vidas. No entanto, gostaria de ponderar que na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o desenvolvimento humano, com perspectiva crítica e amparado numa educação para emancipação e autonomia, abre a possibilidade de nos voltarmos para o campo do desenvolvimento intelectual e cultural, não sendo minha principal preocupação a preparação das estudantes, durante o Ensino Médio, para o mercado de trabalho. Por isso, aqui escolho apenas metodologias ativas que auxiliem no desenvolvimento intelectual e crítico das estudantes.

A reforma do Ensino Médio diminuiu a presença da história nas escolas, através da drástica redução da carga horária para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Muitas das propostas de sequências didáticas que aqui desenvolvo podem não ter tempo útil para serem integralmente efetivadas nas aulas de história. Certamente não há como desenvolver todas elas em um semestre. Mas este Caderno Didático também é um exercício de resistência. Resistiremos na promoção de uma educação libertadora em conjunto com a nossa comunidade de aprendizagem.

Por estar produzindo esse Caderno Temático em Goiás, foi utilizado também, como documento orientador, o Currículo para Goiás – Etapa Ensino Médio, do qual, retiro as habilidades, as competências e os objetivos de aprendizagem. Cara(o) colega, essa parte das sequências pode ser adaptada para sua realidade sem a perda das contribuições pedagógicas que pretendo propiciar a você.

Foram utilizadas partes da BNCC e do Currículo para Goiás – Etapa Ensino Médio. A avaliação proposta para as aulas é a utilizada pelo Currículo para Goiás – Etapa Ensino Médio. Estão reproduzidas abaixo:

AValiação

Currículo de Goiás:

✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.

✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.

✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio

Competência Específica 05 - BNCC NACIONAL

Propõe desenvolver concepções e visões de mundo, valores e atitudes de combate às injustiças sociais, compromisso e respeito com as diversas manifestações humanas, contribuindo para que os/as estudantes desnaturalizem condutas, percebendo a desigualdade, o preconceito e a discriminação, considerando os Direitos Humanos, a ética e o respeito às diferentes culturas.

Competência específica Currículo para Goiás

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

(GO-EMCHS504A) - Identificar os tipos de direitos civis, políticos e sociais, contextualizando-os com os impasses do Golpe Militar de 1964 no Brasil para, de modo crítico, desenvolver análise sobre os projetos políticos em disputa nesse período.

(GO-EMCHS504B) - Compreender os impasses ético-políticos dos Atos Institucionais, utilizando jornais da imprensa alternativa, artistas e manifestações culturais da época para avaliar as transformações nas atitudes e valores da sociedade brasileira.

(GO-EMCHS504C) - Avaliar os impasses do sistema político autoritário no Brasil, utilizando depoimentos e documentários de sujeitos sociais envolvidos no processo para problematizar a formação política brasileira deste período.

OBJETOS DE CONHECIMENTO

Direitos Civis.

Direitos Políticos.

Direitos Sociais.

Golpe Militar de 1964.

Ditadura Militar no Brasil.

MÓDULO I

I. Apresentação do Módulo

A ditadura civil-militar, nos últimos anos, tem sido alvo de intensos debates no cenário público. A disputa pela memória do período tem aflorado defesas ao regime, contestações sobre o seu caráter truculento, no sentido de torná-lo mais brando, elogios a práticas de censura e de tortura e saudosismo de suas políticas econômicas e de suas práticas políticas e sociais. Nós, professoras e professores de História, somos interpelados por nossas discentes a partir de aprendizados históricos realizados na esfera pública, em redes sociais, canais de

produção de conteúdo, podcasts, entre muitos outros. E, por isso, precisamos estar preparadas para desenvolver um trabalho de qualidade e com posicionamento político alinhado ao fazer histórico. Objetivando alcançar este propósito, iniciarei este exercício pedagógico, no qual, procuro construir estratégias de ensino-aprendizagem que auxiliem outras colegas a desenvolverem seus próprios planos de ensino e a se aproximarem de temáticas marginalizadas em relação à “grande história”.

Na primeira aula, abordo as transformações sociais no campo dos costumes e comportamentos e movimentos reacionários a elas, explorando a construção da heteronormatividade como política. Para isso, a principal referência é James Green, em seu título “Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX”.



Na aula 2, trato dos projetos políticos de construção de um modelo de governo autoritário, assim como evidencio as (re)existências de grupos organizados de homossexuais e dos próprios indivíduos, tendo como principal referência Renan Quinalha em sua tese “Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)”. Na segunda etapa, examino a importância das mídias alternativas, como ChanacomChana e o Jornal Lampião de Esquina, para a história de LGBTs durante a Ditadura Civil-Militar e a produção de narrativas de si pelos gays e as lésbicas. Iniciando essa etapa, na aula 3, avalio as mídias alternativas na defesa das sexualidades não-heteronormativas no combate aos estigmas e às discriminações. A aula 4 trata sobre a censura e a repressão sobre as lesbianidades através da proibição das obras de Cassandra Rios. Fechando o módulo, trabalho, na aula 5, com a questão da liberdade de mulheres e da censura, através da análise da trajetória de vida e

profissional de Cassandra, considerando a censura institucionalizada da ditadura e as práticas de censura na atualidade. Nas aulas 4 e 5, as referências principais são Marisa Fernandes em “Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade” e Knapik e Marquetti em “Cassandra Rios: uma voz censurada no regime militar no Brasil”.

2. A Censura Moral como Política de Estado



Tema: Transformações sociais e movimentos reacionários: um panorama da construção da heteronormatividade como política

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 50 min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; Sala de aula invertida (nuvem de palavras); produção de textos históricos.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica: 5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504A) Identificar os tipos de direitos civis, políticos e sociais, contextualizando-os com os impasses do Golpe Militar de 1964 no Brasil para, de modo crítico, desenvolver análise sobre os projetos políticos em disputa nesse período.

Tema: Transformações sociais e movimentos reacionários: um panorama da construção da heteronormatividade como política.

Objetivo geral: analisar como as mudanças sociais e culturais desenvolveram processos de transformação na sociedade brasileira durante os anos de 1960 a 1980.

Objetivo específico:

- Analisar as mudanças sociais e culturais do período.
- Os movimentos reacionários de defesa à “moral” e aos “bons costumes”.
- Analisar a construção da heteronormatividade como política na Ditadura Civil-Militar.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º momento: Avaliação diagnóstica

1 – Questione com as(os) discentes sobre as suas memórias sobre a censura na Ditadura Civil-militar.

a) O que é censura?

b) Você se lembra de algum produto cultural que tenha sido censurado na Ditadura? Fale sobre eles.

- DOCENTE, VOCÊ PODE UTILIZAR O QUADRO PARA ELENCAR AS RESPOSTAS DAS(OS) DISCENTES. PROCURE ESTABELECE O DIÁLOGO. A PARTICIPAÇÃO DAS DISCENTES É FUNDAMENTAL PARA A PLURALIDADE DE IDEIAS E A USO DA MEMÓRIA HISTÓRICA. A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZADO É REALIZADA A PARTIR DA RESPONSABILIDADE DE TODAS.
- ESSA ATIVIDADE PODE SER REALIZADA A PARTIR, TAMBÉM, DA SALA DE AULA INVERTIDA, SENDO QUE ESTE PRIMEIRO MOMENTO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA AS DISCENTES PODEM REALIZAR COM O AUXÍLIO DA “NUVEM DE PALAVRAS”.

2º Momento – Exposição dialogada sobre as transformações sociais entre as décadas de 1960 a 1980.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS EM CURSO NAS DÉCADAS 1960 A 1980

Liberdade para as mulheres, estimulada pelo feminismo, tais como a liberdade sexual, profissional e de participação política.

Disseminação da pílula anticoncepcional e seus impactos na vida das mulheres. Exemplos: nova relação com a sexualidade e com o prazer, planejamento familiar.

Revisão de valores tradicionais pela desestabilização das ideias de feminilidade e masculinidade. (Abordar como os papéis sociais eram mais delimitados, existindo uma clara diferenciação de tratamento no mercado de trabalho e na vida social).

Entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho (importante salientar com as(os) discentes que as mulheres das classes populares, em geral, já estavam presentes no mercado de trabalho, embora ocupassem funções de menor prestígio e baixa recompensa econômica frequentemente relacionada ao mundo doméstico); e no cenário público (Bertha Lutz, participação em grupos sociais, participação política).

Aprovação da Lei do Divórcio (1977)². Abordar como houve pressões da Igreja Católica para frear a aprovação da Lei com intuito de defender a família e os valores cristãos relacionados aos papéis sociais de homem e mulher.

Construção de novas formas de sociabilidade e comportamento. Abordar como movimentos como o maio de 1968, o de contracultura, o movimento hippie, tropicalia, rock and roll, as existências de gays e lésbicas, entre outros, contestavam as normas de sociabilidade e comportamento.

¹ A nuvem de palavras é um recurso gráfico que mede a quantidade de vezes que conceitos, palavras e expressões são utilizados pelas alunas sobre determinada temática. É possível realizar seu uso a partir de variados objetivos e com uso de ferramentas diversas disponíveis gratuitamente na internet. Alguns exemplos de uso são, principalmente em atividades interativas, como a criação de nuvem de palavras, questionários animados, gráficos, quiz, entre outros. São interessantes para estimular o aprendizado visual, promover o crescimento de vocabulário e o diálogo sobre os conceitos trabalhados no conteúdo. Ferramenta indicada: <
<https://www.mentimeter.com/>>.

A partir da compreensão de que haveria um cenário de transformações culturais e sociais em curso, principalmente em capitais e grandes cidades, procure demonstrar que em resposta a esse contexto de mudanças surgiram movimentos de reação dentro do cenário público, que se manifestaram através do uso de veículos de comunicação, por meio da atuação política e através de um projeto político empregado pelos militares durante a Ditadura Civil-Militar. Trataremos aqui como movimentos reacionários e conservadores. Esses movimentos se utilizaram de discursos religiosos, médicos e legais para empreender o seu contra-ataque às transformações em curso.

É importante mencionar que essas mudanças impactaram a vida das pessoas de diferentes maneiras e causaram reações diversas. Algumas pessoas aderiram a elas, outras aderiram em parte, outras rejeitaram.

2º Momento – Exposição dialogada sobre as transformações sociais entre as décadas de 1960 a 1980.

- Diante da apresentação das mudanças sociais e culturais em curso no contexto estudado, questione juntamente com suas/seus discentes:

1- O que seria a defesa da moral e dos bons costumes?

Elabore com suas/seus discentes categorias que representem a moralidade defendida pela Ditadura, por exemplo:

- O papel ou função sociais de homens e mulheres e seus respectivos significados.
- O modelo de relacionamento afetivo/sexual instituído como norma: a heteronormatividade como sistema de poder.
- A divisão do trabalho de acordo com o gênero.

² FAVERI, Marlene de. Verbete: Divórcio. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Loşandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 784 p.

2 - Problematize: Como as normas sociais são instituídas?

Incentive e auxilie as/os discentes na compreensão de como as normas sociais são estabelecidas, procurando analisar a produção dos discursos sobre a defesa da “moral” e dos “bons costumes”. Aponte as maneiras como determinados consensos são produzidos socialmente através de diversos mecanismos, tais como os discursos políticos, religiosos, médicos e legais. Procure caracterizar o caráter contingente das construções históricas e sociais.

“A norma ou a normalização são mecanismos de poder, não apenas controlam ou regulam aqueles que estão à margem da normalidade. A norma é uma estratégia que produz gestos, comportamentos, condutas, subjetividades e discursos (NUNES, 2020, p. 19).

A Ditadura e alguns grupos sociais foram responsáveis por produzir discursos e políticas, nas quais afirmaram que a norma é a relação heteronormativa e os papéis sociais dela subsequentes produziram também o outro, aquele que não está dentro na norma. Ao se criar uma norma é necessário ter poder suficiente para instituir e manter determinado padrão, ao mesmo tempo em que se marginaliza e exclui o diferente, aquele que está fora da norma. Explícite que a constituição da norma só é possível através de relações de poder desiguais e estruturas hierárquicas presentes dentro da sociedade.



CONCLUINDO

Importante salientar que há uma defesa de modelos sociais baseados na heteronormatividade, que é definida como norma e afirmada como valor fundamental por grupos sociais e religiosos e conservadores. Por isso, esses grupos reacionários pregam a manutenção de papéis sociais inflexíveis de masculinidade e feminilidade. A heterossexualidade é compulsória a medida em que está constantemente sendo instituída e “naturalizada” como a única opção saudável de relacionamento afetivo, sexual e social. É fundamental a compreensão da heterossexualidade como um sistema de poder, no qual os homens exercem poder sobre as mulheres de diversas formas³. O que se pretende é a compreensão da heteronormatividade como um sistema de poder que organiza a vida social, sendo defendida dentro da Ditadura como um meio para alcançar apoio social e legitimar suas ações de censura. O que veremos na Aula 2.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

- ✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.
- ✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.
- ✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio

ATIVIDADE SUGERIDA

- 1) Após o debate e a problematização das mudanças culturais durante as décadas de 1960 a 1980 e os contextos de repressão e censura, peça as discentes que elaborem um texto dissertativo argumentativo que exponha processos de censura e marginalização de pessoas na atualidade, procurando relacionar os conteúdos analisados com os problemas sociais enfrentados por grupos sociais vulneráveis.

Passo a passo:

- Escolha uma temática
- Faça uma pesquisa sobre sua história e condições sociais
- Realize um levantamento sobre as políticas para elas na atualidade.
- Proponha uma solução, explicitando quem a realizaria, como torná-la possível e por que ela seria viável.

OBS: Visando o desenvolvimento da habilidade de construção textual e a produção de narrativas históricas no nível Ensino Médio, oriente as discentes para construir seus textos a partir das orientações do ENEM. Pode-se optar também por outros tipos e gêneros textuais a partir da escolha do Docente.

- 2) A partir das mudanças sociais e políticas das décadas de 1960 e 1980 trabalhadas em sala, sugira às discentes que realizem a produção de uma pesquisa sobre essas transformações no Brasil e construam um infográfico ou mapa mental que resuma as principais mudanças observadas.

- Docente, estabeleça um número de temas para a pesquisa que você considera ideal, considerando o tempo disponível, os mecanismos de pesquisa e a produção da atividade das quais seu alunado dispõe.

REFERÊNCIAS

- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- FAVERI, Marlene de. Verbete: Divórcio. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 784 p.
- GREEN, James N. Além do Carnaval. **A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NAVA, Camila de Almeida. Heterossexualidade compulsória e Gênero. in: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNADES, Felipe Bruno Martins. **Pensamento lésbico contemporâneo**. Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Políticas e Artes. 1ª Edição – Florianópolis (SC): Tribo da ilha, 2021.
- NUNES, Priscila S. C. Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo. Dissertação. Mestrado profissional em História. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2020.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- MUNDO NATIVO DIGITAL. 5 Atividades eficazes para trabalhar vídeos em sala de aula. Disponível em: [https://mundonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20\(sendo%20estes,envolvem%20o%20que%20foi%20visto.](https://mundonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20(sendo%20estes,envolvem%20o%20que%20foi%20visto.) > acesso em 12/12/2021.
- Orientações para redação do ENEM. Disponível em < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf > Acesso em 27/03/2022.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.

Proposta de Aula



Tema: Projetos políticos e direitos civis: a construção de um modelo de governo autoritário e as (res)existências diversas

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; pesquisa histórica; produção de murais; sala de aula invertida;

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som, revistas, cola, tintas, pinceis, canetões, cartolinas.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

BNCC – Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio

Competência específica: 5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504A) Identificar os tipos de direitos civis, políticos e sociais, contextualizando-os com os impasses do Golpe Militar de 1964 no Brasil para, de modo crítico, desenvolver análise sobre os projetos políticos em disputa nesse período.

Tema: Projetos políticos e direitos civis: a construção de um modelo de governo autoritário e as (res)existências diversas.

Objetivo geral: Compreender os processos censórios como práticas políticas de legitimação governamental e a atuação histórica de pessoas homossexuais na luta por sua existência.

Objetivos específicos:

- Apontar a censura como parte de um projeto de poder e governo.
- Compreender e diferenciar a censura política e a censura moral.
- A relação da censura com a vida cotidiana durante a ditadura: a perseguição às sexualidades não heteronormativas como estratégias políticas.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



- Docente, você pode optar por realizar a atividade a partir da ferramenta da Sala de aula invertida, adiantando o 3º momento, atividade 1, para ser realizada de forma assíncrona. Dessa forma, pode otimizar o tempo e oferecer a experiência da pesquisa e do debate em aula dos elementos encontrados pelas discentes, concluindo sua aula com a produção de murais.

1º Momento

1º A – Estímulo à memória: Retomar aspectos trabalhados na aula 1.

O que é censura? Como ela foi inserida durante a ditadura? A censura na ditadura e a censura hoje? Quais as principais mudanças sociais do período? Essas mudanças causaram conflitos de ideias e modelos

- Procure retomar os conceitos importantes trabalhados na primeira aula. Por exemplo: as formas de censura, as políticas de estado, as relações de poder e as transformações socioculturais estudadas anteriormente, assim como outros tópicos pertinentes à primeira aula.
- Caso opte por dar apenas essa aula, procure estimular a memória histórica sobre o período, retomando aspectos sobre as narrativas históricas (O que as discentes sabem sobre a ditadura? O que aprenderam? O que as discentes se lembram sobre a censura? Quando estudaram o tema falaram sobre as populações LGBTTQIA+ ou não?).

1º B – Apresentar a proposta da aula. Discutir e apontar quais objetivos serão perseguidos pela turma. Esse procedimento situa a discente como construtora dos seus próprios conhecimentos e participante ativa na comunidade de aprendizado.

2º Momento: Trabalho com Fontes

Após o estímulo à memória e a retomada dos conhecimentos das discentes sobre o conteúdo, com o uso de um aparelho de mídia com som, podendo ser data show, tv ou outro disponível, examinar o documento a seguir:

A - [LGBTs no Regime Militar] - A primeira passeata #JornaldaUSP (6min)

https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE

Crítica interna e externa

Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais? Por quê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?

A - Proposta de trabalho com o vídeo:⁴

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça às discentes para anotarem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido, compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento e realizar uma análise mais flexível do vídeo com o intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.



B – A discente como protagonista

Desenvolva uma pergunta sobre o vídeo exibido e peça para cada discente escrever sua resposta em seu caderno.⁵

Sugestões:

- Quais eram as propostas da ditadura para o campo da moralidade?
- Como era a realidade vivida por homossexuais na ditadura?
- Fale sobre os fatores que motivaram a primeira passeata pela existência e respeito aos homossexuais.

Após cada discente responder sua pergunta, organize a sala em duplas para que cada dupla possa ler e discutir sobre o tema, definindo assim a melhor resposta para a questão. Você pode pedir para que cada dupla apresente sua resposta à turma, organizando sessões de apresentação e debate sobre a temática.

ATIVIDADE SUGERIDA

Pesquisa histórica

1º - Pesquise quais tipos de produtos culturais foram censurados por questões morais através dos mecanismos de censura legais na ditadura. Escolha um exemplo histórico em cada veículo de comunicação.

- a. Na televisão
- b. No cinema
- c. Na imprensa escrita.

Produção de murais

2º - Produção de murais que expliquem os tipos de censura aplicados pela ditadura

- Os murais podem ser tanto digitais como impressos e/ou realizados com colagens. Ficando ao critério do docente avaliar a disponibilidade de tempo e materiais.
- Para murais com colagens é necessário: revistas, cola, tesoura, cartolina ou outro material para usar de base, tintas, pinceis, entre outros.

⁴ Roteiro de atividade retirada do “O mundo nativo digital” elaborado pelo professor Prof. Anderson Bençal Indalécio. Disponível em: [https://mondonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20\(sendo%20estes,envolve%20o%20que%20foi%20visto.>](https://mondonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20(sendo%20estes,envolve%20o%20que%20foi%20visto.>) acesso em 12/12/2021.

⁵ IDEM “O mundo nativo digital”; Prof. Anderson Bençal Indalécio.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

- ✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.
- ✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.
- ✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio



REFERÊNCIAS

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da escola superior de guerra. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.) **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26624>. Acesso em: 10/12/21

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.

MATERIAL COMPLEMENTAR

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.

MUNDO NATIVO DIGITAL. 5 Atividades eficazes para trabalhar vídeos em sala de aula. Disponível em: [https://mundonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20\(sendo%20estes,envolvem%20o%20que%20foi%20visto.](https://mundonativodigital.com/2016/04/01/5-atividades-eficazes-para-trabalhar-com-videos-em-sala-de-aula/#:~:text=Observar%20cada%20v%C3%ADdeo%20(sendo%20estes,envolvem%20o%20que%20foi%20visto.) > acesso em 12/12/2021.

3. Narrativas Alternativas na Produção de Si: Sexualidades nas Páginas Impressas.



Tema: As mídias alternativas e a história de LGBTQs durante a Ditadura Civil-Militar: a produção de estigmas sociais e as narrativas de si

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas;

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica:

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504B) Compreender os impasses ético-políticos dos Atos Institucionais, utilizando jornais da imprensa alternativa, artistas e manifestações culturais da época para avaliar as transformações nas atitudes e valores da sociedade brasileira.

Tema: As mídias alternativas e a história de LGBTs durante a Ditadura Civil-Militar: a produção de estigmas sociais e as narrativas de si.

Objetivo geral: Compreender o processo de marginalização e censura da comunidade LGBT e as estratégias de visibilidade empreendidas por grupos homossexuais organizados.

Objetivos específicos:

- Apontar para um processo de estigmatização de pessoas homossexuais em meios de comunicação e pelo governo ditatorial.
- Examinar o processo político de marginalização e censura das homossexualidades no contexto da Ditadura Civil-Militar.
- Analisar a importância dos meios de comunicação alternativos, tais como o Jornal Lampião de Esquina e o Boletim Chanacomchana.
- Reunir aspectos legais que regularam a censura aos meios de comunicação e sua influência na produção das (in)visibilidades LGBTs.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1ª Momento:

Exibição do vídeo: [LGBTs no Regime Militar] - As Mídias Alternativas #JornaldaUSP (aprox. 6 min) -

<https://www.youtube.com/watch?v=FmfbxmVMVmM&t=95s>

A - Proposta de trabalho com o vídeo:

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça às discentes para anotarem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido, compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento e realizar uma análise mais flexível do vídeo com intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.

Crítica interna e externa

- Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais (verídicas)? Porquê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?

2º Momento – Análise de documento escrito

Proponho a análise deste trecho do jornal O Globo, mas pode-se trabalhar com as leis e seus respectivos textos. Para este contexto, as mais relevantes normativas são: Decreto n. 20.943, de 1946 (serviu como base para a organização da prática da censura, estabelecendo as diretrizes que regulariam o funcionamento e atuação dos órgãos aplicadores); Lei n. 5.250, que ficou conhecida como “Lei da imprensa” e que seria responsável por controlar a imprensa e a liberdade de expressão, estabelecendo penas duras aos jornalistas que descumprissem suas resoluções; e o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970 que regulamenta a censura prévia, realizada por censores dentro de jornais e editoras.

Médici proíbe publicações que atentem contra a moral

O Presidente da República baixou decreto ontem determinando que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

A medida tem por finalidade de proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sã e digna da mocidade. Além disso, segundo o decreto, as publicações obscenas e as exteriorizações contrárias à moral estimulam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira.

O decreto

mum; CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença; insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira; CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional,

DECRETA:

Artigo 1.º — Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Artigo 2.º — Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar

no país, a verificação estabelecida na forma do artigo 2.º deste decreto-lei.

Artigo 5.º — A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I — A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação, com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II — A perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados à sua custa.

Artigo 6.º — O disposto neste decreto-lei, não exclui a

Reprodução: Matéria da edição de 23 de janeiro de 1970 notícia a lei da censura prévia | Acervo O GLOBO.⁶

⁶ Imagem retirada de reportagem do jornal O Globo. Disponível em < <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/imprensa-filtrada-pela-moral-e-os-bons-costumes-entenda-lei-que-formalizou-censura-previa-no-brasil-ha-50-anos.html> >.

Crítica interna e externa

● Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Externa

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- É possível identificar a autoria do texto? A autora (o autor) se posiciona dando sua opinião?
- O texto tem caráter de transmitir uma informação, uma opinião ou expressa uma crítica? Contém ironia ou outras figuras de linguagem?

Interna

- Qual a mensagem central transmitida pelo documento?
- Quem são os sujeitos que identificamos nessa fonte?
- O que o decreto pretende julgar? Qual seu conteúdo?
- Quais práticas são proibidas? Quais as justificativas para proibição?
- Qual a influência do contexto político no decreto?
- É possível compreender qual seria o “plano subversivo”?
- Ao justificar o estabelecimento do decreto o texto afirma que pretende proteger alguns indivíduos. Que indivíduos são esses?
- Quais as sanções impostas pelo decreto?
- Esse decreto é uma forma de institucionalizar e burocratizar a censura? Por quê?
- Você se lembra de outros documentos que regularizavam a censura? Quais?
- Que tipo de censura é imposta nesse decreto? É possível separar censura moral e política?
- A fonte pode ser utilizada para expressar valores e crenças de um determinado grupo de pessoas? Quais?

A fonte define o que seria “moral e bons costumes”? Quais valores você acha que estão sendo defendidos pelo governo ditatorial?

ATIVIDADE SUGERIDA

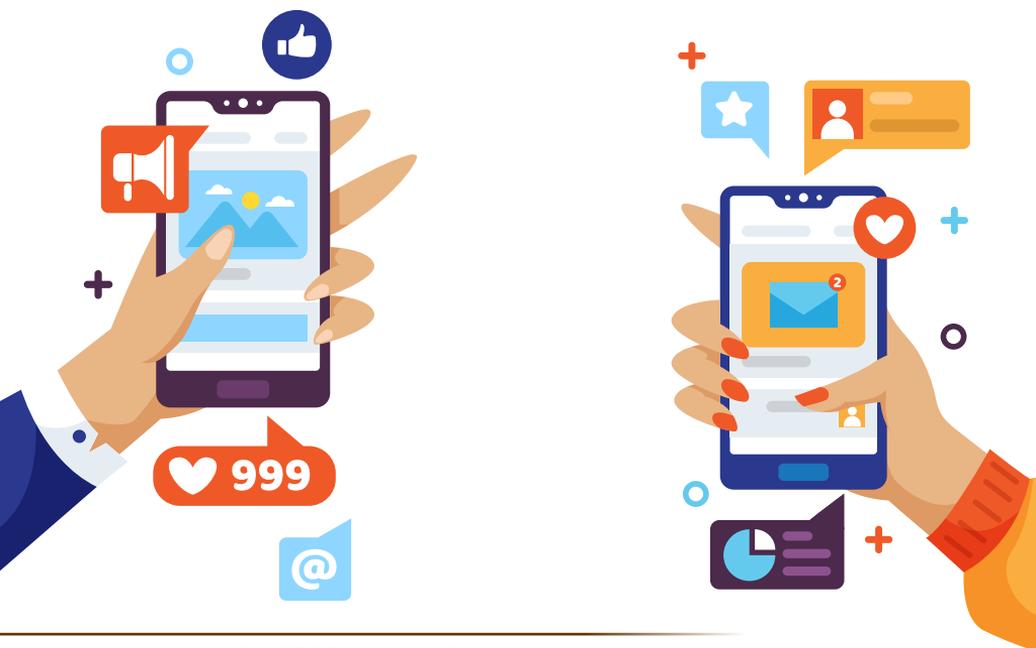
1) Organize os estudantes em duplas para a produção de um diagrama ou mapa conceitual sobre a temática trabalhada.

Orientação para a produção do mapa conceitual⁷e/ou diagrama.

- Identificar os conceitos-chave estudados.
- Organizá-los de acordo com a importância.
- Acrescentar conceitos e ideias mais específicos.
- Realizar a relação entre os conceitos por meio de traços.

Ao fim da atividade, compartilhe e compare os mapas produzidos, dialogando sobre a organização dos conceitos dentro do mapa ou diagrama.

2) Pesquise ao menos dois exemplos de mídias alternativas produzidas na atualidade, descrevendo sua temática central, seu público-alvo e suas ferramentas de comunicação.



REFERÊNCIAS

SANTOS, Taciana da Silva. **Metodologias ativas de aprendizagem**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco – Campus Olinda. Olinda, PE. 2019.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

PEDRO, J. M.; VERAS, E. F. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. DOI: 10.5965/2175180306132014090. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MATERIAL COMPLEMENTAR

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.

✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.

✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio

Proposta de Aula



Tema: A biografia de Odete Rios (Cassandra Rios):
censura e repressão nas obras impressas
sobre Lesbianidades

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; produção de narrativas históricas; sala de aula invertida;

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som, folhas, canetas, recortes de revista.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica:

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504B) Compreender os impasses ético-políticos dos Atos Institucionais, utilizando jornais da imprensa alternativa, artistas e manifestações culturais da época para avaliar as transformações nas atitudes e valores da sociedade brasileira.

Tema: A biografia de Odete Rios (Cassandra Rios): censura e repressão nas obras impressas sobre Lesbianidades.

Objetivo geral: Analisar criticamente como a publicação do primeiro livro da autora é marcado pela moralidade e valores tradicionais, assim como explicitar como os marcadores sociais de classe e raça atuam na construção de papéis sociais para as diversas mulheres.

Objetivos específicos:

- Ser mulher e ser escritora: examinar os papéis sociais das mulheres nas décadas de 1960 a 1980.
- Demonstrar como os marcadores de raça e classe atuam no mundo do trabalho.
- Investigar as consequências sociais de escrever sobre liberdade sexual feminina e homossexualidades no contexto de repressão da ditadura.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º Momento:

Sala de aula invertida – Pesquisa histórica em revista

A - Solicite as discentes que realizem uma pesquisa sobre a escritora Cassandra Rios. Façam anotações sobre o período em que ela viveu, qual sua profissão e qual foi a sua importância na história.

- Docente, você pode deixar essa pesquisa em aberto para ser realizada através da internet ou poderá indicar um material para a investigação das discentes. Indico que a pesquisa seja feita a partir da leitura e da análise da Entrevista concedida por Cassandra Rios, em 1970, a revista Realidade. Está disponível no Acervo Bajubá. Disponível em <<https://acervobajuba.com.br/reportagem-com-cassandra-rios-qual-o-pecado-de-odete/>> Acesso em: 26/03/2022.

2º Momento: Análise de trechos da entrevista de Cassandra Rios a Revista Realidade.

Com dezesseis anos, aluna da terceira série de um ginásio particular, Odete tinha gavetas cheias de coisas escritas. Poesias, romances, crônicas, novelas, contos. Às vezes escrevia durante a aula e passava as folhas para as colegas. Era o tumulto. Uma vez a professora percebeu, exigiu o papel, era um capítulo de Carne em Delírio.

_ Nossa!... Odete, você está suspensa por três dias da minha classe.

O sonho de ver um livro publicado passo a monopolizar todos os momentos de estudante de dezesseis anos. De dois romances já prontos, escolheu, para estréia. A volúpia do Pecado, por achar que ele encerrava um grande ponto de venda: era a história de amor entre duas adolescentes. (O homossexualismo feminino é assunto de dezesseis dos seus 23 livros).

Docente, nesse trecho podemos trabalhar as temáticas tratadas por Cassandra em suas obras, que abordavam a sexualidade feminina e a lesbianidade, explicando por que essas eram temáticas inovadoras e pontuando características do contexto conservador que marca a história do país, desde o governo Vargas.

Uso de pseudônimo como estratégia de proteção

Seu nome verdadeiro _ Odete _ não poderia aparecer. Desde os treze anos, usava pseudônimo em seus escritos: Cassandra. Cassandra era uma pitonisa grega sobre quem pesava uma maldição: ao mesmo tempo em que tinha o poder de prever as coisas, tinha também a desgraça de jamais ser acreditada. Profetizou a catástrofe que seria causada pelo cavalo de Tróia e pediu que não o deixassem entrar na cidade. Mas, como sempre, não lhe deram fé, e o cavalo entrou, levando a guerra, a destruição e a dor.

Sem conhecer nenhuma editôra, guiou-se pela lista telefônica e passou a procurar uma por uma.

— Não interessa, mocinha. Só editamos livros sacros.

Quando não a despachavam sumariamente, as editoras pediam que deixasse os originais e viesse a saber a resposta depois. Na terceira negativa, fez um teste (supriu todo um capítulo) e confirmou sua suspeita: não liam os originais. Só lhe restava um caminho: arranjar dinheiro e pagar para o livro ser publicado. Seus pais, espanhóis da Galiza, tinham meios para isso, mas o problema estava em que não podiam ler o romance. Família católica, convencional, certinha, não aceitaria que a filha escrevesse aquelas coisas. Tinha de conseguir o dinheiro por outro meio: resolveu trabalhar. Arranjou emprêgo como secretária do escritório de um advogado e planejou guardar intato o ordenado de cada mês para juntar o dinheiro da entrada na gráfica: 25 contos. Seriam quase três anos de trabalho.

Mas meus pais não gostavam que ela trabalhasse fora: era motivo constante de briga em casa. Um acôrdo secreto entre a mãe e Dona Damia

- **Sucesso editorial: vende muito porque é proibido ou é proibido porque vende muito?**
- **A exploração das obras de Cassandra: a censura como fator determinante da carreira da escritora.**
- **A homossexualidade compulsória e o papel da mulher na sociedade.**

- **As dificuldades encontradas por mulheres para serem reconhecidas como profissionais em algumas áreas, no caso, Cassandra, por ser mulher e jovem, não era vista como alguém capaz de escrever um bom livro.**
- **Trabalha-se, também, o contexto e a formação familiar conservadora na qual Cassandra está imersa. Foi por intermédio desta mesma formação que ela não pudera acessar o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, Cassandra expressa a possibilidade de uma mulher branca ter acesso a serviços por pertencer a uma família burguesa.**

Assim foi. Como o primeiro, a Carne vendeu bastante. O nome Cassandra Rios passo a ser visto como um bom negócio para certas editoras. Foi então procurada por uma empresa carioca que lhe propunha um contrato de exclusividade, pagando-lhe adjantado e estabelecendo a retirada mensal de 35 contos de réis pelo direito de publicar os livros que escrevesse daí em diante. Era a sua profissionalização como escritora, era a oportunidade sonhada de viver daquilo que gostava de fazer, e de que não podia fugir: seus livros. Mas, ao mesmo tempo, podia ser um terremoto em casa, a luta entre Odete e Cassandra chegaria a um ponto de explosão, aquilo podia significar a desunião com sua família, que, acima de tudo, ela venerava.

Nos tempos de estudante, Odete tinha sido namoradeira, e até noivara duas vezes. Veio-lhe daí a idéia de como libertar-se, sem operação e sem dor, do contrôle familiar: casando-se!

— Eu tinha um grupo de amigos, e combinei com um deles a farsa completa: o namôro, noivado e casamento, com véu e vestido, convidados, igreja e tudo. Fêz-se, assim, no melhor estilo católico e burguês. Após a cerimônia, fomos para a lua-de-mel: o Eugênio para o Rio, eu para o Guarujá.

_ Quem é você, Cassandra?
 _ Sou uma criatura simples, comum, cheia de problemas, triste e amarga. A vida de escritora tem sido muito dura para mim.
 _ Que é homossexualismo?
 _ Uma questão de preferência. Com boa retórica, eu podia aqui alinhar uma centena de causas, mas no fundo, o homossexual é homossexual porque é homossexual. É o homem que gosta de homem em vez de gostar de mulher, é a mulher que gosta de mulher em vez de gostar de homem. Foi alguém à sua casa perguntar porque você usa camisa esporte ou prefere Volkswagen? Acho que não. É a mesma coisa. Se as pessoas se preocupassem menos com as preferências alheias, o mundo seria bem melhor.

- Estigma – Marginalização
- Representação e resistências.

● Homossexualismo e Homossexualidade

_ É uma aberração?
 _ Não é. É uma forma de sexualidade como a outra. Os homossexuais não são pessoas aberrantes.
 _ Tem aumentado no Brasil o número de homossexuais?
 _ Não é que tem aumentado, É que, à medida que o assunto é debatido e estudado com seriedade, as pessoas tomam coragem de se revelar, vencem o medo reverencial que as mantinha à margem da vida, e passam a viver dentro de sua verdadeira situação.

ATIVIDADE SUGERIDA

1º - Linha do tempo

Construção de uma linha do tempo que relacione a biografia de Cassandra Rios aos acontecimentos políticos e sociais marcantes da Ditadura Civil-Militar e da história de LGBTs.

- A partir das informações das discentes, construa em conjunto com a turma ou divida-os em grupos para produzir uma linha do tempo de acordo com a biografia de Cassandra.
- Docente, você pode utilizar materiais escolares como folhas, canetas e recortes de revista ou optar por criar linhas do tempo digitais. Escolha o que mais se relaciona com as possibilidades de trabalho e ferramentas disponíveis.

2º - Produção de narrativas históricas marginais.

Utilizando os materiais disponíveis, você pode produzir um podcast a partir do uso da trajetória de Cassandra.

- a) Produzir um podcast narrativo no qual se relacione a trajetória biográfica de Cassandra Rios ao contexto da Ditadura Civil-Militar. O ideal seria o trabalho em grupo devido à demanda de equipamento e o tempo para a construção do podcast.

Pontos possíveis para a construção da atividade:

- Apresentar o início da carreira da escritora com as perspectivas morais e de gênero que orientavam a ação da sociedade, procurando demonstrar o caráter inovador da temática lesbianidade para a época.
- Debater o processo de censura moral aplicado à produção das obras de Cassandra, relacionando-o ao consumo de seus livros e as mudanças históricas durante as décadas de 1960 a 1980.
- Analisar o apagamento histórico das lésbicas nas narrativas históricas e literárias, apresentando outras mulheres escritoras do período analisado que são marginalizadas no cânone literário.

Ao fim da atividade, pode-se organizar uma exposição dos trabalhos para que as discentes possam perceber as diferenças na construção das narrativas históricas e a construção da verdade histórica.

- Docente, nessa atividade é importante refletir sobre o processo de construção das narrativas históricas, evidenciando a escolha do tema, o processo de seleção das fontes e a perspectiva teórica escolhida para a análise da temática. Essa atividade pode ajudar suas discentes a perceberem as relações de poder e os silenciamentos que estão presentes na história escolar.

REFERÊNCIAS

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

DE SOUZA, Raone Ferreira. O podcast no ensino de história e as demandas do tempo presente: Que possibilidades? **Revista Tansversos**. v. 1, p. 42-62, 2017.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

KNAPIK BRUM, R.; MARQUETTI, D. Cassandra Rios: uma voz censurada no regime militar no Brasil. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 144–159, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19221>. Acesso em: 3 fev. 2021.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.

RIBERIRO, Hamilton. Cassandra Rios: qual o pecado de Odete? **Realidade**. 1970. Disponível em <<https://acervobajuba.com.br/reportagem-com-cassandra-rios-qual-o-pecado-de-odete/>> Acesso em: 26/03/2022.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

PROFHISTÓRIA. Conecta Rio - Usos e Possibilidades do Podcast no Ensino de História (Raone Ferreira). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=tnwtcxJTYjc>> acesso em 28/03/2022.

MATERIAL COMPLEMENTAR

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>> Acesso em 17/12/2021.

ACERVO BAJUBÁ. Disponível em < <https://acervobajuba.com.br/> > Acesso em:



Accesse material complementar sobre essa aula no Padlet.

<https://padlet.com/naylafrancany/3gwwr98u3yr423g9>

Proposta de Aula



Tema: Censura às lesbianidades: Cassandra Rios e a proibição da liberdade feminina

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; aprendizagem em pares; debate.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica:

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504C) Avaliar os impasses do sistema político autoritário no Brasil, utilizando depoimentos e documentários de sujeitos sociais envolvidos no processo para problematizar a formação política brasileira deste período.

Tema: Censura às lesbianidades: Cassandra Rios e a proibição da liberdade feminina.

Objetivo geral: Pensar a censura ontem e hoje através da análise da trajetória de Cassandra Rios.

Objetivos específicos:

- Entender o processo de continuidade da censura moral na República até a Ditadura Civil-Militar.
- Análise da trajetória de Cassandra Rios, entendendo os efeitos da censura em sua produção literária.
- Entender como os papéis de gênero afetavam a liberdade feminina.
- O fim da censura institucional e as novas formas de cerceamento das expressões morais na atualidade.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º Momento:

Acesse o site abaixo e assista a entrevista de Cassandra a Jô Soares, no programa Onze e meia, STB, 26/06/1990.

Identidades marginais. Cassandra Rios. São Paulo – SP. 1932-2002. Disponível em < <https://www.identidadesmarginais.com/cassandra-rios> > Acesso em: 10/10/2021.

- **A- Proposta de trabalho com o vídeo:**

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça as discentes que anotem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido; compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento; realizar uma análise mais flexível do vídeo com intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.

- Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?
- Quais os motivos da proibição dos livros de Cassandra?
- Quando Cassandra cria pseudônimos, o que acontece com os livros?

Cassandra expõe que os livros que escreveu e assinou com pseudônimos masculinos eram muito mais apelativos e exploravam de forma aberta a questão do prazer sexual. Por que as mulheres, como ela, eram impedidas de tratar determinadas temáticas?

- 2º momento

Docente, explore a continuidade da censura moral na república instituída no governo Vargas que permanece como parte das estruturas até a Ditadura, momento no qual foi utilizada como forma de controle social e manipulada para tratar de questões políticas.

A censura como instituição durou até o ano de 1988, quando foi promulgada a nova constituição brasileira. Desde então não existe mais a censura institucionalizada. Mas isso quer dizer que não existe censura a temas morais?



ATIVIDADE SUGERIDA

Discuta com suas discentes:

Hoje há censura? Como ocorre atualmente os processos de censura?

Quais ideias são possíveis de se debater ou não em sociedade?

Temas como sexualidade e gênero seguem sendo tabus?

- Organize a sala em duplas ou trios, cada grupo deve pesquisar casos que julguem ser um tipo de censura, apresentando-o e debatendo com o restante da turma. Para análise dos casos e organização da apresentação procure descrever e argumentar seu ponto de vista. Os debates devem se apoiar nos Direitos Humanos e da Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- Identidades marginais**. Cassandra Rios. São Paulo – SP. 1932-2002. < <https://www.identidadesmarginais.com/cassandra-rios> > Acesso: 10/10/2021.
- CALAÇO, Rita. **Memória e História das homossexualidades**. Disponível em < <https://memoriambh.blogspot.com/> acesso em: 26/12/2021.
- RIBERIRO, Hamilton. Cassandra Rios: qual o pecado de Odete? **Realidade**. 1970. Disponível em <<https://acervobajuba.com.br/reportagem-com-cassandra-rios-qual-o-pecado-de-odete/>> Acesso em: 26/03/2022.

MÓDULO II

4. Apresentação do Módulo

Neste módulo trato da censura aplicada à produção cultural, avaliando suas influências no debate público e na trajetória de Leci Brandão. Tenho como objetivo analisar o contexto de legalidade autoritária aplicado ao cotidiano da população LGBT e a ação política empreendida pela população homossexual. Para isso, enumero fatos históricos e analiso a produção de discursos de resistência. Procuo demonstrar, também, a multiplicidade de identidades e posicionamentos políticos dentro da categoria mulheres e como os marcadores sociais, como raça e classe, alteraram a percepção da violência estatal. Através das análises das sociabilidades, empreendo uma investigação sobre os espaços de existência seguros para as populações LGBT e procuro demonstrar a importância das produções culturais como ferramenta de debate público.

Na primeira etapa do módulo, procuro entender os **s i l e n c i a m e n t o s** e marginalizações das mulheres, em sua diversidade, dentro da produção da História e, em especial, no período da Ditadura Civil-Militar. A aula 6 trata sobre a diversidade de ações políticas dentro da categoria mulheres, demonstrando suas relações com o contexto político e a construção de narrativas históricas sobre elas. Para isso,

utilizo o texto de Ana Maria Colling e o texto de Luísa Dornelles Brigmann e Cristina S. Wolf. A aula 7 aborda a especificidade de grupos lésbicos feministas e suas ações políticas de visibilização e debate de si dentro do contexto de repressão em que estão inseridas. Para isso, utilizo Marisa Fernandes e Kumpera. Na segunda etapa, abordo a participação das mulheres em lutas pela cidadania e contrárias à repressão. Abordo, em específico, a lesbianidade, tratando de sociabilidades, sensibilidades e produções culturais. A aula 8 traz um apanhado geral de todas as questões trabalhadas sobre as mulheres na ditadura, tratando da repressão política e social e da busca pela cidadania. Para isso, utilizo Renam Quinalha e Setemy. Na aula 9, trago a produção musical de Leci Brandão para analisar os espaços de sociabilidade e resistência da comunidade LGBT, assim como as tentativas de repressão e apagamento de suas identidades. Para isso, utilizo Marisa Fernandes e Fernanda K.M. Souza. Na aula 10, trato a produção musical de Leci sobre temas sociais, relacionando-a aos dias atuais e discutindo as narrativas sobre raça, sexualidades e gênero. Para isso, utilizo Marisa Fernandes, Fernanda K.M. Souza e Renam Quinalha.

5. A Censura Cultural: Silenciamentos E Marginalizações



Tema: As mulheres como sujeitas históricas: participação política e a construção social da memória

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** duas aulas – 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; Estudo de caso

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica: 5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504A) Identificar os tipos de direitos civis, políticos e sociais, contextualizando-os com os impasses do Golpe Militar de 1964 no Brasil para, de modo crítico, desenvolver análise sobre os projetos políticos em disputa nesse período.

Tema: As mulheres como sujeitas históricas: participação política e a construção social da memória.

Objetivo geral: Analisar a participação das mulheres no contexto político e as variadas manifestações políticas em que atuaram. Demonstrar a participação das mulheres em movimentos pró-golpe e de defesa de valores tradicionais. Demonstrar a participação das mulheres em movimentos de esquerda e por direitos civis.

Objetivos específicos:

- Discutir a categoria mulheres (quem eram? Quais suas ideias? Por que as defendiam?)
- A discriminação homossexual à direita e a esquerda. Discutir as relações entre grupos homossexuais e a esquerda política.
- Como os meios de comunicação e os livros didáticos apresentam a participação das mulheres?
- Discutir como a memória sobre a participação das mulheres é apagada da história oficial.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º momento

A diversidade de expressões políticas das mulheres: disputas, conflitos e representações sociais durante a ditadura.

A – As mulheres conservadoras

Analisar a participação de mulheres em movimentos sociais e manifestações públicas de caráter conservador. Examinar a existência de grupos de mulheres organizadas (Ana Rita).

B – As mulheres trabalhadoras

Explorar a participação das mulheres de classes populares no mercado de trabalho; Analisar o impacto das ideias feministas na abertura de novos postos do mercado de trabalho, vislumbrando conflitos e paradigmas de existência.

C – As mulheres de esquerda

A relação entre os sexos dentro dos movimentos de esquerda; Locais de atuação política e estratégias de participação; A repressão e tortura genderizada.

D – Discriminação das mulheres lésbicas nos grupos feministas e de homossexuais.

Demonstrar como eram permeados de conflitos as relações entre as feministas e grupos homossexuais.

2º Momento:

Exibição do vídeo: Incontáveis. Episódio 3: Mulheres na ditadura (11 min. aprox..)

<https://youtu.be/sAY9dAfGJ7A>

A - Proposta de trabalho com o vídeo:

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça as discentes que anotem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido; compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento; realizar uma análise mais flexível do vídeo com intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.

- Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais? Por quê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?





3º Momento: Análise de documentos e estudo de caso.

Estudo de caso

Tema: o apagamento das mulheres durante a ditadura militar.

Objetivo: analisar a representação das mulheres no material didático utilizado em sala.

- **A** - Análise o livro didático ou material didático disponível e verifique dentro do conteúdo sobre Ditadura qual o espaço e importância dado as mulheres na narrativa escolar. Peça as discentes para analisar a representação das mulheres no material didático, verificando:
 - a) Há mulheres representadas no material didático?
 - b) Quais tipos de mulheres aparecem nos livros didáticos?
 - c) Quantas mulheres brancas e negras são representadas nos livros didáticos?
 - d) As mulheres estão identificadas?

• 4º Momento: Apresentação do resultado no estudo de caso.

B – Apresentação dos resultados obtidos

Para a apresentação podem ser utilizados ferramentas digitais, já apresentadas anteriormente nesse ebook. Estando a escolha do discente.

C – Apresentação de soluções para a melhoria da representação das mulheres na história da ditadura.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

- ✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.
- ✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.
- ✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio



REFERÊNCIAS

- BRIGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina S. Mulheres Militantes de esquerda na Ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina s.; ZANDONÁ, Jair; Mello, Soraia C. (Org). **Mulheres de luta: feminismos e esquerda no Brasil (1964-1985)**. 1ª ed. Curitiba: Appis. 2019.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**. Revista do núcleo de documentação histórica. V. 10. 2004.
DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/HR.V10I10.11605.G7457](https://doi.org/10.15210/hr.v10i10.11605.g7457).
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da escola superior de guerra. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.) **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26624>. Acesso em: 10/12/21
- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.
- REZENDE, S. P. **Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de

MATERIAL COMPLEMENTAR

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.

Proposta de Aula



Tema: Explorar a existência de grupos feministas lésbicos e sua atuação no contexto ditatorial

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; tempestade de ideias; produção de zine.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som, folhas, canetas, recortes de revista, cola.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica: 5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504C) Avaliar os impasses do sistema político autoritário no Brasil, utilizando depoimentos e documentários de sujeitos sociais envolvidos no processo para problematizar a formação política brasileira deste período.

Tema: Explorar a existência de grupos feministas lésbicos e sua atuação no contexto ditatorial.

Objetivo geral: Discutir como os grupos feministas e lésbico-feminista influenciaram a construção da Constituição de 1988, explorando o contexto de disputas e conquistas.

Objetivo específico:

- Grupos feministas e grupos lésbicos
- Onde estavam as mulheres que divergiam da ordem patriarcal? Cadê as lésbicas?
- Grupos lésbicos feministas e o movimento negro.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º momento

Exibição do vídeo: [LGBTs no Regime Militar] - As Lésbicas Feministas #JornaldaUSP (6min)

D i s p o n í v e l e m <

<https://www.youtube.com/watch?v=W1R4NVtOZ2s> > Acesso em

12/02/2022.

A - Proposta de trabalho com o vídeo:

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça às discentes para anotarem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido, compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento e realizar uma análise mais flexível do vídeo com intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.

Crítica interna e externa

Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais? Por quê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?

2º momento

Análise de fonte: publicação no jornal *Lampião de Esquina* e o *Boletim Chanacomchana*.





- O espaço ocupado pelas lésbicas em mídias alternativas e em grupos homossexuais.
- A repressão como fator social, acontecendo na vida cotidiana que influencia as mulheres a esconderem a sua sexualidade com o objetivo de protegerem as suas vidas.
- Os motivos para a criação de um grupo lésbico feminista e as ações políticas empreendidas por essas mulheres.

(Lampião de Esquina, Ed. 12, maio de 1970, p. 7).

- O *stonewall* Brasileiro: as ações do GALF e a produção de discursos lesbianos.
- Rosely Roth e a ação política das lésbicas.

(ChanacomChana, setembro de 1983, p. 1)

CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

4

**FERRO'S BAR,
DIA 19 DE AGOSTO:
UMA VITÓRIA CONTRA
O PRECONCEITO**

A OPÇÃO PELA AUTONOMIA

FIM DE CASO: LÉSBICAS NO TEATRO

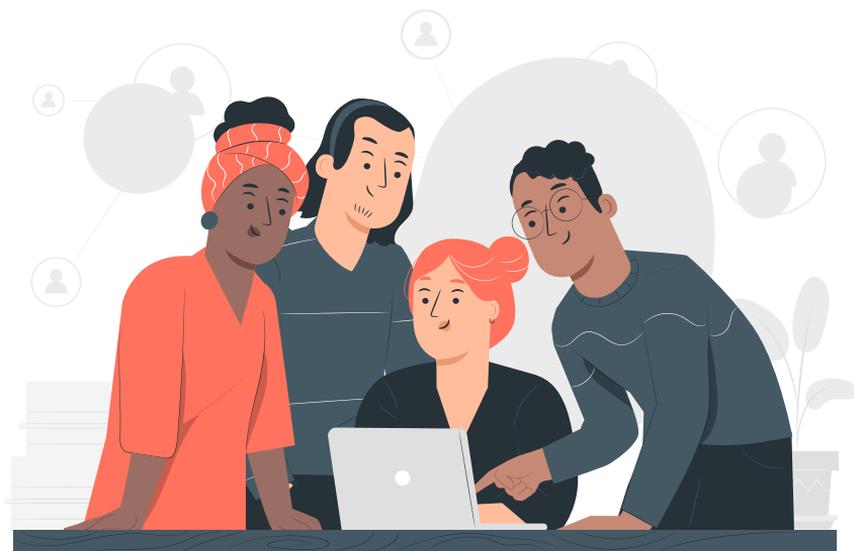
3º momento

Produção de zine ou jornal

- A- Utilize a tempestade de ideias para ajudar os grupos a escolherem a temática que irão trabalhar no zine.

ATIVIDADE SUGERIDA

Nesta atividade, buscamos criar um produto cultural que possa dialogar com os objetos de conhecimento abordados. Para isso, sugiro a produção de zines. É interessante que as discentes possam se organizar em grupos para elaborar o produto. Para a escolha da temática do Zine, indico o uso a tempestade de ideias.



REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- JORNAL CHANACOMCHANA. GALF, São Paulo, 1981-1887.
- JORNÃO LAMPIÃO DA ESQUINA. São Paulo, 1978-1981.
- KUMPERA, J. A. M. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e redemocratização. In: XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018, Guarulhos. **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH - SP, 2018**. Disponível em < https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531864276_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_JULIAKUMPERA.pdf > Acesso em 01/11/2021.
- OLIVEIRA, L. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). **Periódicus**, n. 7, vol. 1, maio-outubro de 2017, pp. 06-09. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acessado em 12/12/2021.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.
- Produzir zine < <https://www.youtube.com/watch?v=iAd9xJwuDIU> >
- Tempestade de ideias < <https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-brainstorming> > Materiais extras disponíveis em < <https://padlet.com/naylafrancany/xsnaeyms0xp4d6cv> > Acesso em 28/03/2022;



6. A Presença das Mulheres na Ditadura



Tema: Repressão, cidadania e sociabilidade de homossexuais durante a Ditadura Civil-Militar

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; Produção de Museu Digital.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica: 5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504B) Compreender os impasses ético-políticos dos Atos Institucionais, utilizando jornais da imprensa alternativa, artistas e manifestações culturais da época para avaliar as transformações nas atitudes e valores da sociedade brasileira.

Tema: Repressão, cidadania e sociabilidade de homossexuais durante a Ditadura Civil-Militar.

Objetivo geral: Compreender como os processos de censura aplicaram-se na construção da cidadania de homossexuais durante a Ditadura.

Objetivos específicos:

- O direito de ir e vir; cidadanias possíveis.
- Estigma e construção das representações sociais.
- LGBTs – a afirmação da multiplicidade de marcadores sociais e a análise das diversas formas de existir dentro da comunidade.
- A sociabilidade e locais de apoio.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



1º Momento

Incontáveis. Episódio 4: População LGBTQIA+ na ditadura (11 min) - Comissão da Memória e Verdade da UFRJ. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=6aTDB3yQ8SM> > Acesso em: 12/02/2022.

A - Proposta de trabalho com o vídeo:

Faça uma divisão do vídeo em duas ou três partes e peça às discentes para anotarem o que compreenderam no intervalo de exibição. Desse

modo, você as ajudará a centralizar sua atenção no que está sendo exibido, compreender os conceitos e temáticas básicas desenvolvidas no documento e realizar uma análise mais flexível do vídeo com intuito de facilitar o diálogo sobre a temática em questão.

Crítica interna e externa

- Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais? Por quê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?



2º Momento:

Debate sobre o vídeo – Pontos chave

Contexto de repressão à homossexualidade durante a República:

- Discursos médicos, legais e religiosos que tratavam das homossexualidades como doenças, delinquência, degeneração e pecado.
- Presença de grupos sociais que defendiam a “moral e bons costumes” baseados nas ideias de família nuclear, monogamia patriarcal e heterossexualidade.

As homossexualidades para os militares:

- Tratava-se de uma estratégia comunista para destruir a sociedade brasileira, através do ataque às famílias.
- A Escola Superior de Guerra e outros órgãos militares desenhavam a homossexualidade como um risco à segurança nacional, tendo as pessoas homossexuais e travestis como suspeitas de comunismo e como uma ameaça política.



Formas de violência de estado sobre a população LGBTQIA+*

• Censura:

- Na música
- Na literatura
- Na tv e no cinema

Perseguição no cotidiano e no trabalho.

- No trabalho, com demissões nas forças armadas, na carreira diplomática e nos setores públicos e privados.

Repressão policial e violência:

- Prisões e batidas sem justificativa legal, apenas pelo fato de o indivíduo ser homossexual ou travesti.
- Tortura e humilhações baseadas em estereótipos de sexualidade.

Rondão do delegado Wilson Richetti promovia limpeza de áreas da cidade de pessoas homossexuais e travestis.

- Prisão de pessoas só pelo estereótipo e sexualidade.
- Operação Sapatão.
- Perseguição a homossexuais de classes mais baixas, com batidas e prisões.



O Papel da Imprensa na Luta Homossexual

- Perseguição e censura de jornais que abordavam a homossexualidade
- Jornal Lampião de Esquina.
- Outro Olhar.
- ChanacomChana.

Atentados a bancas de jornais e ameaças a editores e escritores dos jornais.

- Criação do Grupo Somos, unificando gays, lésbicas, negras e feministas.

GALF: Grupo de ação Lésbico Feminista



ATIVIDADE SUGERIDA

1) Museu de memórias LGBTQIA+

Vamos criar um Museu? A ideia é que se divida a turma em grupos e que se escolha uma pessoa ou temática para ser desenvolvida por estes grupos, dentro do conteúdo abordado.

O próximo passo é realizar uma investigação sobre a temática, apontando suas principais características e historiando-a. Os grupos devem construir um texto com imagens para trabalhar a temática, gravar um podcast com as informações ou produzir um post imitando as redes sociais sobre o assunto. Pode-se utilizar a criatividade para definir a estratégia de comunicação das informações. A partir da construção do texto e com a revisão da docente orientadora, deve-se criar um QR-Code. Ele será capaz de minimizar o gasto de materiais e proporcionar uma forma tecnológica e inclusiva de interação no Museu.

Pode-se organizar a exposição em uma sala ou no pátio da escola, espaço no qual serão organizados os trabalhos apresentados. Para a exposição, pode-se utilizar uma foto que chame a atenção para a temática e o QR-Code como ferramenta para facilitar o acesso das visitantes do museu ao conteúdo produzido pelas estudantes sobre a sua temática.



REFERÊNCIAS

- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019.
- KUMPERA, J. A. M. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e redemocratização. In: XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018, Guarulhos. **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH - SP, 2018**. Disponível em < https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531864276_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_JULIAKUMPERA.pdf > Acesso em 01/11/2021.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.
- OLIVEIRA, L. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). **Periódicus**, n. 7, vol. 1, maio-outubro de 2017, pp. 06-09. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acessado em 12/12/2021.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.
- Memorial da democracia: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>
- Para produzir QR-Code gratuitamente: <https://br.qr-code-generator.com/>
- Acervo do jornal Lampião de Esquina. Disponível em < <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> > Acesso em: 18/07/2022.



Slides para a aula:
<https://padlet.com/naylafrancany/Bookmar>

Proposta de Aula



Tema: A música engajada de Leci Brandão: sociabilidades e territórios possíveis para a existência de homossexuais

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; aprendizagem em pares; sala de aula invertida.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica:

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504C) Avaliar os impasses do sistema político autoritário no Brasil, utilizando depoimentos e documentários de sujeitos sociais envolvidos no processo para problematizar a formação política brasileira deste período.

Tema: Tema: A música engajada de Leci Brandão: sociabilidades e territórios possíveis para a existência de homossexuais.

Objetivo geral: Compreender o estigma e a representação criada sobre as pessoas LGBT durante o período da Ditadura Civil-Militar e analisar os espaços de sociabilidade e segurança criados como resistência.

Objetivos específicos:

- Entender os estigmas criados sobre lésbicas e gays no período.
- Analisar os processos de resistências e a criação espaços de sociabilidade.
- Espaços nas cidades, classe e raça na perseguição a homossexuais nas grandes cidades.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



- **Sala de aula invertida**

Ouvir o podcast História Preta, série O samba das Pretas – Leci Brandão. Anotar fatos e o que achou mais relevante.

1º Momento: Questionar o que as discentes acharam mais interessante e relevante no podcast, se gostaram do formato e se entenderam a proposta. Posteriormente, ouçam a canção “Ombro amigo” de Leci Brandão, lançado pela gravadora Globo/Columbia, no álbum “Coisas do meu pessoal”, em 1977.

OMBRO AMIGO

VOCÊ VIVE SE ESCONDENDO
SEMPRE RESPONDENDO
COM CERTO TEMOR

EU SEI QUE AS PESSOAS LHE AGRIDEM
E ATÉ MESMO PROIBEM
SUA FORMA DE AMOR
E VOCÊ TEM QUE IR PRA BOATE
PRA BATER UM PAPO
OU DESABAFAR

E QUANDO A SAUDADE LHE BATE
SURGE UM OMBRO AMIGO
PRA VOCÊ CHORAR
NUM DIA SEM TAL COVARDIA
VOCÊ PODERÁ COM SEU AMOR SAIR
AGORA AINDA NÃO É HORA

DE VOCÊ, AMIGO, PODER ASSUMIR
POR ISSO TEM QUE VIR PRA BOATE
PRA BATER UM PAPO
OU DESABAFAR

E QUANDO A SAUDADE LHE BATE
SURGE UM OMBRO AMIGO
PRA VOCÊ CHORAR

LECI BRANDÃO

A) Analisar a letra da música de Leci Brandão:

- Quem compôs a música? Quem canta?
- Qual é a temática abordada pela canção?
- São utilizadas figuras de linguagem? O que você compreende através delas?
- Podemos dizer que há censura aos homossexuais? Quais são os elementos da letra da canção que podemos utilizar para sustentar essa afirmação?
- Quais são os locais seguros para ser homossexual, de acordo com a letra da canção?

B) Ouvir a música e identificar:

- Qual é o estilo musical?
- Quais são os instrumentos que você percebe na música?
- É uma gravação profissional?

C) Análise de contexto

- Em qual contexto foi produzido? Em qual período histórico?
- Foram apresentados fatos históricos? Quais?
- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual é a sua função?

- Docente, ajude as discentes a compreenderem os processos de exclusão territorial da população LGBT durante a ditadura e a criação de espaços de resistência e sociabilidade.

2º momento - Após dialogar sobre a canção de Leci, e realizar a sua interpretação. Analise o trecho do jornal a seguir, escrito por Omar Cupini, em janeiro de 1981, página 15.

Crítica interna e externa

- Docente, ao trabalhar com fontes e documentos, é interessante realizar a crítica interna e externa do documento. Este passo é importante para que as (os) discentes desenvolvam criticidade ao ler informações em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que aproxima a discente do processo de construção das narrativas históricas. A sugestão pode ser realizada de forma oral ao longo da leitura do documento.

Crítica externa e interna

- Isto é uma fonte? Qual tipo de fonte é? Qual sua função?
- As informações apresentadas parecem ser reais? Por quê?
- Quais tipos de documentos históricos são utilizados no vídeo?
- Quais pessoas foram entrevistadas?
- Quais fatos históricos foram apresentados?

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da **Operação-Sapatão** do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do gueto das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o **Ferro's**, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 60. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro **Ferro's** direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: **Cachação**, **Canapé**, **Último Tango**. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do **Cachação** — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o policial disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de mais-noite às três de manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Af ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzeiros no bolso.

Ela não sabe direito quem recabia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais sabia mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitassem tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa operação, o ambiente na rua Martinho Prado era desolador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no gueto desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois, sem de tudo ela não vai dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Prá lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos rondões que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles rondões. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar **Cachação**, conhecida por **Pelé**, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ela, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia mais elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante nos negócios, **Pelé** inaugurou, no dia 31 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

3º momento – Atividade sugerida: Aprendizagem em pares.

Divida as discentes em grupos, para que possam debater e analisar a canção de Leci e a notícia escrita por Omar Cupini, procurando responder aos seguintes questionamentos:

- Como a polícia identificou a mulher lésbica que prendeu?
- O que é ter cara de lésbica?
- Qual é a justificativa legal para a prisão? Quantas pessoas foram presas? Elas permaneceram detidas?
- A polícia tratou as presas de formas distintas? Quais categorias (Raça, classe, sexualidade, local da cidade) foram observadas para isso?
- A lésbica entrevistada alega sofrer discriminação? Relate em quais espaços isso aconteceria.
- Havia outros espaços lésbicos? Qual a importância desses espaços para a entrevistada?
- Por que, mesmo atendendo mulheres lésbicas, a dona do bar considera positiva a ação da polícia? Há motivos estruturais para se pensar sobre este comportamento dela?
- Essa perseguição a homossexuais e lésbicas era uma política de estado? Por quê? Explique.

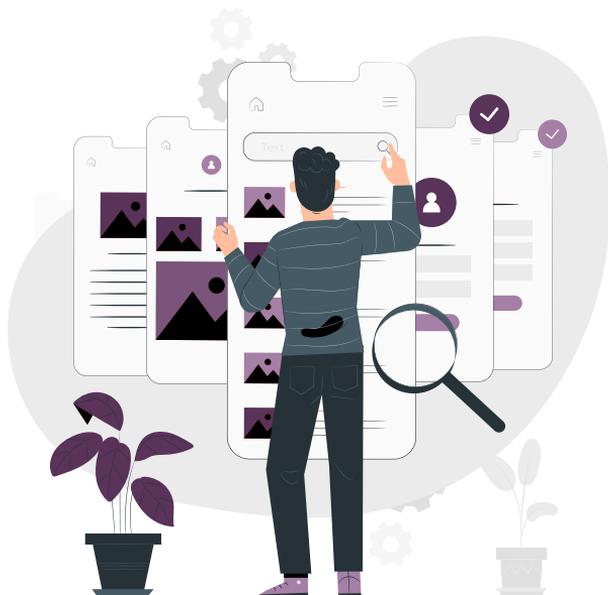
Após o debate, cada grupo deve apresentar suas considerações sobre a análise das fontes, respondendo de forma oral as questões acima. Docente, nesse momento é importante a sua mediação, contribuindo para a construção de um ambiente horizontal, no qual todas possam articular seus pensamentos, seguindo os preceitos dos Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

- ✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.
- ✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.
- ✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio



REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- HISTÓRIA PRETA. O samba das negas: 6 – Leci Brandão. B9 podcast. Thiago André. 11/10/2021.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.
- Operação Sapatão - Richetti 15 nov 1980. Disponível em < <https://memoriambh.blogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html> > Acesso em 25/03/2022.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.
- CALAÇO, Rita. **Memória e História das homossexualidades**. <https://memoriambh.blogspot.com/>
- CALAÇO, Rita. **Memória e História das homossexualidades**. Leci Brandão: Essa Tal Criatura. Disponível em < <https://memoriambh.blogspot.com/2012/06/leci-brandao-essa-tal-criatura.html?q=leci+brand%C3%A3o> > Acesso em: 17/12/2022.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP. Entrevista com Marisa Fernandes - Moralidade e resistência lésbica na ditadura civil-militar [Libras e legenda]. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=4zGngnHJ6h4> > Acesso em 12/12/2021.

Proposta de Aula



Tema: Censura às lesbianidades: Leci Brandão e as trajetórias homossexuais no cenário cultural

Área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Itinerário: Formação Geral Básica **Duração:** 1h40min.

Metodologia: Aula dialogada; Análise de fontes históricas; Sala de aula invertida; aprendizagem em pares; mostra cultural.

Recursos: Quadro branco, pincel, aparelho de mídia, caixas de som.

BNCC – CURRÍCULO PARA GOIÁS – ETAPA ENSINO MÉDIO

Competência específica:

5 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade na BNCC: (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Objetivo de aprendizagem: (GO-EMCHS504C) Avaliar os impasses do sistema político autoritário no Brasil, utilizando depoimentos e documentários de sujeitos sociais envolvidos no processo para problematizar a formação política brasileira deste período.

Tema: Censura às lesbianidades: Leci Brandão e as trajetórias homossexuais no cenário cultural.

Objetivo geral: Analisar como a defesa de um posicionamento político de Leci influenciou na divulgação de seu trabalho musical e em sua entrada no cenário público, reconhecidamente a favor das questões LGBTs.

Objetivos específicos:

- Analisar a trajetória de Leci Brandão a partir de seus aspectos políticos: a escrita da música de seu tempo.
- Posicionamentos políticos de defesa da população LGBT: discriminação e marginalização.
- A 2ª deputada estadual negra de São Paulo: a busca pela cidadania.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO



- **Sala de aula invertida**

Ouvir o podcast História Preta, serie O samba das Pretas – Leci Brandão. Anotar fatos e o que achou mais relevante.

1º Momento: Questionar o que as discentes acharam mais interessante e relevante no podcast, se gostaram do formato, por ser um podcast narrativo, se entenderam a proposta e se já conheciam o podcast e Leci Brandão. Depois, discuta brevemente as contribuições da narrativa histórica presente no podcast.

Aprendizagem em pares: divida as discentes em grupos de até 5

peças e oriente-as a analisarem a canção abaixo e a responderem as questões a seguir:

2º Momento: A música engajada de Leci Brandão:

Primeiramente, deve-se ler a letra e, posteriormente, deve-se ouvir a canção: “As pessoas e eles”, de Leci Brandão, lançada pela gravadora Globo/Columbia no álbum “Questão de gosto”, em 1976.

AS PESSOAS E ELES.

AS PESSOAS OLHAM PRA ELE
COM AR DE REPROVAÇÃO
AS PESSOAS NÃO PERCEBEM QUE ELES
TAMBÉM TEM O POR QUE E A RAZÃO

AS PESSOAS NÃO ENTENDEM
PORQUE ELES SE ASSUMIRAM
SIMPLEMENTE PORQUE ELES DESCOBRIRAM
UMA VERDADE QUE ELAS PROIBEM

AS PESSOAS QUE SÃO BOAS
QUE SÃO CERTAS DEIXARAM
TODAS AS PORTAS ABERTAS
JAMAIS ENTROU

ENQUANTO ELES, OS PERSEGUIDOS
INCOMPREENDIDOS
NUM SORRISO E NUM GESTO
NÃO LIGARAM PRO RESTO

E O AMOR CHEGOU
ENQUANTO ELES, OS PERSEGUIDOS
INCOMPREENDIDOS

NUM SORRISO E NUM GESTO
NÃO LIGARAM PRO RESTO
E O AMOR CHEGOU

LECI BRANDÃO

A. Analisar a letra da música de Leci Brandão

- Quem compôs a música? Quem canta?
- Qual é a temática abordada pela canção?
- São utilizadas figuras de linguagem? O que você compreende através delas?
- Qual é o objetivo dessa canção?

B. Ouvir a música e identificar:

- Qual é o estilo musical?
- Quais instrumentos você percebe na música?
- É uma gravação profissional?

C. Análise de contexto

- Em qual contexto foi produzida? Em qual período histórico?
- Por que falar de homossexualidade no período era considerado um ato de coragem?
- Como ela se refere aos homossexuais? De forma positiva ou negativa? Por quê?
- Isto é uma fonte? Qual é o tipo de fonte? Por que podemos utilizá-la para entender história?

Após o debate, cada grupo deve apresentar suas considerações sobre a análise das fontes, respondendo de forma oral as questões acima.

3º Momento: Expositiva dialogada

Em 1978, Leci deu entrevista ao Jornal Lâmpião de Esquina, na qual afirma que é engajada em trabalhar com questões sociais. O tema das homossexualidades foi uma destas questões abordadas por ela. Veja o documento a seguir:

Leci foi umas das primeiras cantoras de renome nacional a se assumir lésbica, em um tempo em que havia um grande preconceito sobre o tema. Sofreu pressões para adequar as suas canções às necessidades das gravadoras, que lhe coagiam a não escrever sobre temas sociais, como a homossexualidade, a mulher, a negritude e a religião de matriz afro-brasileira.



Retirado de: Jornal Lampião da Esquina, nº 6, de novembro de 1978, págs. 10-11. Disponível em < [Leci Brandão: Essa Tal Criatura | Memórias e Histórias das homossexualidades \(memoriamhb.blogspot.com\)](http://memoriamhb.blogspot.com) > Acesso em: 1/02/2022.

Docente, agora vamos analisar trechos selecionados da entrevista de Leci Brandão ao Jornal Lampião de Esquina. O objetivo é analisar o seu discurso sobre as questões políticas e sexuais da década de 1970 e investigar como essas temáticas eram tratadas dentro da sociedade.

Chrysóstomo - Você não tem medo das pessoas te olharem diferente porque é negra, mulher e homossexual declarada?

Leci: “Eu teria medo dos outros se não fosse nada disso e estivesse fazendo um trabalho supérfluo, alguma coisa simulada, se estivesse mentindo para vender disco. Mas como eu estou fazendo verdade dessas três condições, acho que fica tudo bem. Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como «me ajuda que sou preta, mulher é fraca: para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também minha condição de gostar de outra mulher. Isso pintou na minha vida, porque tinha que pintar. Ninguém obrigou, induziu, nada disso. Como eu estou fazendo tudo de verdade, de cabeça, não tenho medo do preconceito das pessoas. Quando alguém tem consciência do que faz só tem a ganhar. Quando você acredita em você - e sabe porque está acreditando - não existe motivo para medo nenhum.”

Retirado de: Jornal Lampião da Esquina, nº 6, de novembro de 1978, págs. 10-11.
Disponível em < [Leci Brandão: Essa Tal Criatura | Memórias e Histórias das homossexualidades \(memoriamhb.blogspot.com\)](http://Leci%20Brand%C3%A3o%3A%20Essa%20Tal%20Criatura%20|%20Mem%C3%B3rias%20e%20Hist%C3%B3rias%20das%20homossexualidades%20(memoriamhb.blogspot.com)) > Acesso em: 1/02/2022.

O discurso de Leci

Analise a fala de Leci em conjunto com as discentes:

- Leci tem orgulho de sua sexualidade?
- Era normal que Leci tivesse medo de represarias políticas e sociais naquele momento?
- Qual é a relação entre a sua sexualidade e a sua música?
- Para Leci, há artistas que falam de forma autêntica da homossexualidade. Ela se enquadra nisso? Por quê? É possível realizar esse debate atualmente?
- Mesmo sendo uma mulher negra de origem humilde, Leci fala com orgulho de suas identidades. Você conhece artistas que abordam essa temática hoje?

ATIVIDADE SUGERIDA

MOSTRA CULTURAL "COISAS DO MEU PESSOAL".

- Docente, agora vamos realizar a intervenção cultural com os mesmos grupos já anteriormente formados.

Oriente as suas discentes a pesquisarem artistas com as quais se identifiquem e que abordem temáticas em suas músicas na mesma linha das temáticas abordadas por Leci, como, por exemplo, a questão racial, as mulheres, as sexualidades, as religiões de matriz afro-brasileiras e as questões de classe. Cada grupo deve realizar a escolha de um tema para tratar, de modo que sejam discutidas variadas temáticas.

A apresentação das canções selecionadas pode acontecer no intervalo, caso haja permissão da coordenação escolar, ou você pode executá-las em sala, estimulando um novo debate sobre as questões de raça, de classe e de sexualidade.

- Sugestão para o nome da mostra cultural: “Coisas do meu pessoal”. Este é o nome de um dos álbuns de Leci e pode ser utilizado em alusão ao possível trocadilho [coisas sobre a pessoa que escolhe a letra, pessoais e coisas sobre as pessoas que compartilham contigo ideias, pensamentos e modos de vida de sua comunidade].



AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser escolhida de acordo com os objetivos de aprendizagem planejados pela docente. Pode-se combinar tipos de avaliação ou optar por a que parecer mais interessante à comunidade de aprendizagem. Os tipos de avaliação sugeridos aqui estão em acordo com a BNCC e o Currículo de Goiás:

- ✓ **Diagnóstica:** no início da aula, sendo medida através da participação das/os discentes na retomada da memória sobre a censura na ditadura.
- ✓ **Formativa:** ao longo do processo do desenvolvimento da aula, com a participação nos diálogos acerca das temáticas abordadas e análises das fontes apresentadas.
- ✓ **Somativa:** ao final do processo formativo, ao avaliar os produtos elaborados pelos/as estudantes.

Currículo para Goiás - Etapa Ensino Médio

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.
- HISTÓRIA PRETA. O samba das negas: 6 – Leci Brandão. B9 podcast. Thiago André. 11/10/2021.
- Jornal Lampião da Esquina, nº 6, de novembro de 1978, págs. 10-11. Disponível em < Leci Brandão: Essa Tal Criatura | Memórias e Histórias das homossexualidades (memoriamhb.blogspot.com) > Acesso em: 1/02/2022.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 329. 2017.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação da política da censura durante a Ditadura Militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 dez. 2021.
- SOUZA, Fernanda Kalianny Martins. **“A filha de dona Lecy”:** Estudo da trajetória de Leci Brandão. São Paulo, SP. 2016. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Dissertação de mestrado.
- PEREIRA, Cristiane dos Santos. **Coisas do meu pessoal: samba e enredos de raça e gênero na trajetória de Leci Brandão**. 2010. Brasília, DF. Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História. Dissertação de mestrado.

MATERIAL COMPLEMENTAR

- MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/> > Acesso em 17/12/2021.
- CALAÇO, Rita. **Memória e História das homossexualidades**. <https://memoriamhb.blogspot.com/>
- CALAÇO, Rita. **Memória e História das homossexualidades**. Leci Brandão: Essa Tal Criatura. Disponível em < <https://memoriamhb.blogspot.com/2012/06/leci-brandao-essa-tal-criatura.html?q=leci+brand%C3%A3o> > Acesso em: 17/12/2022.
- INSTITUTO TEMPORÁRIO DE PESQUISA SOBRE A CENSURA. #Censura moral da ditadura à democracia. Renan Quinalha. Spotify. 19/02/2020.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP. Entrevista com Marisa Fernandes - Moralidade e resistência lésbica na ditadura civil-militar [Libras e legenda]. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=4zGngnHJ6h4> > Acesso em 12/12/2021.

ANEXOS

Indicações de Ferramentas digitais com recursos gratuitos

Padlet..... (<https://pt-br.padlet.com/>)

Canva..... ([https://www.canva.com/.](https://www.canva.com/))

Kahoot..... (<https://kahoot.com/>)

Jamboard..... ([Google Jamboard](#))

Mentimeter... (<https://www.mentimeter.com/>)

Diagramação:

Flávia Lima

lima_da@discente.ufg.br

Vetores: FreePik - Disponível em: <<https://br.freepik.com>>